

Presidente da República
Itamar Franco

Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação
Beni Veras

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Simon Schwartzman

Diretora de Planejamento e Coordenação
Rosa Maria Esteves Nogueira

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Tereza Cristina Nascimento Araújo

Diretoria de Geociências
Sergio Bruni

Diretoria de Informática
Paulo Roberto B. e Mello

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Angelo José Pavan

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

BRASIL em números

ISSN 0103-9288

Brasil núm., Rio de Janeiro, v.3, p.1 - 110, 1994

ISSN 0103-9288

© IBGE

O **BRASIL em números** foi estruturado e elaborado no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - basicamente a partir do **Anuário Estatístico do Brasil**, cujas fontes de informações são a Diretoria de Pesquisas - DPE - e a Diretoria de Geociências - DGC, e outras instituições brasileiras.

O IBGE agradece ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE - a cessão da imagem de satélite na abertura do capítulo **Território**.

CAPA

Aldo Victorio Filho - Divisão de Promoção/Departamento de Promoção e Comercialização - DECOP/CDDI

Brasil em números / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. — v.1 (1992-). — Rio de Janeiro: IBGE, 1992-

Anual

Publicados anteriormente, séries estatísticas retrospectivas, sob os títulos: "O Brasil em números" = ISSN 0524-2010, v. 1 e v. 2 (1960, 1966), continuado por "Brasil : séries estatísticas retrospectivas" = ISSN 0068-0842, v.1 e v.2, (1970, 1977).

ISSN 0103-9288

1. Brasil - Estatística. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

IBGE. CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca

RJ - IBGE / 92-15

CDU 31(81)(05)

PERIÓDICO

Apresentação

O IBGE lança o terceiro volume do *BRASIL em números*, com as informações mais atuais de suas pesquisas e dados sobre o País produzidos por outras instituições brasileiras. Com o objetivo de fornecer aos leitores novos aspectos dos temas apresentados, foram ampliados os textos e reformulados os gráficos e as tabelas. As fotografias, mapas e cartogramas, que ilustram este terceiro volume, contribuem para tornar as informações mais representativas da realidade brasileira.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1994

Simon Schwartzman
Presidente do IBGE

Sumário

Território, **7**
População, **18**
Trabalho, **24**
Organização Sindical, **28**
Previdência Social, **32**

Indústria, **56**
Comércio, **59**
Energia, **63**
Transportes, **66**
Turismo, **70**

Contas Nacionais, **93**
MERCOSUL **96**

Bibliografia, **101**

Índice, **103**

Habitação e Saneamento Básico, **36**
Saúde, **40**
Educação, **44**
Participação Política, **48**
Agropecuária, **51**

Comunicações, **74**
Preços, **78**
Finanças Públicas, **81**
Moeda e Banco, **85**
Setor Externo, **89**

Para a obtenção de atualização dos dados apresentados em cruzeiros, ao longo da obra, seguem os índices calculados pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC (Variação acumulada no ano)	
1987	394,60
1988	993,28
1989	1 863,56
1990	1 585,18
1991	475,10
1992	1 149,06
1993	2 489,10

Convenções

- ... Dado numérico não disponível
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento
 - 0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo
-

Território

Com uma área de 8 511 996,3 km², o Brasil é o quinto maior País em extensão do mundo, superado apenas pela Rússia, Canadá, China e Estados Unidos.

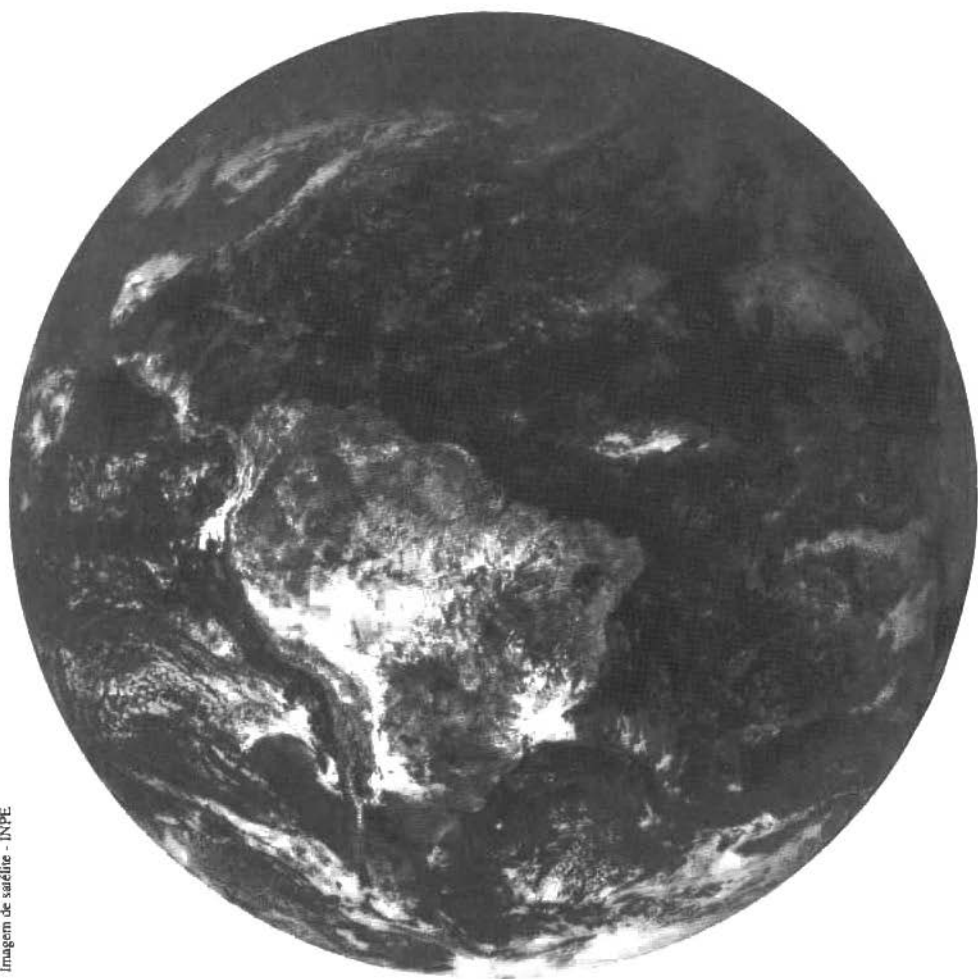


Imagem de satélite - INPE

O Brasil ocupa a posição centro-oriental da América do Sul, correspondendo a cerca de 47% da área continental.

O País está situado entre os paralelos de $05^{\circ}16'20''$ de latitude norte e $33^{\circ}44'32''$ de latitude sul e os meridianos de $34^{\circ}47'30''$ e $73^{\circ}59'32''$ a oeste de Greenwich (Inglaterra).

Seus limites estendem-se por 23 086 km, sendo que 7 367 km a leste são banhados pelo Oceano Atlântico. Ao norte, oeste e sul, o Brasil faz limite com quase todos os países sul-americanos com exceção do Chile, Equador e Trinidad e Tobago.

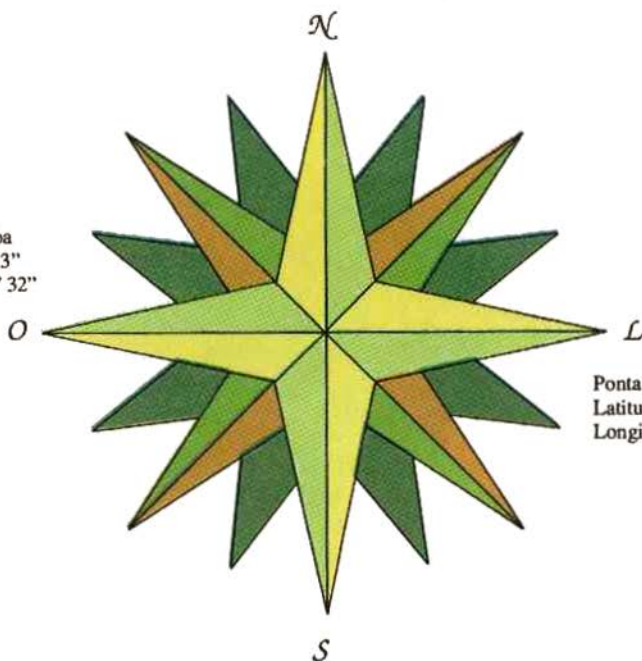
Os pontos extremos são: ao norte, na nascente do rio Ailã, no monte Caburá (Estado de Roraima, na fronteira com a Guiana); ao sul, em uma das curvas do Arroio Chuí (Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai); a leste, a Ponta do Seixas (Estado da Paraíba); e a oeste, na nascente do rio Moa na Serra Contamana ou Divisor (Estado do Acre, fronteira com o Peru).

A língua nacional é o português e a moeda corrente em 1993 era o Cruzeiro Real (CR\$)¹.

Pontos extremos do Brasil

Nascente do rio Ailã
Latitude: $+05^{\circ} 16' 20''$
Longitude: $-60^{\circ} 12' 43''$

Nascente do rio Moa
Latitude: $-07^{\circ} 33' 13''$
Longitude: $-73^{\circ} 59' 32''$



Ponta do Seixas
Latitude: $-07^{\circ} 09' 28''$
Longitude: $-34^{\circ} 47' 30''$

Arroio Chuí
Latitude: $-33^{\circ} 44' 32''$
Longitude: $-53^{\circ} 23' 22''$

¹ Em 1º de julho de 1994 a moeda corrente passou a ser o Real (R\$).



Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes e o Oceano Atlântico - 1993

Países limítrofes e Oceano Atlântico	Extensão da linha divisória	
	Absoluta (km)	Relativa (%)
Total	23 086	100,00
Países limítrofes	15 719	67,97
Venezuela	1 495	6,47
Guiana	1 606	6,94
Suriname	593	2,56
Guiana Francesa	655	2,83
Uruguai	1 003	4,34
Argentina	1 263	5,46
Paraguai	1 339	5,79
Bolívia	3 126	13,52
Peru	2 995	12,95
Colômbia	1 644	7,11
Oceano Atlântico	7 367	32,03

FONTE - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

Hora Legal

A distância que separa os pontos extremos leste-oeste é de 4 319,4 km. Esta distância faz com que o Brasil seja cortado por quatro fusos horários. A maior parte do País tem uma diferença de três horas em relação à hora média do meridiano de Greenwich (GMT), Inglaterra.

Divisão Político-Administrativa

O Brasil é uma República Federativa, com 4 973 municípios que compõem 26 estados e um Distrito Federal, onde funciona a sede do Governo com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Brasília é a capital da República.

Os estados estão agrupados em cinco grandes regiões: a Região Norte, a maior do País, ocupa 45,2% do Território Nacional e é formada pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins; a Região Nordeste ocupa 18,2% do Território Nacional e compõe-se dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; a Região Sudeste compreende 10,8% do Território Nacional e é formada pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; a Região Sul, a menor do País, ocupa 6,7% do Território Nacional e compõe-se dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e a Região Centro-Oeste que compreende 18,8% do Território Nacional e é composta pelos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal.

Área total, segundo as Grandes Regiões - 1993

Grandes Regiões	Área total	
	Absoluta (km ²)	Relativa (%)
Brasil	8 511 996,3	100,00
Norte	3 851 560,4	45,25
Nordeste	1 556 001,1	18,28
Sudeste	924 266,3	10,85
Sul	575 316,2	6,76
Centro-Oeste	1 604 852,3	18,86

FONTE - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA - Leitura de cartas topográficas e cálculos geodésicos de áreas.

Relevo

O relevo brasileiro apresenta diversidade de aspectos geomorfológicos, decorrentes de sucessivas alterações climáticas e tectônicas que, ao longo do tempo geológico, atuaram sobre as rochas, originando variada e complexa compartimentação, que é representada por unidades de relevo, tais como: planícies, depressões, chapadas, serras e planaltos.

Predominam em cerca de 78,03% do nosso território altitudes inferiores a 500 m, enquanto que apenas 0,54% ultrapassa os 1 200 m.

Pontos mais altos do Brasil - 1993

Topônimo	Unidades da Federação	Localização	Altitude (m) (1)
Pico da Neblina	Amazonas	Serra Imeri	3 014,1
Pico 31 de Março	Amazonas (2)	Serra Imeri	2 992,4
Pico da Bandeira	Minas Gerais/ Espírito Santo	Serra do Caparaó	2 889,9
Pico do Cristal	Minas Gerais	Serra do Caparaó	2 798
Pico das Agulhas Negras	Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra do Itatiaia	2 787
Pedra da Mina	Minas Gerais/ São Paulo	Serra da Mantiqueira	2 770
Pico do Calçado	Espírito Santo/ Minas Gerais	Serra do Caparaó	2 766
Monte Roraima	Roraima (2)(3)	Serra do Pacaraima	2 727,3
Pico Três Estados	São Paulo/ Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira	2 665
Pico do Cadorna	Amazonas (2)	Serra Imeri	2 596
Pedra Furada	Rio de Janeiro/ Minas Gerais	Serra da Mantiqueira	2 589

FONTE - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA - Foram considerados os pontos com altitude superior a 2 500 metros.

(1) As altitudes ao decímetro correspondem às medições de campo e, as demais, à leitura de cartas topográficas.

(2) Fronteira com a Venezuela. (3) Fronteira com a Guiana.



A configuração geográfica, a maritimidade ou a continentabilidade e as condições de relevo, associadas à dinâmica das *massas de ar*, condicionaram uma ampla diversificação climática com diferenciações regionais nítidas.

No referente ao aspecto térmico, as medidas anuais mais elevadas (26° a 28°C) ocorrem no interior da Região Nordeste e ao longo do médio e baixo rio Amazonas. Os menores valores (inferiores a 18°C) ocorrem nas regiões serranas do Sudeste e na maior parte da Região Sul.

Temperaturas máximas absolutas, superiores a 40°C, são registradas em terras baixas interiores do Nordeste; nas depressões, vales e baixadas do Sudeste; no Pantanal e áreas rebaixadas do Centro-Oeste; e nas depressões centrais e no vale do rio Uruguai, na Região Sul. Por outro lado, mínimas absolutas com valores negativos são frequentes nos cumes serranos do Sudeste e em grande parte do Sul, onde são acompanhadas de geadas e neve.

Quanto ao aspecto hídrico, as áreas chuvosas correspondem ao litoral do Pará e à parte ocidental do Amazonas, onde os totais pluviométricos são superiores a 3 000 mm anuais. Na Região Sudeste, na Serra do Mar (São Paulo), ultrapassam 3 500 mm anuais. As áreas menos chuvosas localizam-se no Nordeste, com valores inferiores a 500 mm anuais.

Principais observações meteorológicas dos municípios das capitais - 1992

Municípios das capitais	Temperatura do ar (°C)		Umidade relativa (%)	Altura total da precipitação pluviométrica (mm)
	Máxima absoluta	Mínima absoluta		
Porto Velho	34.8	15.0	84	2 310,1
Rio Branco	35.6	...	85	1 855,0
Manaus	35.4	19.3	80	1 965,7
Boa Vista	...	...	...	...
Belém (1)	33.8	20.2	87	3 752,3
Macapá (1)	34.0	21.2	86	2 905,4
São Luís (1)	32.8	20.6	87	2 786,0
Teresina	...	...	...	...
Fortaleza	32.2	21.0	77	1 075,8
Natal	...	...	...	...
João Pessoa (2)	31.2	20.0	75	1 376,5
Recife	32.0	18.2	79	2 491,1
Maceió (3)	...	...	...	1 637,5
Aracaju (2)	32.6	18.0	75	1 246,6
Salvador (2)	32.6	...	81	1 762,1
Belo Horizonte	31.5	11.6	69	...
Vitória (1)	35.5	15.1	77	1 212,3
Rio de Janeiro	...	...	...	...
São Paulo (2)	33.0	6.4	76	1 925,8
Curitiba (2)	32.4	0.5	80	1 238,1
Florianópolis (2)	34.8	1.5	80	1 770,9
Porto Alegre (2)	38.2	0.6	72	1 181,0
Campo Grande	35.3	4.1	75	1 553,0
Cuiabá	38.2	7.0	80	...
Goiânia (2)	36.2	8.9	63	1 534,0
Brasília (3)	31.6	7.0	66	1 319,4

FONTE - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Instituto Nacional de Meteorologia.

NOTA - Dados referentes ao período de janeiro a dezembro.

(1) Dados referentes a 1989. (2) Dados referentes a 1991. (3) Dados referentes a 1990.

O máximo pluviométrico se dá no período verão-outono em quase todo o País, exceto em Roraima e no norte do Amazonas. Por estarem situados no Hemisfério Norte, o seu período chuvoso ocorre durante o inverno.

Recursos Hídricos

O Brasil possui uma vasta e densa rede hidrográfica, sendo que muitos de seus rios destacam-se pela extensão, largura e profundidade. Por outro lado, em decorrência da natureza do relevo, predominam os rios de planalto, que apresentam um alto potencial para a geração de energia elétrica.

Segundo a classificação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE -, são oito as grandes bacias hidrográficas: a do rio Amazonas; a do rio Tocantins; a do Atlântico Sul, trechos norte e nordeste; a do rio São Francisco; a do Atlântico Sul, trecho leste; a do rio Paraná; a do rio Uruguai; e a do Atlântico Sul, trecho sudeste.

Potencial Hidrelétrico

No Brasil, a capacidade de geração de energia hidrelétrica, em 1991, segundo dados do IBGE/ELETOBRÁS, é de 129 046,1 Mw. Contudo, a potência nominal instalada ou em instalação é de 30 064,5 Mw. Assim, a Bacia Amazônica, que apresenta potencial de 16 662,2 Mw, tem apenas 1,15% em operação/construção.

As bacias do São Francisco; do Atlântico Sul, trechos leste e sudeste; do Uruguai; e do Paraná são, no momento, as responsáveis pelo fornecimento de energia hidrelétrica ao trecho de maior concentração demográfica e industrial do País.

Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1991

Bacias hidrográficas	Área (km ²) (1)	Potencial hidrelétrico (Energia firme - MW/ano) (2)			
		Total	Em operação e/ou em construção	Inventário da viabilidade do potencial básico	Estimado
Total	8 511 996,3	129 046,1	30 064,4	47 619,7	51 361,9
Amazônica	3 889 489,6	54 027,2	191,5	16 662,2	37 173,5
Tocantins	808 150,1	14 596,0	3 515,5	9 531,1	1 549,4
Atlântico Sul					
Trecho Norte e Nordeste	981 661,6	1 563,7	140,0	94,6	1 329,0
Trecho Leste	570 714,8	7 816,6	909,7	5 579,9	1 327,0
Trecho Sudeste	222 988,0	3 439,9	743,8	765,1	1 931,0
São Francisco	645 876,6	9 650,5	5 707,0	2 673,0	1 270,5
Paraná	1 216 357,3	30 187,1	18 715,2	6 045,8	5 426,1
Uruguai	176 758,3	7 765,1	141,7	6 268,0	1 355,4

FONTES - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia - Ministério de Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras - ELETOBRÁS, Secretaria Nacional de Energia.

(1) Dados sujeitos a retificação. (2) Energia firme é a produção anual garantida.

Potencialidade Agrícola dos Solos

A Potencialidade Agrícola dos Solos exprime o nível de respostas que deles poderão advir, quando forem submetidos a diferentes tipos de exploração.

De acordo com as características do solo e outros aspectos do meio ambiente, o Território Nacional foi compartimentado em oito classes de potencialidade agrícola.

Potencialidade agrícola dos solos



220 km 110 0 110 220 330 440 550 km

POTENCIALIDADE AGRÍCOLA DOS SOLOS CLASSES	PRINCIPAIS LIMITAÇÕES	%
A Boa	Praticamente sem limitações	4,2
B Boa a regular	Deficiência de nutrientes	4,0
C Regular a boa	Riscos de inundações e deficiências de drenagem e de nutrientes	5,0
D Regular	Deficiência de nutrientes e teores elevados de alumínio	30,5
E Regular e restrita	Deficiência de nutrientes, teores elevados de alumínio, pequena profundidade e fortes declives	9,2
F Restrita	Fortes declives, susceptibilidade à erosão, deficiências de drenagem e de nutrientes e teores de alumínio	9,4
G Restrita a desfavorável	Teores elevados de sódio, deficiência de drenagem e riscos de inundações	2,4
H Desfavorável	Desaconselhável à utilização agrícola, limitações por solos e/ou topografia	35,4

A vasta superfície do território brasileiro, associada às características de tropicalidade, confere ao País uma extraordinária riqueza florística.

Um estudo que vem sendo realizado no IBGE cadastrou até o momento cerca de 3 600 Espécies de Importância Econômica no campo da medicina, farmácia, alimentação, indústria e comércio de produtos de origem vegetal e outras aplicações de valor econômico.

A Região Amazônica, englobando os limites da Amazônia Legal, com uma área de 5 217 423 km² aproximadamente, abrangendo os Estados do Acre, de Rondônia, do Amazonas, do Pará, de Roraima, do Amapá, de Mato Grosso e a maior parte dos Estados do Tocantins e do Maranhão, é a que mantém a maior parte de sua vegetação original ainda conservada, embora nas últimas décadas tenha sofrido um intenso processo de devastação. É nesta região que se encontra, ainda, a grande riqueza florestal do País. Originalmente nesta região as formações florestais ocupavam aproximadamente 64% da área, as formações campestres aproximadamente 18% e o restante era distribuído noutros tipos de vegetação como áreas de Tensão Ecológica, Formações Pioneiras, entre outras.

A Floresta Amazônica e o Pantanal Mato-Grossense, já bastante intervindos pela ação do homem, constituem duas das maiores reservas biológicas que existem no mundo.

Nas demais regiões a vegetação está hoje bastante fragmentada e é representada por pequenas áreas dispersas como: florestas, savanas, áreas de Tensão Ecológica, entre outras.

Fauna

Apesar da fauna brasileira apresentar elevado índice de diversidade de espécies, o número de indivíduos que elas comportam, em grande parte, é relativamente baixo. Além disso, muitas espécies têm o seu *habitat* em áreas restritas (*espécies endêmicas*). Trata-se, portanto, de uma fauna frágil e bastante suscetível às ações exercidas pelo homem sobre o meio ambiente (*ações antrópicas*).

O Brasil possui cerca de 4 430 espécies de vertebrados, entre mamíferos, répteis, anfíbios e peixes. Das 100 000 espécies de invertebrados existentes, 70% são insetos.

Um estudo realizado pelo IBGE em 1990 resultou numa lista de 303 espécies/subespécies de animais ameaçados de extermínio.

O desaparecimento de muitas dessas espécies da fauna brasileira é causado, principalmente, pela intervenção do homem no ambiente, tanto pela destruição dos seus *habitats* como por sua caça indiscriminada. Dentre as 24 espécies/subespécies que se encontram em processo avançado de extermínio estão o mico-leão-dourado, ararinha-azul, a onça-pintada, o cervo-do-pantanal e a tartaruga-marinha-de-couro.

Em trabalho realizado sobre os peixes cartilaginosos brasileiros, o IBGE levantou cerca de 128 espécies, sendo 70 de tubarões, 57 de raia e 1 de quimera ou peixe-elefante registradas para águas continentais e marinhas.

Algumas espécies de tubarões contribuem com até 50% do total do pescado de frotas atuneiras, entre eles estão presentes: o anequim, o cambeva ou tubarão-martelo, a mangona, o cação-raposa e o ca-

Espécies de peixes cartilaginosos, segundo o seu aproveitamento econômico - 1990

Aproveitamento econômico	Espécies de peixes cartilaginosos	
	Tubarões	Raia
Alimentação humana	48	24
Pesca esportiva	17	7
Produção de fármacos e imunizantes	18	-
Produção de artefatos	20	-
Produção de farinha	30	15

Fonte - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

Nota - Espécies em processo avançado de extinção.

Fauna em extinção



Fonte: IBAMA, IBGE, Universidade Fed. do Paraná e Museu Nacional.

ção-anjo, no sudeste/sul. Para o norte/nordeste, pode-se citar: o tubarão-azul, o tubarão-es-trangeiro, a tuninha e o sucuri.

Unidades de Conservação da Natureza

As Unidades de Conservação da Natureza, no Brasil, dividem-se em 13 tipos: Área de Pre-servação Permanente (70); Área de Proteção Ambiental (105); Área sob Proteção Especial (5); Área de Relevante Interesse Ecológico (24); Estação Ecológica (59); Floresta (50); Mo-numento Natural (3); Parque (112); Parque Ecológico (16); Parque Florestal (31); Reserva Biológica (76); Reserva Ecológica (65); Reserva Florestal (30); e Reserva Extrativa (9). Es-sas Unidades Especiais são mantidas pelo poder público federal, estadual e municipal, e por particulares.

O Parque Estadual de Cataguases (Minas Gerais), criado em 1932, é o mais antigo. O de Itatiaia (Rio de Janeiro), criado em 1937, foi o primeiro sob a égide do Governo Federal. Em termos espaciais, destacam-se o Parque Nacional do Jaú (Amazonas), com 2 272 000 ha, como o maior, e o de Ubajara (Ceará), com 563 ha, como o menor.

O tipo mais recente é a Reserva Extrativista, criada em 1990 para exploração auto-susten-tável e conservação dos recursos naturais renováveis.

A Reserva Extrativista mais extensa e também mais divulgada é a de Chico Mendes (Acre), com 970 570 ha.

Terras Indígenas

É considerada Terra Indígena, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, o espaço físico que os grupos tribais ocupam e são de sua posse permanente. Entretanto, os índios não de-têm a propriedade da terra, mas usufruem de tudo o que ela contém. A maior é a Terra Indíge-na Yanomami (Amazonas e Roraima), com 9 419 108 ha e uma população de 9 910 índios.

O número total de Terras Indígenas levantadas no País é de 505, com uma superfície ocu-pada de 90 813 421 ha.

Terras Indígenas, por situação de demarcação, segundo as Grandes Regiões - 1993

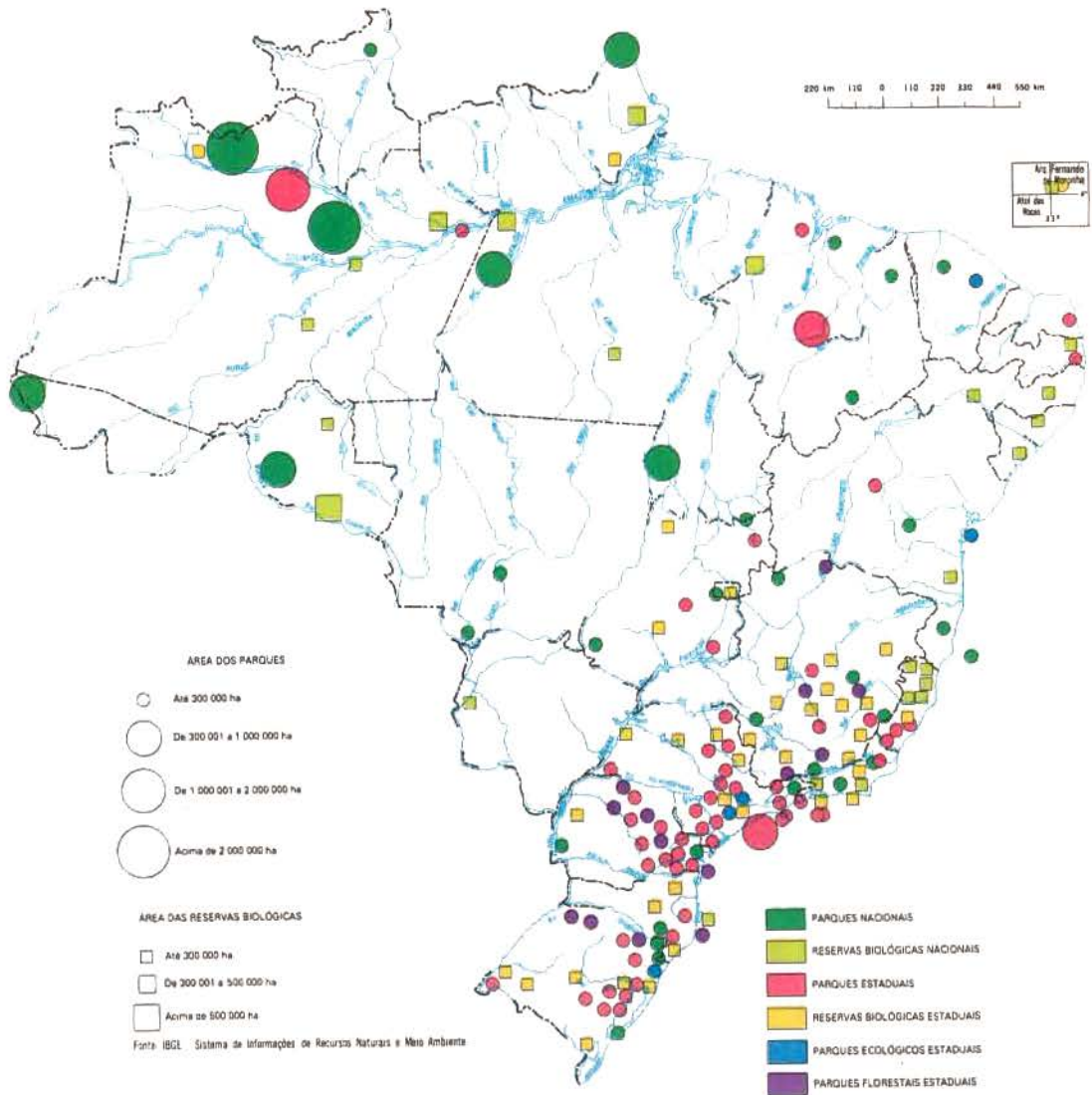
Grandes Regiões	Terras indígenas	
	Situação de demarcação	
	Não demarcada	Demarcada
Brasil	(1) 257	(2) 254
Norte	174	107
Nordeste	26	35
Sudeste	4	19
Sul	22	26
Centro-Oeste	30	64

FONTES - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais - Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio - FUNDI.

NOTA - Quantidade de terras indígenas a partir do Cadastro de Áreas Especiais.

(1) Inclusive a terra indígena de Menkragnoti, que se estende entre as regiões Norte e Centro-Oeste. (2) Inclusive as terras indígenas do Parque Arípuanã, de Roosevelt e de Sete de Setembro, que se estendem entre as regiões Norte e Centro-Oeste.

Unidades de conservação



População

O último censo demográfico verificou acentuada queda na taxa de crescimento da população, que está associada ao declínio na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.



Foto - Raimundo C. A. B.

Em 1872 o Brasil realizou seu primeiro levantamento demográfico. Havia, então, no Império, 9,9 milhões de habitantes.

Quando o IBGE assumiu a responsabilidade da realização do Censo Demográfico, em 1940, verificou-se que a população havia crescido, totalizando 41,2 milhões de habitantes. Meio século depois, os resultados preliminares do Censo de 1991 mostram uma população de 146 825 475 habitantes, que representa um aumento de 23,4% de habitantes, em relação à população de 1980.

O ritmo de crescimento anual da população brasileira recuou de 2,48% entre 1971 e 1980, para 1,93% no período 1980-1991.

A mais significativa queda da taxa de crescimento ocorreu na Região Sudeste com 32,95%, seguida das Regiões Centro-Oeste com 25,67%; Norte com 23,30%; Nordeste com 15,27% e por última a Região Sul, com uma redução de 4,16%.

Esse declínio está associado basicamente à queda da taxa de fecundidade das mulheres, evidenciada em todas as regiões, que passou de 4,4 filhos em média por mulher em 1980 para 2,7 em 1991.

Área total, população residente, densidade demográfica, taxa média geométrica de crescimento anual e participação relativa, segundo as Grandes Regiões - 1980/1991

Grandes Regiões	Área total (km ²)	População residente	
		1980	1991
Brasil	(1) 8 547 403,5	119 002 706	146 825 475
Norte	3 869 637,9	6 619 152	10 030 556
Nordeste	(2) 1 561 177,8	34 812 356	42 497 540
Sudeste	927 286,2	51 734 125	62 740 401
Sul	577 214,0	19 031 162	22 129 377
Centro-Oeste	1 612 077,2	6 805 911	9 427 601

Grandes Regiões	Densidade demográfica (hab./km ²)		Taxa média geométrica de crescimento anual	Participação relativa (%)	
	1980	1991	1980/1991	1980	1991
Brasil	13,92	17,18	1,93	100,00	100,00
Norte	1,71	2,59	3,85	5,56	6,83
Nordeste	22,30	27,22	1,83	29,25	28,94
Sudeste	55,79	67,66	1,77	43,47	42,73
Sul	32,97	38,34	1,38	15,99	15,07
Centro-Oeste	4,22	5,85	3,01	5,72	6,42

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos.

NOTAS - 1. As informações do Censo Demográfico de 1980 referem-se à divisão político-administrativa vigente em 1991.

2. As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive 10,4 km² correspondente às Ilhas de Trindade e Martins Vaz. (2) Inclusive 3 381,9 km² correspondente a região em litígio - P/CE.

População residente, por sexo e razão de sexos, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio - 1980/1991

Grandes Regiões e situação do domicílio	População residente		
	1980		
	Total	Homens	Mulheres
Brasil	119 002 706	59 123 361	59 879 345
Norte	6 619 152	3 366 902	3 252 250
Nordeste	34 812 356	17 036 909	17 775 447
Sudeste	51 734 125	25 729 102	26 005 023
Sul	19 031 162	9 531 602	9 499 560
Centro-Oeste	6 805 911	3 458 846	3 347 065
Urbana	80 436 409	39 228 040	41 208 369
Norte	3 330 592	1 628 613	1 701 979
Nordeste	17 566 842	8 341 212	9 225 630
Sudeste	42 840 081	21 071 536	21 768 545
Sul	11 877 739	5 804 286	6 073 453
Centro-Oeste	4 821 155	2 382 393	2 438 762
Rural	38 566 297	19 895 321	18 670 976
Norte	3 288 560	1 738 289	1 550 271
Nordeste	17 245 514	8 695 697	8 549 817
Sudeste	8 894 044	4 657 566	4 236 478
Sul	7 153 423	3 727 316	3 426 107
Centro-Oeste	1 984 756	1 076 453	908 303

Grandes Regiões e situação do domicílio	População residente			Razão de sexos	
	1991				
	Total	Homens	Mulheres	1980	1991
Brasil	146 825 475	72 485 122	74 340 353	98,74	97,50
Norte	10 030 556	5 097 408	4 933 148	103,53	103,33
Nordeste	42 497 540	20 783 292	21 714 248	95,85	95,71
Sudeste	62 740 401	30 892 531	31 847 870	98,94	97,00
Sul	22 129 377	10 979 573	11 149 804	100,34	98,47
Centro-Oeste	9 427 601	4 732 318	4 695 283	103,34	100,79
Urbana	110 990 253	53 853 908	57 136 345	95,19	94,26
Norte	5 921 837	2 911 079	3 010 758	95,69	96,69
Nordeste	25 776 279	12 253 843	13 522 436	90,41	90,62
Sudeste	55 225 983	26 937 777	28 288 206	96,80	95,23
Sul	16 403 032	7 986 272	8 416 760	95,57	94,89
Centro-Oeste	7 663 122	3 764 937	3 898 185	97,69	96,58
Rural	35 835 222	18 631 214	17 204 008	106,56	108,30
Norte	4 108 719	2 186 329	1 922 390	112,13	113,73
Nordeste	16 721 261	8 529 449	8 191 812	101,71	104,12
Sudeste	7 514 418	3 954 754	3 559 664	109,94	111,10
Sul	5 726 345	2 993 301	2 733 044	108,79	109,52
Centro-Oeste	1 764 479	967 381	797 098	118,51	121,36

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos.

NOTA - As informações do Censo Demográfico de 1980 referem-se à divisão político-administrativa vigente em 1991.

**População residente, urbana e rural e taxa de urbanização,
segundo as Grandes Regiões - 1980/1991**

Grandes Regiões	População residente		
	1980		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	119 002 706	80 436 409	38 566 297
Norte	6 619 152	3 330 592	3 288 560
Nordeste	34 812 356	17 566 842	17 245 514
Sudeste	51 734 125	42 840 081	8 894 044
Sul	19 031 162	11 877 739	7 153 423
Centro-Oeste	6 805 911	4 821 155	1 984 756

Grandes Regiões	População residente			Taxa de urbanização (%)	
	1991			1980	1991
	Total	Urbana	Rural	1980	1991
Brasil	146 825 475	110 990 253	35 835 222	67,59	75,59
Norte	10 030 556	5 921 837	4 108 719	50,32	59,04
Nordeste	42 497 540	25 776 279	16 721 261	50,46	60,65
Sudeste	62 740 401	55 225 983	7 514 418	82,81	88,02
Sul	22 129 377	16 403 032	5 726 345	62,41	74,12
Centro-Oeste	9 427 601	7 663 122	1 764 479	70,84	81,28

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos.

NOTA - As informações do Censo Demográfico de 1980 referem-se à divisão político-administrativa vigente em 1991.

População residente, por situação do domicílio, segundo o grupo de idade - 1980/1991

Grupo de idade	População residente					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Total	119 002 706	146 825 475	80 436 409	110 990 253	38 566 297	35 835 222
0 a 4 anos	16 423 700	16 521 114	10 240 039	11 713 980	6 183 661	4 807 134
5 a 9 anos	14 773 741	17 420 159	9 137 402	12 450 979	5 636 339	4 969 180
10 a 14 anos	14 263 322	17 047 159	9 076 859	12 382 091	5 186 463	4 665 068
15 a 19 anos	13 575 971	15 017 472	9 229 764	11 157 546	4 346 207	3 859 926
20 a 24 anos	11 513 220	13 564 878	8 285 233	10 485 381	3 227 987	3 079 497
25 a 29 anos	9 442 217	12 638 078	6 885 295	9 990 056	2 556 922	2 648 022
30 a 34 anos	7 686 290	11 063 493	5 561 752	8 849 825	2 124 538	2 213 668
35 a 39 anos	6 352 819	9 463 763	4 482 378	7 569 886	1 870 441	1 893 877
40 a 44 anos	5 723 881	7 834 714	4 023 015	6 180 473	1 700 866	1 654 241
45 a 49 anos	4 653 393	6 124 688	3 296 167	4 748 418	1 357 226	1 376 270
50 a 54 anos	4 109 260	5 165 128	2 916 125	3 972 599	1 193 135	1 192 529
55 a 59 anos	3 140 834	4 242 124	2 211 095	3 267 283	929 739	974 841
60 a 64 anos	2 445 585	3 636 858	1 706 829	2 805 767	738 756	831 091
65 a 69 anos	2 028 926	2 776 060	1 379 316	2 116 324	649 610	659 736
70 anos ou mais	2 741 506	4 309 787	1 933 503	3 299 645	808 003	1 010 142
Idade ignorada	128 041	-	71 637	-	56 404	-

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Censos Demográficos.

Densidade da população



A população idosa, pessoas de 60 anos ou mais de idade, passou de 6,1% em 1980 para 7,3% em 1991. Na população feminina, as idosas representaram 6,4% em 1980 e 7,8% em 1991, enquanto que a população masculina figurou com 5,8% em 1980 e 6,8% em 1991.

O município mais populoso do País, segundo o Censo de 1991, é São Paulo com 9,6 milhões de habitantes, seguido do Rio de Janeiro (5,4 milhões); Belo Horizonte e Salvador (2 milhões); Fortaleza (1,7 milhão); Brasília (1,5 milhão); Curitiba (1,3 milhão); Recife, Nova Iguaçu e Porto Alegre (1,2 milhão).

Nascimentos e óbitos ocorridos e registrados no ano - 1980-1991

Ano	Nascimentos			Óbitos		
	Registros ocorridos no ano	Variação		Registros ocorridos no ano	Variação	
		Absoluta	Relativa (%)		Absoluta	Relativa (%)
1980	2 769 502	73 178	2,71	809 213	14 703	1,85
1981	2 865 839	96 337	3,48	797 289	(-) 11 924	(-) 1,47
1982	2 972 992	107 153	3,74	781 320	(-) 15 969	(-) 2,00
1983	2 710 350	(-) 262 642	(-) 8,83	798 425	17 105	2,19
1984	2 559 038	(-) 151 312	(-) 5,58	833 384	34 959	4,38
1985	2 619 604	60 566	2,37	806 238	(-) 27 146	(-) 3,26
1986	2 779 253	159 649	6,09	834 927	28 689	3,56
1987	2 660 886	(-) 118 367	(-) 4,26	816 397	(-) 18 530	(-) 2,22
1988	2 809 657	148 771	5,59	844 037	27 640	3,39
1989	2 581 035	(-) 228 622	(-) 8,14	835 139	(-) 8 898	(-) 1,05
1990	2 419 927	(-) 161 108	(-) 6,24	847 639	12 500	1,50
1991	2 333 202	(-) 86 725	(-) 3,58	823 438	(-) 24 201	(-) 2,86

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Pesquisa Registro Civil.

Trabalho

O número de trabalhadores agrícolas diminuiu na última década, embora as atividades agrícolas ainda concentrem um contingente expressivo de trabalhadores.

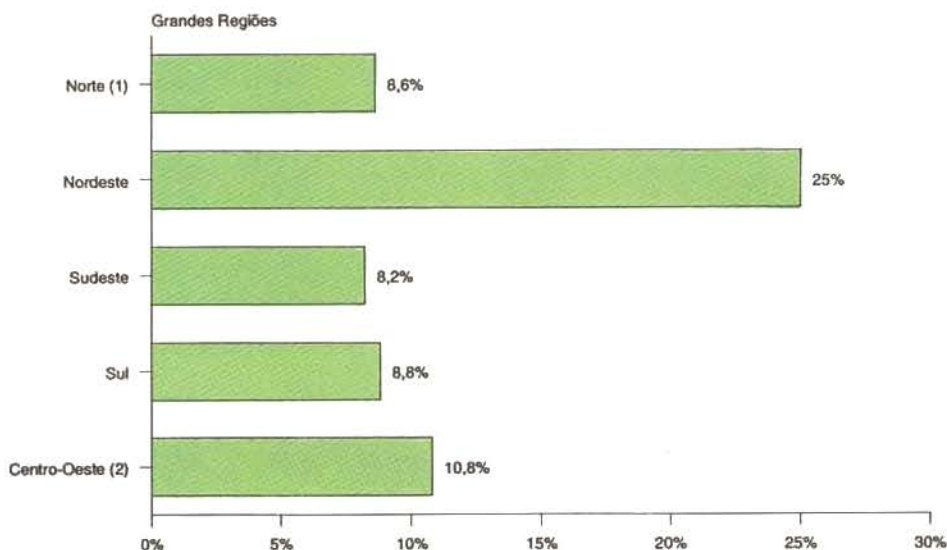


Foto - Olavo Rufino / AJB

O mercado de trabalho brasileiro vem enfrentando dificuldades, sobretudo na absorção da mão-de-obra disponível no País e na capacidade de gerar remunerações que atendam às necessidades da população.

Do total da população ocupada em 1990, 19,7% tinham um rendimento abaixo do salário mínimo e o número de empregados sem carteira de trabalho assinada, isto é, sem reconhecimento legal de sua condição de trabalhador, atingiu 34,7%

Pessoas que trabalhavam 40 horas semanais ou mais com rendimento de trabalho inferior a 1 salário mínimo na população ocupada



FONTE - IBGE/PNAD - 1990.

(1) Exclusiva a população ocupada do TO e da zona rural. (2) Inclusive a população ocupada do TO.

A grande maioria dos trabalhadores sub-remunerados é constituída por empregados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador e por aqueles que trabalham por conta-própria. Em período de recessão do mercado de trabalho há uma redução do emprego formal e aumento do número desses dois tipos de trabalhadores.

Metade dos trabalhadores desempenham suas atividades em empreendimentos que ocupam no máximo cinco pessoas. Nesses empreendimentos, o rendimento médio situa-se em 2,8 salários mínimos, já naqueles que ocupam 11 pessoas ou mais a média atinge 5,1 salários mínimos.

Entre os que trabalham em empreendimentos com até cinco pessoas, cerca de 45% desempenham suas tarefas em domicílios e 6,2% em via pública.

A mão-de-obra infantil é intensa em atividades agrícolas, especialmente em estabelecimentos familiares. Em 1990, dos menores de 10 a 13 anos de idade, cerca de 14% faziam parte da população economicamente ativa embora, pela Constituição brasileira, a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho seja 14 anos.

**Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por
Grandes Regiões, segundo o sexo e a posição na ocupação - 1990**

Sexo e posição na ocupação	Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste (3)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	64,7	67,2	54,5	73,2	56,7	67,2
Conta-própria	22,7	23,9	29,9	18,3	23,7	20,5
Empregador	4,6	4,9	3,3	5,0	4,5	6,7
Não-remunerado	8,0	4,0	12,3	3,5	15,1	5,6
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	-	-
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	63,6	63,7	53,3	72,5	56,3	63,5
Conta-própria	23,8	26,0	30,8	18,1	28,2	21,9
Empregador	6,0	6,6	4,4	6,5	5,9	8,8
Não-remunerado	6,6	3,7	11,5	2,9	9,6	5,8
Sem declaração	0,0	-	-	0,0	-	-
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	66,7	73,1	56,6	74,3	57,4	74,5
Conta-própria	20,7	20,4	28,3	18,7	15,9	17,6
Empregador	2,1	2,0	1,2	2,5	2,0	2,6
Não-remunerado	10,5	4,5	13,9	4,5	24,7	5,3
Sem declaração	-	-	-	-	-	-

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

(1) Exclusive a população ocupada da zona rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. (2) Exclusive a população ocupada do TO e da zona rural. (3) Inclusive a população ocupada do TO.

**Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por
Grandes Regiões, segundo o sexo e o grupo de idade - 1990**

Sexo e grupo de idade	Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste (3)
Total	56,7	52,8	54,5	56,5	61,6	58,0
10 a 13 anos	14,2	8,5	19,1	9,4	17,5	14,6
14 a 17 anos	46,1	31,7	44,5	44,8	56,2	48,3
18 a 39 anos	72,9	69,8	69,6	74,0	76,3	71,9
40 a 59 anos	65,6	68,7	67,1	63,5	68,9	66,6
60 anos ou mais	27,3	29,4	32,4	23,0	28,6	33,4
Homens	75,3	69,7	73,9	74,5	79,8	78,4
10 a 13 anos	20,1	12,4	28,0	13,1	23,2	21,4
14 a 17 anos	60,0	44,0	60,9	56,3	69,7	64,4
18 a 39 anos	93,8	89,9	92,2	94,1	95,8	94,7
40 a 59 anos	89,5	91,9	91,3	87,5	90,8	92,6
60 anos ou mais	46,0	49,3	52,4	39,5	48,6	55,5
Mulheres	39,2	37,1	36,3	39,6	43,9	38,1
10 a 13 anos	8,2	4,4	10,3	5,5	11,9	7,7
14 a 17 anos	32,2	20,0	27,8	33,3	42,2	32,3
18 a 39 anos	53,2	51,5	48,5	55,1	57,2	50,5
40 a 59 anos	43,3	46,6	46,2	40,7	47,5	40,0
60 anos ou mais	11,5	13,1	13,9	10,1	11,6	11,1

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

(1) Exclusive a população da zona rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. (2) Exclusive a população do TO e da zona rural. (3) Inclusive a população do TO.

Na pesquisa que apura a situação do empregado nas seis regiões metropolitanas do País, o ano de 1993 indica que houve um aumento de 1% no número médio de pessoas ocupadas por setor de atividade, houve um aumento maior nos setores de comércio, 4% e de serviços, 2%. Já no setor de construção civil houve queda de 4% no número médio de pessoas ocupadas, enquanto que na indústria de transformação o número manteve-se estável.

Em 1993 a média dos rendimentos médios reais, em relação a 1992, aumentou aproximadamente 9% no conjunto das seis regiões metropolitanas.

Em relação aos setores de atividade, o aumento foi de 11% nas atividades do comércio, 10% nas de serviços e indústria de transformação e 5% nas da construção civil.

**Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por
Grandes Regiões, segundo a atividade e a contribuição para instituto de
previdência no trabalho principal - 1990**

Atividade e contribuição para instituto de previdência no trabalho principal	Distribuição das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste (3)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribuintes	49,8	47,6	28,6	63,4	49,5	44,0
Não-contribuintes	50,2	52,4	71,4	36,6	50,5	56,0
Atividade agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribuintes	7,5	7,4	3,4	14,1	6,5	13,2
Não-contribuintes	92,5	92,6	96,6	85,9	93,5	86,8
Atividade não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribuintes	62,3	50,8	43,9	70,2	68,5	53,0
Não-contribuintes	37,7	49,2	56,1	29,8	31,5	47,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

(1) Exclui a população ocupada da zona rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. (2) Exclui a população ocupada do TO e da zona rural. (3) Inclusive a população ocupada do TO.

Organização Sindical

A estrutura sindical brasileira foi basicamente criada pelo Estado na década de 30. Hoje são mais de 10 mil sindicatos em todo o País.



Foto - AJB

A Constituição de 1988 introduziu duas modificações importantes: desvinculou o sindicato do Ministério do Trabalho, deixando de exigir uma carta de reconhecimento emitida por ele para a constituição da entidade e permitiu que novos sindicatos se constituíssem, mediante registro em cartório.

Os dados da pesquisa sindical mostram que estas alterações na legislação propiciaram uma expansão do número de sindicatos, ainda que esta não se tenha feito acompanhar de um respectivo aumento do número de sindicalizados. O número de associados quites, isto é, em dia com suas contribuições, chegou mesmo a decrescer entre 89 e 90.

Dentre os sindicatos patronais predominam os vinculados à Confederação Nacional de Agricultura (46%), seguidos dos vinculados à Confederação Nacional da Indústria (22%) e à Confederação Nacional do Comércio (20%). Dentre os sindicatos não-patronais, a hierarquia é semelhante: 43% estão vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, 15% à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e 10% à Confederação Nacional dos Empregados no Comércio.

Há predominância de sindicatos municipais, o que é ditado pelo grande número de sindicatos rurais - patronais e de trabalhadores.

Trinta por cento das entidades sindicais realizaram sua última eleição no ano de 1990 com predomínio de chapa única, o que revela baixo grau de disputa interna.

As diretorias eleitas e que estavam em exercício em 31/12/90 eram compostas basicamente por homens. Eles representavam 90% dos diretores em exercício.

Somente 25% dos sindicatos não-patronais declararam-se filiados a uma das Centrais Sindicais existentes em 1990: 19% à Central Única dos Trabalhadores, 3% à Central Geral dos Trabalhadores, 2% à Confederação Geral dos Trabalhadores e 1% à União Sindical Independente.

Sindicatos, por Grandes Regiões e associados quites, segundo o tipo de sindicato - 1990

Tipo de sindicato	Sindicatos						Associados quites (1)
	Brasil	Grandes Regiões					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Total	10 075	559	2 675	3 473	2 612	756	7 173 021
Urbano	5 673	345	1 127	2 249	1 527	425	5 254 006
Empregadores	1 565	73	315	648	415	114	205 255
Agentes autônomos	282	29	56	108	69	20	150 511
Empregados (2)	3 367	214	618	1 349	944	242	4 630 992
Profissionais liberais	366	20	91	121	88	46	230 616
Trabalhadores autônomos	93	9	47	23	11	3	36 632
Rural	4 402	214	1 548	1 224	1 085	331	1 919 015
Empregadores	1 553	63	348	638	371	133	308 251
Trabalhadores	2 849	151	1 200	586	714	198	1 610 764

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

(1) Exclusivo os que pertencem a sindicatos que não possuem declaração do número de associados. (2) Inclusive trabalhadores avulsos.

O imposto sindical é obrigatório no País. Em 1990, 32% dos sindicatos tinham até 10% de sua receita proveniente desta fonte, enquanto que 6% dos sindicatos tinham 81% e mais de sua receita advinda do mesmo imposto.

Seis mil sindicatos não-patronais realizaram 28 506 negociações coletivas no ano de 1990. Destas, a grande maioria foi feita diretamente com as empresas onde trabalham as categorias profissionais representadas.

Dentre os serviços que os sindicatos prestam a seus associados destaca-se a assistência jurídica, seguida da odontológica e da médica. Isto mostra que o acompanhamento de seus associados em causas trabalhistas e a complementação e/ou substituição do Estado no atendimento básico à saúde têm constituído funções paralelas significativas da organização sindical.

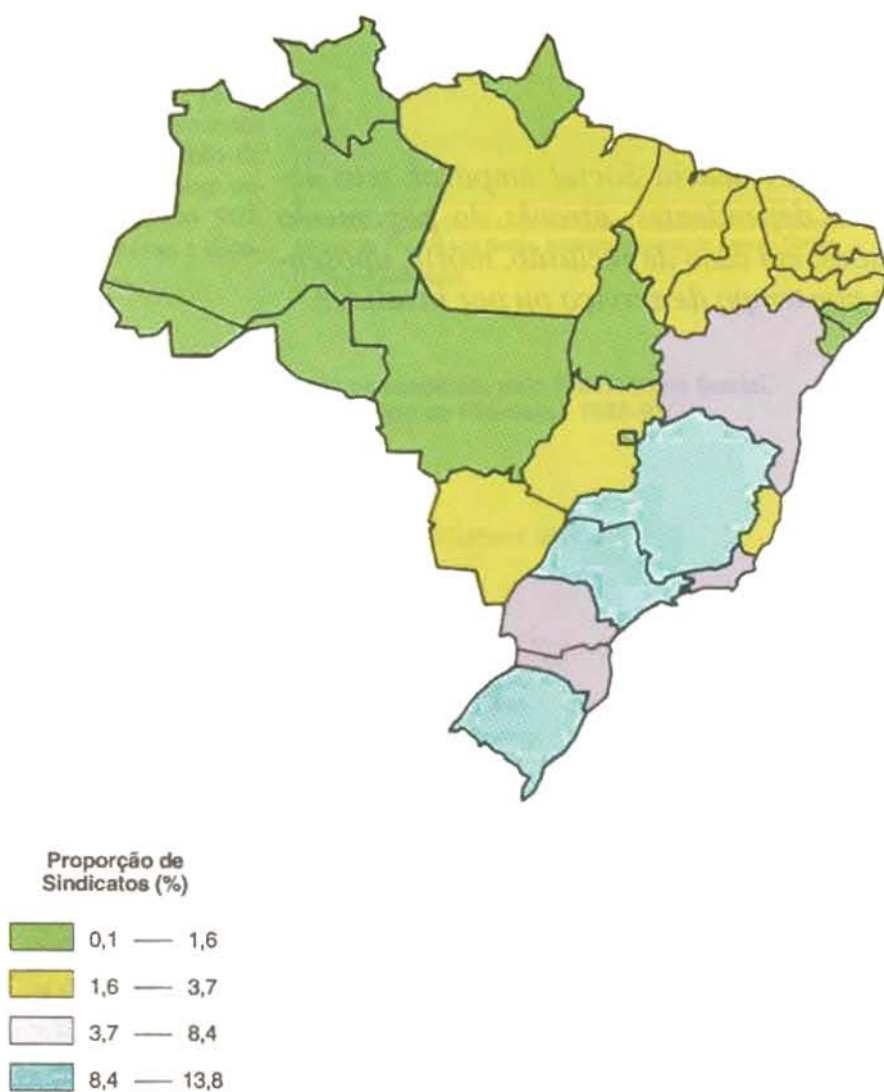
Sindicatos de empregados, segundo os principais grupos profissionais - 1990

Grupos profissionais	Sindicatos de empregados	Grupos profissionais	Sindicatos de empregados
Total	6 363	Trabalhadores em serviços de segurança do trabalho	116
Trabalhadores na indústria		Trabalhadores em transportes marítimos e fluviais	51
De alimentação	246	Estivadores	42
Do vestuário	111	Portuários	74
Da construção e mobiliário	325	Trabalhadores em transportes rodoviários	148
Urbana	65	Trabalhadores em empresas de comunicações	39
Extrativa	92	Trabalhadores em empresas de publicidade	37
De fiação e tecelagem	130	Trabalhadores em empresas jornalísticas	36
De artefatos de couro e plástico	35	Empregados em estabelecimentos bancários	183
Química e farmacêutica	100	Trabalhadores em estabelecimentos de ensino	133
Do papel, papelão e cortiça	51	Trabalhadores de empresas de difusão cultural e artística	66
Gráfica	59	Trabalhadores na agricultura	2 850
Metalúrgica, mecânica e de material elétrico	203	Servidores públicos (exclusive professores)	242
Outros	55	Outros	87
Empregados no comércio	175		
Empregados de agentes autônomos do comércio	99		
Trabalhadores no comércio armazenador	152		
Empregados em turismo e hospitalidade	146		
Empregados em estabelecimentos de serviços de saúde	215		

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

NOTA - Foram selecionados os grupos profissionais com um número superior a 30 sindicatos.

Proporção de sindicatos por Unidade da Federação - 1990



FONTE - IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1993.

Previdência Social

Cabe à Previdência Social amparar seus segurados e dependentes, através do pagamento de pensões, em caso de reclusão, morte, aposentadoria por tempo de serviço ou por invalidez.



Foto - Odir Amorim / AJB

No Brasil, existem três tipos de aposentadoria: por tempo de serviço, 30 anos para mulheres e 35 para homens; por idade, 60 anos para mulheres e 65 para homens; e por invalidez quando o segurado, em licença de saúde, não tiver condições de voltar ao trabalho. No caso dos trabalhadores rurais há uma pequena diferença quanto à aposentadoria por idade: são 55 anos para mulheres e 60 para homens.

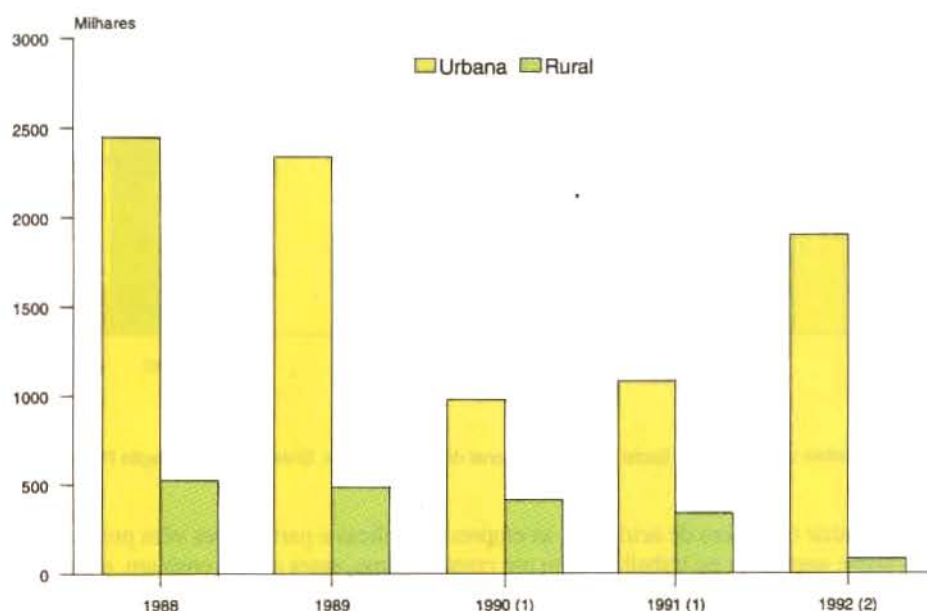
Em 1992, a Previdência Social concedeu mais de 1,9 milhão de benefícios aos seus segurados, ficando 96% desse total com a clientela urbana.

Despesa com benefícios previdenciários em relação ao produto interno bruto - 1988-1992		
Ano	Despesa com benefícios previdenciários em relação ao PIB (%)	Produto interno bruto (1 000 000 000 US\$)
1988	2,60	371
1989	2,89	400
1990	3,39	398
1991	3,43	418
1992 (1)	4,68	425

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais - Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social.

(1) Dados estimados.

Benefícios concedidos, pela Previdência Social, por tipo de clientela - 1988-92

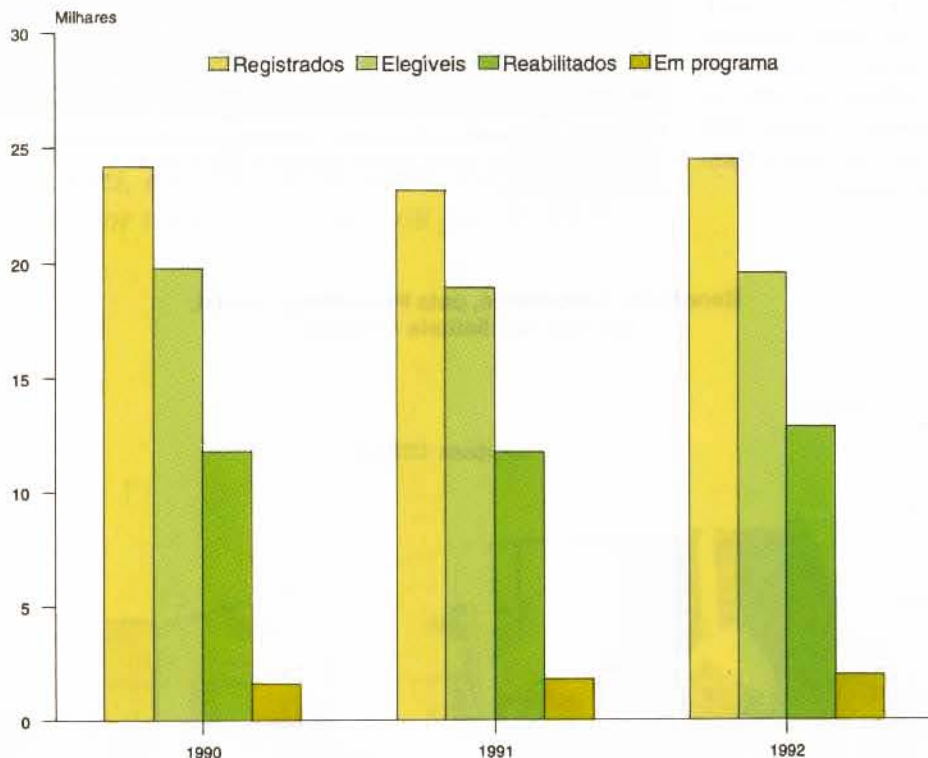


FONTE - Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.

(1) Dados retificados. (2) A partir de abril de 1992, a concessão de benefícios rurais passou a ser realizada na clientela urbana.

O Governo vem realizando, através da Previdência Social, um programa de reabilitação profissional, com o objetivo de reintegrar os segurados acidentados à condição de trabalho. Em 1992, foram atendidos cerca de nove mil beneficiários, sendo que a Região Sudeste concentrou 48% desses clientes, seguida das Regiões Nordeste (26%), Sul (18%), Norte (5%) e Centro-Oeste (3%).

Programa de reabilitação profissional da Previdência Social - 1990-1992



FONTE - Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, Divisão de Reabilitação Profissional.

Para reduzir o número de acidentes, as empresas públicas e particulares vêm promovendo cursos sobre segurança no trabalho. Com um custo mínimo, esses cursos ensinam, em poucas aulas, o uso correto dos equipamentos de segurança, como luvas, capacetes, uniformes apropriados, etc.

Essas campanhas de prevenção de acidentes no trabalho já começaram a dar resultados. As estatísticas mostram que o número de acidentes vem diminuindo nos últimos anos. Em 1992 foram registrados cerca de 500 mil casos, que significa uma queda de 8% em relação ao ano anterior.

**Acidentes de trabalho liquidados, da clientela urbana do INSS,
por consequência e total de óbitos - 1988-1992**

Ano	Acidentes de trabalho liquidados, por consequência				Total de óbitos
	Total	Assistência médica	Incapacidade temporária	Incapacidade permanente	
1988	1 007 560	147 415	839 370	20 775	4 616
1989	928 578	145 547	763 210	19 821	4 554
1990	740 220	61 235	660 107	18 878	5 355
1991	673 012	114 152	538 888	19 972	4 527
1992	531 194	90 602	423 886	16 706	3 516

FONTE - Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, Divisão de Planejamento e Estudos Estratégicos.

Acidentes de trabalho registrados, da clientela urbana do INSS - 1988-1992

Ano	Acidentes de trabalho registrados			
	Total	Caracterização do acidente		
		Típico	Doença profissional	No trajeto
1988	992 737	927 424	5 029	60 284
1989	888 443	825 081	4 838	58 524
1990	693 572	632 012	5 217	56 343
1991	632 322	579 362	6 281	46 679
1992 (1)	532 514	490 916	8 299	33 299

FONTE - Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, Divisão de Planejamento e Estudos Estratégicos.

(1) Dados sujeitos a retificação.

Habitação e Saneamento Básico

O grande número de moradores em conjuntos habitacionais indica o deslocamento da população para os grandes centros urbanos.

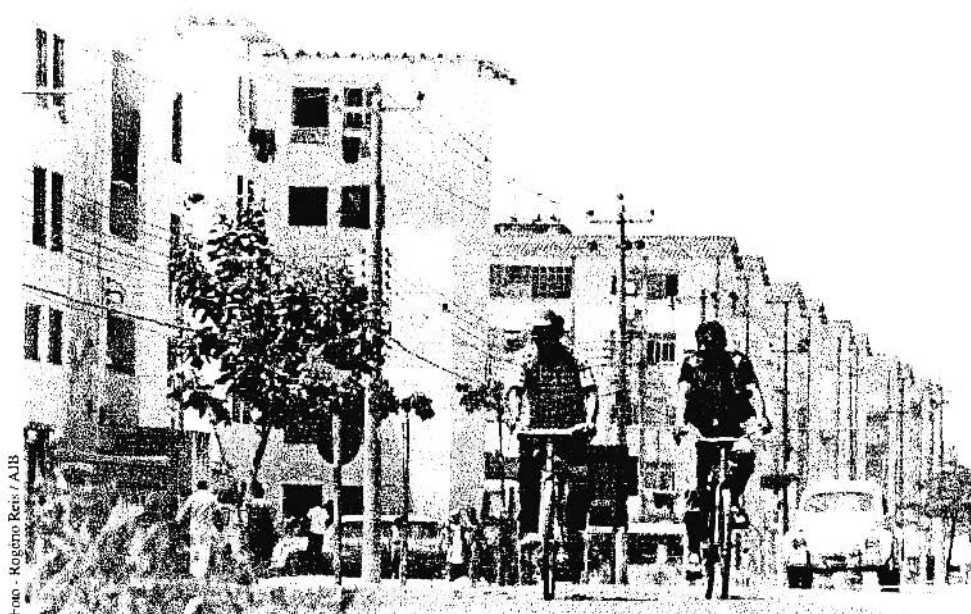


Foto - Rogério Reis / AIB

No Brasil, o tipo de habitação predominante é a casa. A proporção dos apartamentos vem crescendo nesta última década, o que indica maior concentração da população em grandes centros urbanos, onde este tipo de habitação é mais comum.

No final da década de 60, o Brasil passou a ser uma nação majoritariamente urbana, com a maior parte dos seus habitantes vivendo em cidades e vilas. Neste período grandes mudanças ocorreram na estrutura econômica e social do País. Até 1940, o Brasil era uma nação de perfil essencialmente agroexportador e, a partir de 1950, inicia-se um significativo desenvolvimento industrial, provocando o deslocamento da população para os centros urbanos.

Domicílios particulares permanentes ocupados, urbanos e rurais - 1940/1991

Ano	Domicílios particulares permanentes ocupados	
	Urbanos	Rurais
01.09.1940	2 509 639	5 388 130
01.07.1950	3 730 368	6 315 831
01.09.1960	6 350 126	7 147 697
01.09.1970	10 276 340	7 352 359
01.09.1980	17 770 981	7 439 658
01.09.1991	27 250 878	7 663 935

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991.

Domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo algumas características - 1990

Características	Domicílios particulares permanentes (1 000)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste (3)
Total	35 579	1 049	9 270	16 865	5 887	2 508
Tipo						
Casa	29 577	925	7 376	14 000	5 150	2 126
Apartamento	3 596	51	421	2 357	581	186
Rústico	1 904	27	1 365	300	84	127
Quarto ou cômodo	502	46	108	208	71	69
Condição de ocupação						
Próprio	23 830	791	6 787	10 535	4 194	1 523
Alugado	6 309	167	1 100	3 797	812	432
Cedido	5 254	88	1 352	2 406	863	546
Outra	170	3	23	122	16	5
Sem declaração	16	-	8	5	2	1
Forma de abastecimento de água						
Rede geral	26 126	858	4 881	14 540	4 187	1 661
Outra	9 451	192	4 388	2 325	1 700	846
Sem declaração	2	-	2	-	-	0
Destino do lixo						
Coletado	22 943	647	3 829	13 199	3 748	1 520
Outro	12 633	402	5 440	3 666	2 139	986
Sem declaração	3	-	1	0	-	1
Existência de						
Iluminação elétrica	31 231	990	6 519	16 156	5 436	2 131
Filtro	20 346	496	4 745	12 032	1 243	1 829
Fogão	34 305	1 023	8 203	16 761	5 863	2 456
Geladeira	25 297	787	3 838	14 203	4 762	1 707
Rádio	29 993	795	6 448	15 354	5 376	2 020
Televisão	26 226	808	4 399	14 528	4 719	1 771

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

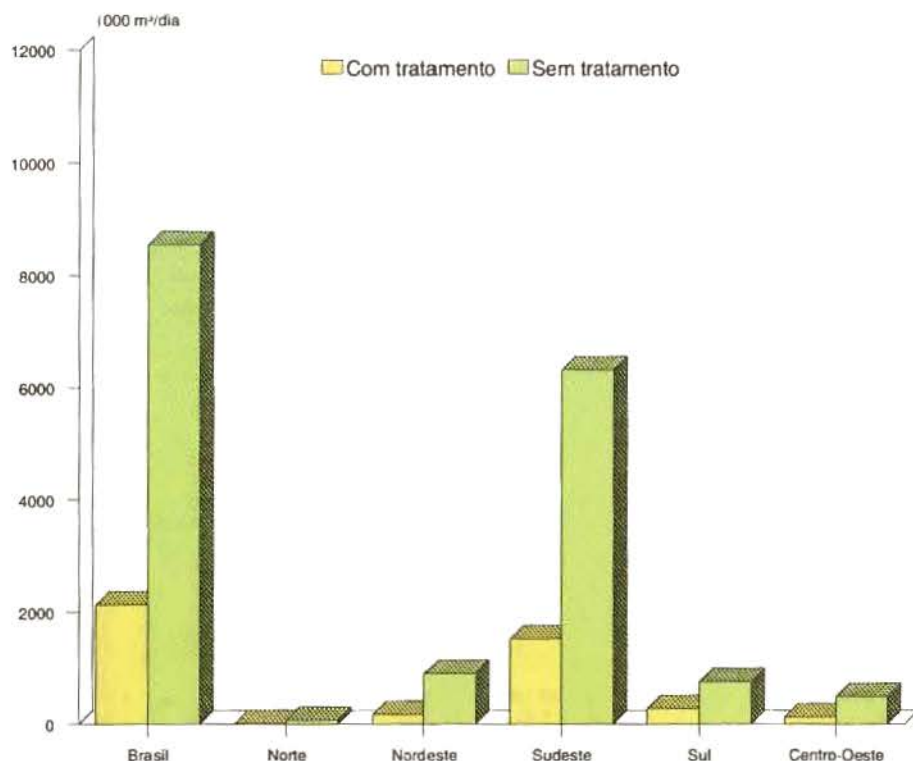
NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.
(1) Exclusive os domicílios da zona rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. (2) Exclusive os domicílios do TO e da zona rural. (3) Inclusive os domicílios do TO.

Saneamento Básico

Os principais itens para o saneamento básico de uma comunidade são o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a limpeza pública e o abastecimento de água.

Esgotamento Sanitário - Menos da metade dos municípios brasileiros conta com a coleta de esgoto sanitário e um quarto desses municípios utiliza emissários para lançamento de esgoto no mar, em rios, lagos ou baías. Do volume diário coletado nas cidades apenas 20% recebem algum tipo de tratamento.

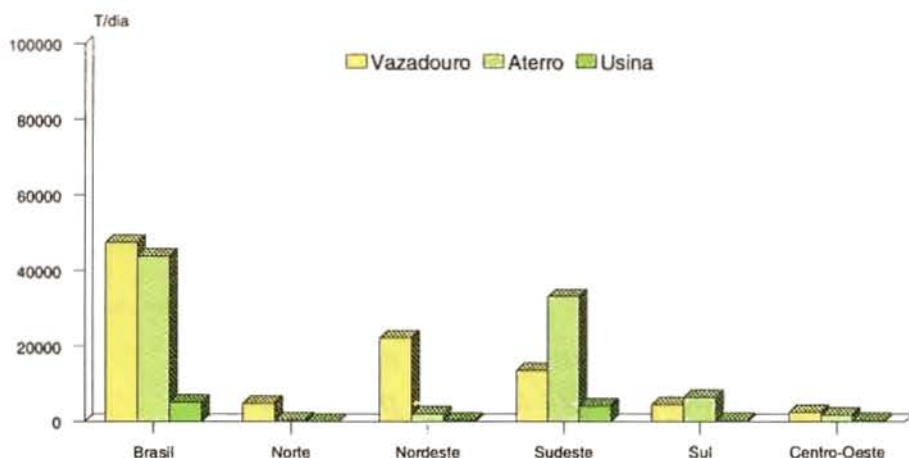
Volume de esgoto coletado por dia



FONTE - IBGE/DPE/DEISO, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 1989.

Coleta de Lixo - Apesar da ampliação, ocorrida nos últimos anos, no serviço de coleta e tratamento do lixo, a maior quantidade coletada diariamente - 76% - ainda é jogada a céu aberto (vazadouro), sem qualquer tipo de tratamento. Apenas 22% do volume coletado são enterrados em áreas especiais, seguindo as normas sanitárias. E somente 2% são encaminhados às usinas de incineração, de reciclagem ou de compostagem. Nessa última o lixo é transformado em adubo agrícola.

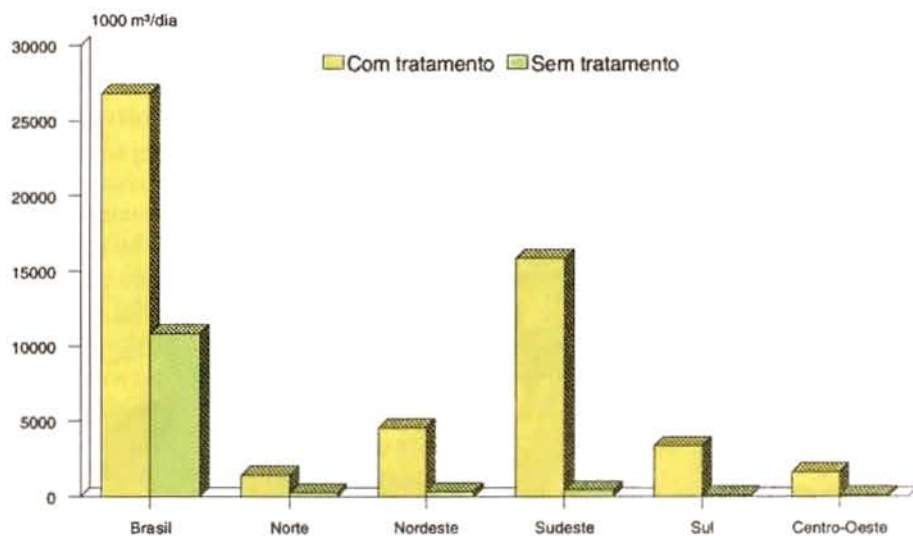
Quantidade de lixo coletado e sua destinação final



FONTE - IBGE/DPE/DEISO, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 1989.

Abastecimento de Água - O tratamento precário do esgoto e do lixo jogado em áreas alagadas contribui para a contaminação da água que abastece os municípios, provocando doenças na população. Por isso, a análise e o tratamento da água a ser consumida tornam-se vitais na prevenção de doenças. Hoje, cerca de 96% da água distribuída no País são analisados e recebem algum tipo de tratamento, como filtração e adição de cloro e flúor.

Volume de água distribuída por dia



FONTE - IBGE/DPE/DEISO, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 1989.

Saúde

As campanhas de vacinação são essenciais no combate a doenças que atingem principalmente a população infantil.



Foto - Carlos Mesquita / A/B

O objetivo da saúde pública no País é prevenir a doença e garantir a saúde: a capacidade física e mental da população. Os estabelecimentos de saúde são públicos ou particulares.

No Brasil os serviços públicos de assistência médica juntamente com particulares contratados formam o Sistema Único de Saúde - SUS -, que são financiados com recursos de seguridade social e alocam verbas da União, dos Estados e Municípios.

**Estabelecimentos de saúde, públicos e particulares, por Grandes Regiões,
segundo a especialização médica - 1990**

Especialização médica	Estabelecimentos de saúde					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	4 520	155	1 136	2 220	817	192
Cardiologia	164	6	37	89	19	13
Ginecologia	115	7	34	57	14	3
Neurologia	79	5	18	42	9	5
Obstetrícia	364	23	244	69	15	13
Odontologia	1 624	22	336	729	495	42
Oftalmologia	177	10	46	87	24	10
Oncologia	72	3	17	41	9	2
Pediatria	461	21	119	235	58	28
Psiquiatria	479	7	92	298	55	27
Traumato-ortopedia	347	13	80	177	56	21
Outras	638	38	113	396	63	28

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

NOTA - Foram selecionadas as especializações médicas que contavam com um número superior a 70 estabelecimentos.

Das 14 583 191 hospitalizações pagas em 1992 pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS -, 76,6% foram para hospitais privados, 6,1% para hospitais universitários e 17,2% para a rede pública.

Diagnóstico precoce e pronto atendimento permitem a recuperação da saúde e podem intervir no desenvolvimento da doença ou na sua disseminação. Nos últimos anos, os órgãos de saúde vêm intensificando o combate a doenças como sarampo, febre amarela, malária, dengue, paralisia infantil, cólera e AIDS, entre outras.

Devido a campanhas de vacinação, o número de casos de sarampo obteve uma queda significativa no ano de 1992. Foram notificados 7 887 casos que representam uma redução de 539% em relação ao ano anterior.

Nos últimos treze anos a maior incidência de casos da AIDS ocorreu na faixa de 30 a 34 anos, somando 9 477 casos. Desse total, 87% são do sexo masculino.

Em 1993, foram registrados 5 068 portadores do vírus da AIDS no Brasil. Esse número mostra um declínio de 48,6% em relação ao ano anterior.

Em 1992, o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis, com a colaboração do Programa Global de AIDS da Organização Mundial de Saúde e dos Programas Estaduais e Municipais de AIDS, implantou o sistema de controle de incidência do vírus, com o objetivo de monitorar as tendências de sua

transmissão nas diferentes regiões do País. Além desses programas, existem entidades não governamentais, auxiliadas por organismos internacionais, que têm contribuído efetivamente para evitar a disseminação da doença no País.

**Hospitalizações pagas pelo INAMPS, com indicação do número de internações,
do coeficiente de letalidade e da média de permanência,
segundo a causa da internação - 1992**

Causa da internação	Hospitalizações pagas pelo INAMPS			
	Internações		Coeficiente de letalidade	Média de permanência
	Número absoluto	Relativo (%)		
Total	14 583 191	100,00	2,15	6,81
Doenças infecciosas e parasitárias	1 342 116	9,20	2,76	6,57
Neoplasmas	513 433	3,52	5,92	7,48
Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição, do metabolismo e transtornos imunitários	434 415	2,98	4,14	6,88
Doenças do sangue e órgãos hematopoéticos	90 969	0,62	2,49	6,24
Transtornos mentais	428 876	2,94	0,44	61,64
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	376 634	2,58	1,89	6,61
Doenças do aparelho circulatório	1 552 586	10,65	5,97	7,30
Doenças do aparelho respiratório	2 260 035	15,50	2,01	5,68
Doenças do aparelho digestivo	1 113 430	7,64	2,20	5,15
Doenças do aparelho geniturinário	1 278 363	8,77	0,65	4,35
Complicações da gravidez, do parto e do puerpério	3 262 536	22,37	0,04	2,41
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	152 263	1,04	0,76	6,09
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	332 765	2,28	0,33	5,71
Anomalias congênitas	67 761	0,46	3,36	6,74
Algumas afecções originadas no período perinatal	193 808	1,33	6,17	7,44
Sintomas, sinais e afecções mal definidas	251 563	1,73	3,27	4,00
Lesões e envenenamentos	884 587	6,07	2,12	5,34
Fatores que exercem influências sobre o estado de saúde e oportunidades de contacto com serviços de saúde	47 051	0,32	1,64	6,88

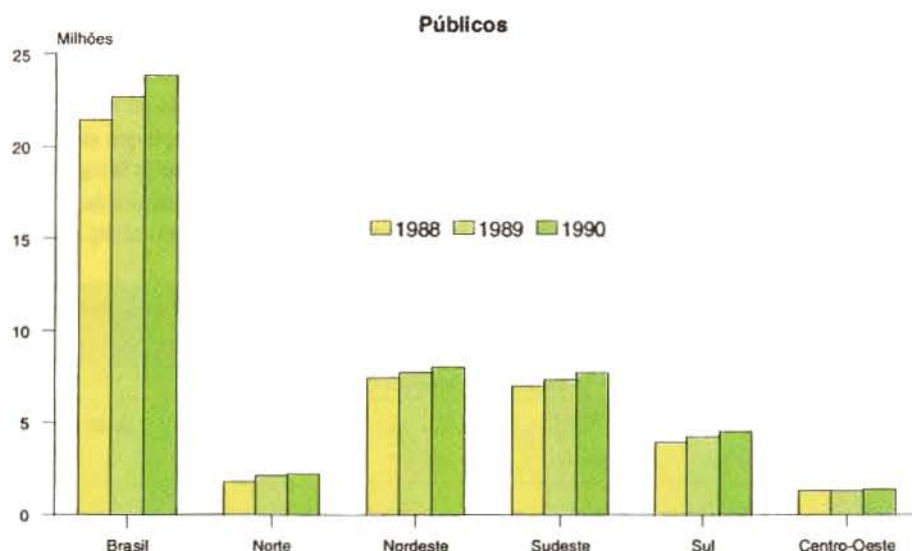
FONTE - Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Sistema Síntese.

Vacinas aplicadas, segundo o tipo - 1989-1992

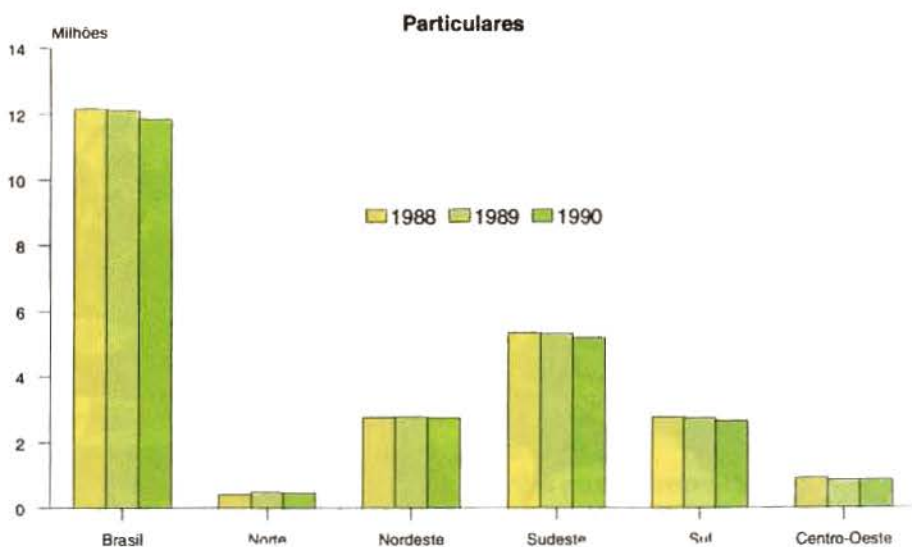
Tipo	Vacinas aplicadas			
	1989	1990	1991	1992
BCG-intradérmico	3 196 865	3 114 883	3 262 725	3 372 378
Antipólio oral	2 351 275	2 269 828	2 510 228	2 438 348
Anti-sarampo	2 619 563	3 069 745	3 200 741	3 411 549
Tríplice	2 419 442	2 581 527	2 934 915	2 671 879

FONTE - Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Operações.

Estabelecimentos de saúde, públicos e particulares, segundo Grandes Regiões - 1988-90



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Pesquisa Assistência Médico-Sanitária.



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Pesquisa Assistência Médico-Sanitária.

Educação

A organização do ensino no País abrange três sistemas básicos: regular, supletivo e especial.



Foto - Marcelo Rêma / AIB

O ensino regular compreende a educação pré-escolar, o ensino de 1º e 2º graus, a graduação (3º grau) e a pós-graduação.

No ensino supletivo estão previstos os cursos que devem suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não concluíram seus estudos na idade apropriada. Estão previstos também cursos de aprendizagem e qualificação profissional, que são complementares à escolarização regular; cursos profissionalizantes, que tem por objetivo a formação de mão-de-obra e os de aperfeiçoamento ou atualização, que objetivam reciclar os que concluíram o ensino regular há algum tempo.

O ensino especial, voltado para os deficientes e superdotados, tem por objetivo oferecer educação geral e, quando possível, formação profissional.

São consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Aquelas que sabem apenas escrever o próprio nome são consideradas analfabetas.

Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o grupo de idade - 1990

Grupo de idade	Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste (3)
Total	19,6	14,2	39,1	11,2	11,0	17,6
7 a 9 anos	38,9	40,5	68,3	22,4	17,8	37,9
10 anos ou mais	17,8	11,3	35,8	10,2	10,4	15,6
10 a 14 anos	14,4	10,4	33,0	4,2	3,0	10,7
15 a 17 anos	9,7	4,9	22,3	3,2	3,0	5,4
18 a 19 anos	9,0	4,6	21,0	3,6	3,0	6,2
20 a 29 anos	10,0	5,5	24,3	4,2	4,5	7,5
30 a 39 anos	13,3	9,3	31,5	6,9	7,9	12,1
40 a 49 anos	22,0	14,7	45,4	13,0	13,4	22,6
50 a 59 anos	28,9	22,7	52,1	19,3	21,2	34,2
60 anos ou mais	43,8	35,7	66,3	32,5	35,1	49,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

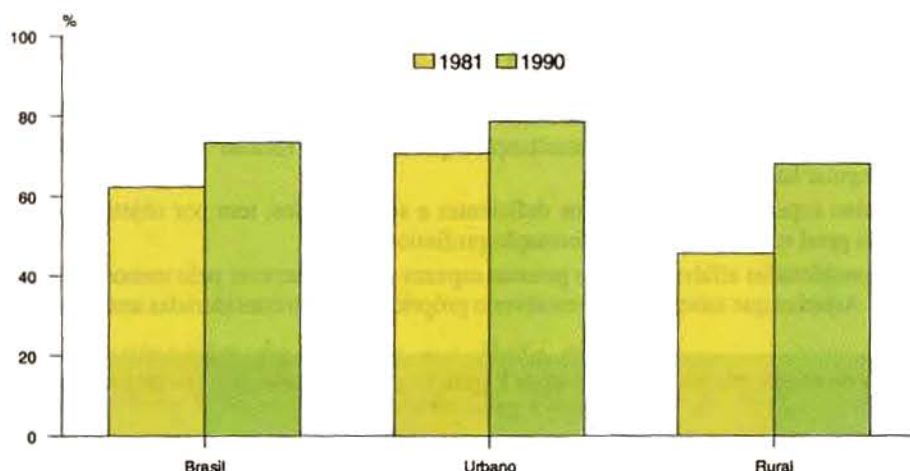
(1) Exclusive a população da zona rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. (2) Exclusive a população do TO e da zona rural. (3) Inclusive a população do TO.

Embora na América Latina o Brasil apresente baixas taxas de escolarização, observa-se no País uma evolução gradativa nas taxas de frequência escolar. A expansão das taxas de escolarização ocorreu, de 1981 a 1990, em todas as regiões do País, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais.

A renda familiar é fator de grande influência nas condições de escolarização das crianças brasileiras, assim como a localização da residência. Na área urbana o nível de escolarização das crianças de 10 a 14 anos atinge 90%, enquanto que na área rural atinge 70%. As crianças habitantes das áreas rurais sofrem com a falta de escolas, principalmente das que ofereçam aulas além da 4ª série do primeiro grau. Muitas dessas crianças são incorporadas precocemente às tarefas agrícolas, obrigando-as a abandonar as escolas.

A frequência correspondente ao pré-escolar contribui para o desenvolvimento e a educação futura da criança, principalmente das oriundas de populações carentes. Na década de 81-90 a taxa de escolarização de crianças de 5 a 6 anos duplicou de 23,5% para 48,4%, devido principalmente a programas do governo e a projetos comunitários, que enfatizaram a educação pré-escolar formal e não-formal.

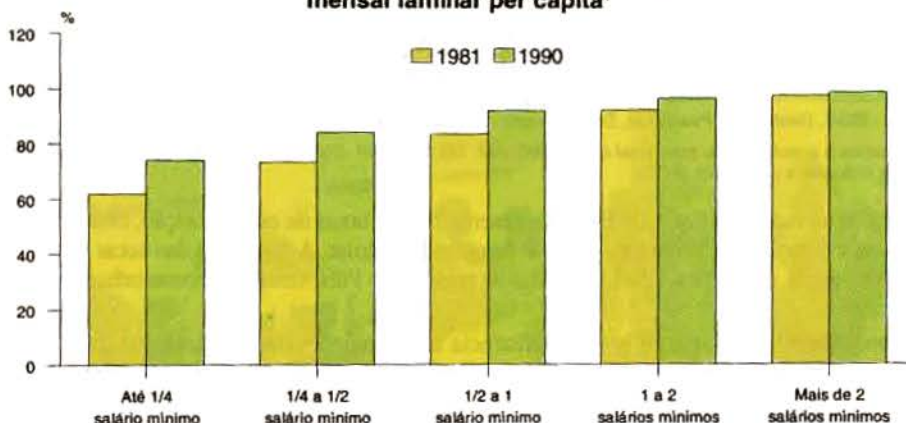
Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos



FONTE - IBGE/PNAD.

A proporção de pessoas que completaram de 4 a 7 anos de estudo aumentou de 32% em 1981, para 33,9% em 1990. Foi marcante o crescimento daquelas que concluíram pelo menos oito anos de estudos: 18,3% em 1981 e 25% em 1990. No momento, é de 41% a proporção de pessoas com nível de instrução inferior à metade do 1º grau.

Taxa de escolarização das pessoas de 7 a 14 anos, por rendimento mensal familiar per capita¹



FONTE - IBGE/PNAD.

(1) Os valores do salário mínimo estão corrigidos com base no valor de 1981, tomando como deflator o INPC.

Em 1991 havia 893 instituições de nível superior, que ofereceram 516 663 vagas para ingresso em seus cursos, através de vestibular. Foram feitas 1 985 825 inscrições e preenchidas 426 558 vagas.

Em 1990, 230 271 pessoas haviam concluído seus cursos superiores.

Pessoas de 10 a 17 anos de idade e distribuição das pessoas de 10 a 17 anos de idade, com indicação da situação de trabalho e de frequência à escola, segundo o grupo de idade e a classe de rendimento mensal familiar per capita - 1990

Grupo de idade e classe de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo)	Pessoas de 10 a 17 anos				
	Total absoluto (1)	Distribuição das pessoas de 10 a 17 anos de idade (%)			
		Somente estudam	Trabalham e estudam (2)	Somente trabalham (2)	Afazeres domésticos
Total (3)	26 047 545	61,2	13,5	15,3	6,8
Até 1/4	3 629 061	50,3	14,4	20,0	10,2
Mais de 1/4 a 1/2	5 099 551	52,3	12,8	20,4	9,7
Mais de 1/2 a 1	6 503 623	58,0	13,9	17,6	7,3
Mais de 1 a 2	5 343 891	65,2	14,7	13,5	4,5
Mais de 2	4 834 534	78,1	12,2	6,2	2,3
Sem rendimento	303 693	61,5	5,5	5,1	18,6
10 a 14 anos (3)	16 916 535	74,4	9,8	7,4	5,1
Até 1/4	2 616 165	59,6	14,2	12,3	8,8
Mais de 1/4 a 1/2	3 439 075	63,8	11,7	11,7	7,8
Mais de 1/2 a 1	4 178 947	73,2	10,3	8,0	5,4
Mais de 1 a 2	3 269 795	83,1	8,3	4,0	2,7
Mais de 2	3 007 190	91,5	5,1	1,2	1,2
Sem rendimento	194 351	76,7	6,1	2,1	5,0
15 a 17 anos (3)	9 131 010	36,6	20,3	30,1	9,9
Até 1/4	1 012 896	26,5	14,9	39,8	13,9
Mais de 1/4 a 1/2	1 660 476	28,6	15,2	38,3	13,9
Mais de 1/2 a 1	2 324 676	30,7	20,3	34,8	10,6
Mais de 1 a 2	2 074 096	36,8	24,8	28,4	7,4
Mais de 2	1 827 344	56,1	23,8	14,5	4,1
Sem rendimento	109 342	34,5	4,3	10,4	42,7

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive sem declaração e aqueles que não realizavam nenhuma destas atividades. (2) Inclusive procurando trabalho. (3) Inclusive sem declaração de rendimento.

Participação Política

Todo cidadão brasileiro tem direito a votar em eleições e plebiscitos, engajar-se em movimentos populares, organizar e participar de partido político.

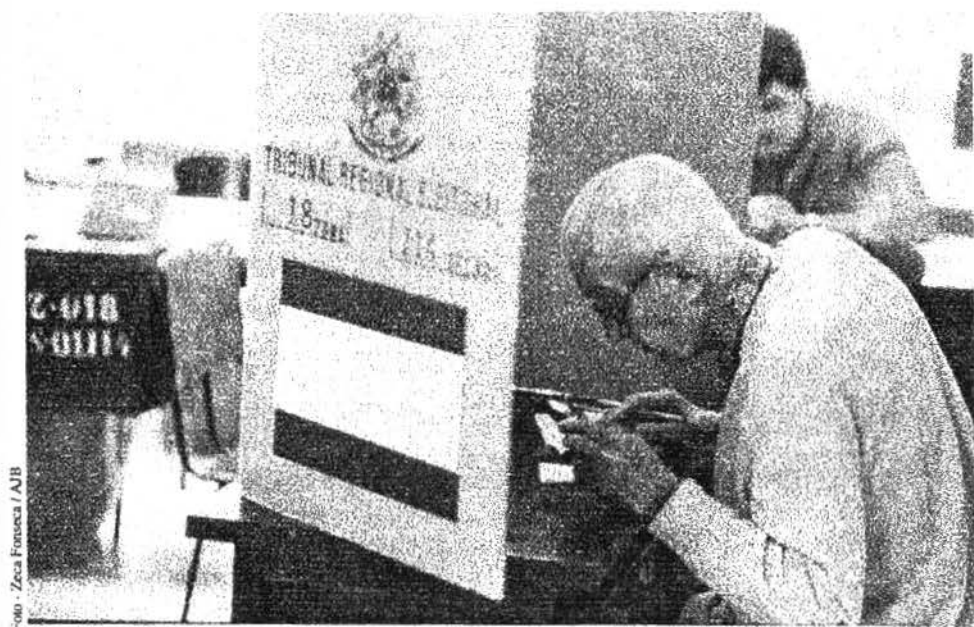


Foto - Zeca Fonseca / AIB

O Estado é uma entidade política soberana. Para ser democrático é necessário que o povo escolha seus dirigentes. No Brasil essa escolha se dá mediante eleições populares.

O sistema de governo do País é o Presidencialismo e a organização política baseia-se na divisão entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativo para os analfabetos, pessoas acima de 70 anos e entre 16 e 18 anos. Não podem ser alistados os estrangeiros e os que estejam cumprindo serviço militar.

Outros direitos são adquiridos em etapas sucessivas: aos 18 anos, o cidadão pode ser eleito Vereador; aos 21 anos, Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito; aos 30 anos, Governador e Vice-Governador e aos 35 anos Presidente da República, Vice-Presidente e Senador. São inelegíveis os analfabetos e os que não possuam título de eleitor.

Em 1990, o Brasil tinha cerca de 84 milhões de eleitores inscritos. Em 1993, esse número cresceu 7,14%, um aumento proveniente do direito de voto dos jovens de 16 a 18 anos, dado pela Constituição de 1988.

Eleitores, segundo as Grandes Regiões - 1988/1993

Grandes Regiões	Eleitores				
	1988	1989	1990	1992	1993
Brasil	75 813 519	(1) 82 074 718	83 817 593	90 222 835	90 256 339
Norte	(2) 3 647 348	4 424 718	4 702 321	5 418 925	5 449 078
Nordeste	20 268 690	21 529 617	22 312 935	24 320 147	24 239 942
Sudeste	34 350 553	37 538 389	37 920 076	40 228 575	40 279 954
Sul	12 436 716	13 476 003	13 629 393	14 518 141	14 540 146
Centro-Oeste	(3) 5 110 212	5 087 499	5 252 868	5 737 047	5 747 219

FONTE - Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Coordenação de Informática, Sistema de Estatística do Eleitorado.

(1) Inclusive 18 492 eleitores no exterior. (2) Exclusive os eleitores do TO. (3) Inclusive os eleitores do TO.

Os estados com maior número de eleitores são: São Paulo com 19 812 703; Minas Gerais com 10 116 796 e Rio de Janeiro com 8 732 024 e os menores colégios eleitorais encontram-se nos Estados do Acre com 237 001; do Amapá com 169 409 e de Roraima com 101 947.

Na cidade de São Paulo está a maior concentração de eleitores do País somando, em 1993, um total de 6 138 335, enquanto a cidade de Santa Rosa no Estado do Acre detém o menor número, com apenas 140 eleitores.

Em outubro de 1994 e caso haja 2º turno das eleições, em novembro de 1994, o povo brasileiro volta às urnas para eleger o novo presidente do País, além de governadores de 26 estados e do Distrito Federal, 54 senadores, 513 deputados federais e 1059 deputados estaduais.

Presidente e governadores eleitos assumem seus mandatos em 1º de janeiro de 1995.

Proporção de eleitores por Grandes Regiões - 1993



Grandes Regiões

-  Norte (6%)
-  Nordeste (27%)
-  Sudeste (45%)
-  Sul (16%)
-  Centro-Oeste (6%)

Agropecuária

O Brasil destaca-se no cenário mundial como produtor e exportador de produtos agrícolas e seus derivados.

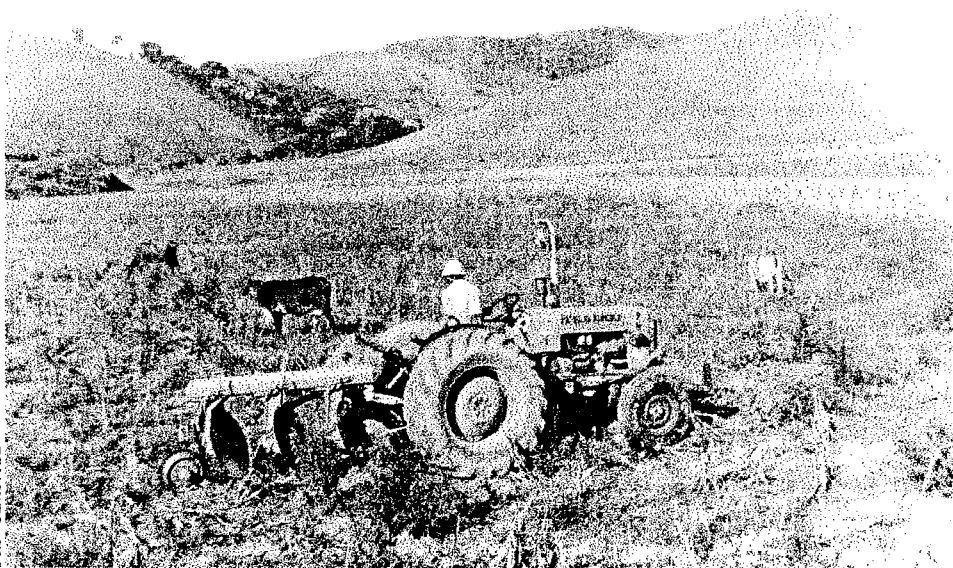


Foto - Olívio / AJB

Em 1992, os produtos que apresentaram um aumento de produção, em relação a 1991, foram a soja (29,13%) e o milho (28,13%). A produção de arroz, apesar de ter crescido 5,46%, não atende de modo satisfatório às necessidades de consumo da crescente população brasileira. Na mesma situação se encontra o feijão, que em 1992, cresceu apenas 1,93% em relação ao ano anterior.

Área colhida, produção obtida, rendimento médio obtido e principal produtor, segundo os principais produtos agrícolas das lavouras permanentes - 1992

Principais produtos	Área colhida (ha)	Produção obtida (1 000 t)	Rendimento médio obtido (kg/ha)	Principal produtor	
				Unidade da Federação	Produção obtida (1 000 t)
Algodão arbóreo (em caroço)	283 717	22	78	Ceará	13
Banana (1)	515 844	562	1 090	Bahia	87
Cacau (em amêndoa)	731 485	328	449	Bahia	263
Café (em coco)	2 500 324	2 588	1 035	Minas Gerais	1 106
Castanha de caju	695 483	107	155	Ceará	45
Coco-da-baía (2)	239 760	891	3 716	Bahia	221
Laranja (2)	988 704	98 411	99 535	São Paulo	82 884
Sisal (fibra)	264 201	204	772	Bahia	149

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, pesquisa Produção Agrícola Municipal.

NOTA - Foram selecionados os produtos com área colhida superior a 200 000 hectares.

(1) Produção obtida em 1 000 000 cachos e rendimento médio em cachos por hectare. (2) Produção obtida em 1 000 000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

Área colhida, produção obtida, rendimento médio obtido e principal produtor, segundo os principais produtos agrícolas das lavouras temporárias - 1992

Principais produtos	Área colhida (ha)	Produção obtida (1 000 t)	Rendimento médio obtido (kg/ha)	Principal produtor	
				Unidade da Federação	Produção obtida (1 000 t)
Abacaxi (1)	37 402	825	22 084	Paraíba	301
Algodão herbáceo (em caroço)	1 594 036	1 863	1 168	Paraná	973
Arroz (em casca)	4 687 022	10 006	2 143	Rio Grande do Sul	4 569
Batata-inglesa	173 712	2 432	14 043	Paraná	671
Cana-de-açúcar	4 202 604	271 474	64 596	São Paulo	145 500
Cebola	76 289	896	11 744	Santa Catarina	310
Feijão (em grão)	5 148 698	2 797	543	Paraná	450
Mandioca	1 826 262	21 918	12 001	Bahia	3 771
Milho (em grão)	13 363 609	30 506	2 282	Paraná	7 280
Soja (em grão)	9 441 391	19 215	2 035	Rio Grande do Sul	5 649
Tomate	52 210	2 141	41 014	São Paulo	740
Trigo (em grão)	1 955 621	2 796	1 429	Paraná	5 649

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, pesquisa Produção Agrícola Municipal.

NOTA - Foram selecionados os produtos com produção obtida superior a 700 000 toneladas.

(1) Produção obtida em 1 000 000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

A produção do trigo apresentou uma redução de -4,18 % em comparação ao ano de 1991. A liberação da importação deste cereal foi a principal causa para o declínio da produção. A mandioca, outro produto de importância na mesa do brasileiro, também sofreu, em 1992, uma redução de 10,62% do total de toneladas em relação ao ano anterior. A prolongada estiagem nas áreas produtoras da Região Nordeste foi o motivo principal para a queda da produção da mandioca.

Número de estabelecimentos, com indicação da capacidade útil das unidades armazenadoras, segundo o tipo de propriedade da empresa - 2º semestre de 1992

Tipo de propriedade da empresa	Número de estabelecimentos	Capacidade útil das unidades armazenadoras		
		Armazéns convencionais, estruturais e infláveis (m³)	Armazéns graneleiros e granelizados (t)	Silos (t)
Total	11 466	103 398 311	31 465 522	16 542 962
Governo	472	12 537 725	1 678 700	850 324
Iniciativa privada	9 082	69 858 425	18 175 089	9 335 037
Cooperativa	1 626	15 230 186	10 172 208	5 235 469
Economia mista	286	5 771 975	1 439 525	1 122 132

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa de Estoques.

Estoques existentes, segundo os principais produtos agrícolas - 2º semestre de 1992 - 1º semestre de 1993

Produtos agrícolas	Quantidade estocada (t)	
	2º semestre de 1992 (1)	1º semestre de 1993 (2) (3)
Arroz (em casca)	2 676 223	4 523 383
Feijão (em grão)	326 997	219 119
Milho (em grão)	3 506 592	7 009 940
Soja (em grão)	861 753	8 826 820
Trigo (em grão)	2 858 729	2 665 396

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa de Estoques.

(1) Estoque em 31.12. (2) Estoque em 30.06. (3) Dados preliminares.

Pecuária e Avicultura

A bovinocultura no País se desenvolve ainda de modo extensivo, ocupando vastas áreas de pastagens nativas e plantadas que, segundo o Censo Agropecuário de 1985, totalizavam 179 188 milhões de hectares.

O rebanho bovino, que é o de maior expressão econômica no País, somou, em 1991, 152 milhões de cabeças. A Região Centro-Oeste é na atualidade a que possui o maior rebanho, detendo cerca de 31% do efetivo nacional, seguida das Regiões Sudeste (24,14%), Nordeste (17,53%), Sul (16,61%) e Norte (10,10%).

Efetivo dos rebanhos e das aves, segundo as Grandes Regiões - 1991

Efetivo dos rebanhos e das aves (1 000 cabeças)

Grandes Regiões	Bovinos e bubalinos	Eqüinos	Asininos e muares	Caprinos e ovinos	Suínos	Coelhos	Aves (1)
Brasil	153 568	6 237	3 399	32 300	34 290	649	596 935
Norte	16 208	531	240	558	4 025	7	28 919
Nordeste	26 838	1 761	2 155	18 842	9 759	28	106 382
Sudeste	36 835	1 788	703	761	6 135	210	182 041
Sul	25 449	1 203	151	11 559	10 827	390	250 061
Centro- Oeste	48 238	953	150	581	3 544	14	29 532

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, pesquisa Produção da Pecuária Municipal.

NOTA - As diferenças apresentadas no total são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Efetivo de galinhas, galos, frangos, frangas e pintos de 1 dia e codornas.

A produção de leite em 1991 teve um crescimento de 4,11% em relação à obtida no ano anterior. Esse aumento da produção leiteira vem sendo estimulado pelo governo, mediante a concessão de crédito para a instalação de micro e miniusinas de beneficiamento e a descentralização para os estados e municípios da responsabilidade pela inspeção da qualidade dos produtos de origem animal.

A avicultura nacional é outra atividade de grande importância econômica, pois a sua produção constitui não só uma fonte alternativa de proteína animal na alimentação da população brasileira, como também é geradora de divisas para o País. O total de cabeças avícolas cresceu 8,33% no biênio 1990/91. A Região Sul é responsável pelo maior número do efetivo avícola, somando 42,02% de toda a produção nacional.

O total de suínos somou 34 milhões de cabeças, significando um crescimento de 1,98% no biênio 1990/91. A Região Sul é a que possui o maior efetivo com cerca de 10 827 milhões de cabeças, cuja produção de carne é destinada aos mercados interno e externo.

Produtos de origem animal - 1991

Produto	Unidade	Produção
Leite	1 000 000 L	15 079
Lã	t	29 300
Ovos de galinha	1 000 000 dúzia	2 192
Ovos de codorna	1 000 000 dúzia	35
Mel de abelha	t	18 668
Casulos do bicho-da-seda	t	17 117

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, pesquisa Produção da Pecuária Municipal.

Extrativismo Vegetal e Silvicultura

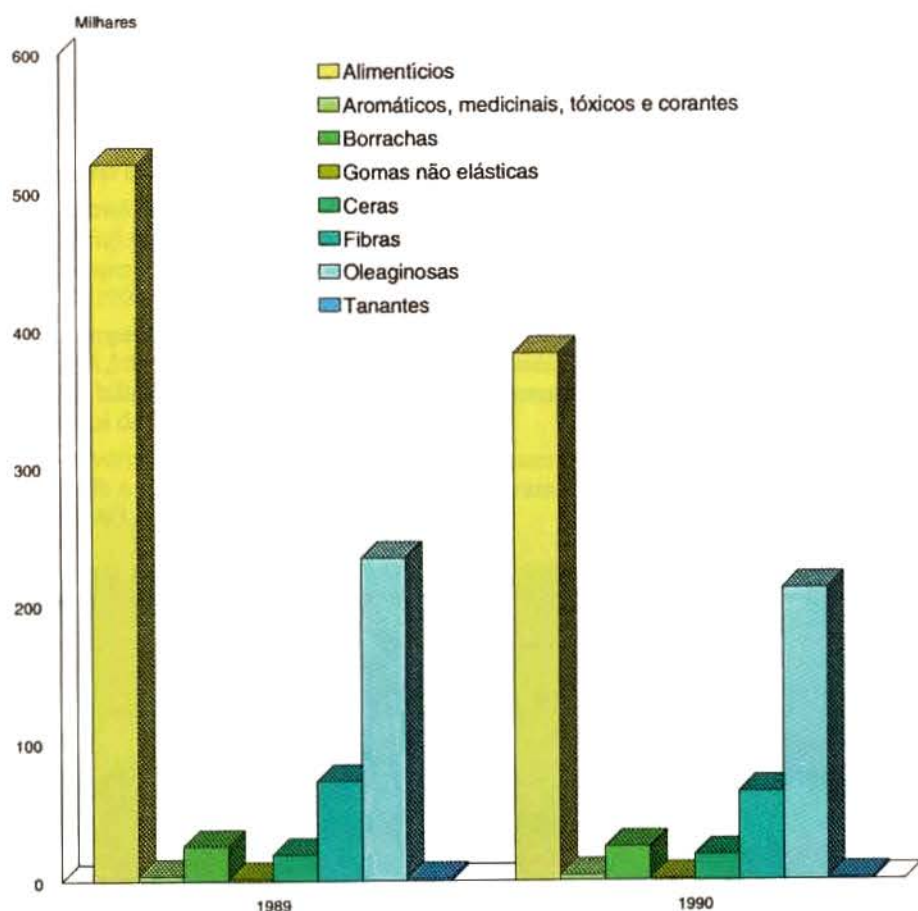
O extrativismo vegetal destaca-se no País por gerar significativas produções de borracha de seringueira, de cera e pó de carnaúba, de fibras vegetais, de produtos oleaginosos como a amêndoa do babaçu e a semente da oiticica, de produtos alimentícios (fruto do açaí, castanha-do-pará, erva-mate e palmito), de ervas medicinais (raiz da ipecacuanha e folha do jaborandi), além de madeira, lenha e carvão vegetal.

A atividade extrativa vegetal é comumente executada de modo itinerante, pois, à medida que os recursos florestais nativos vão se esgotando numa área, os produtores recorrem a outras áreas ainda não exploradas. Recentemente foram criadas algumas reservas extrativistas na Amazônia, sendo que a mais importante está localizada no Município de Xapuri no Estado

do Acre. Nestas reservas extrativistas, seringueiros e coletadores de castanha-do-pará e de outros produtos da floresta reúnem-se em cooperativas que comercializam suas produções.

A exploração dos maciços florestais homogêneos de eucalipto, pinheiro, pinus e de acácia-negra também assume grande importância econômica no País. O carvão produzido a partir do material lenhoso das florestas plantadas é utilizado principalmente pelas usinas siderúrgicas. A madeira é empregada na fabricação de móveis, na construção civil e naval e na produção de papel e celulose, que constituem itens de peso na pauta das exportações brasileiras.

Produção das espécies florestais nativas, segundo os principais produtos - 1989-1990



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária, Pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

Indústria

A indústria nacional cresceu em 1993, atingindo o maior desempenho dos últimos anos.

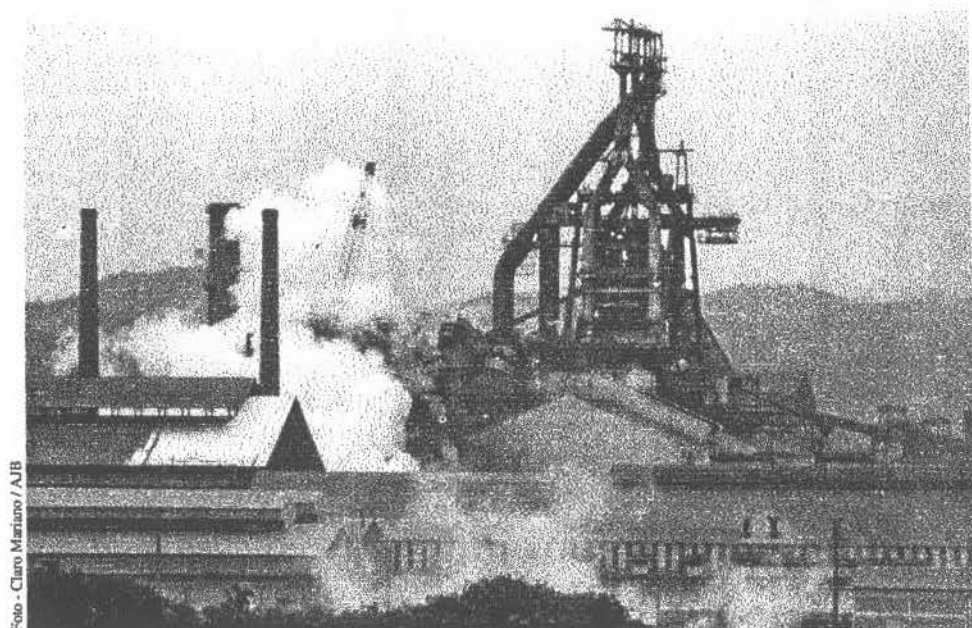


Foto - Claro Mariano / AIB

A instalação de indústrias de bens de capital no Brasil aumentou na década de 70, ocorrendo, também, grandes investimentos em infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. Nessa época surgiram indústrias de alta tecnologia, como a bélica, a aeronáutica, a de informática e a nuclear.

A crise econômica dos anos 80 diminuiu o ritmo do crescimento industrial no País e os investimentos, em lugar de se concentrarem na expansão, voltaram-se para os projetos de modernização tecnológica.

O ano de 1985 marca o início de uma nova fase na evolução da atividade industrial brasileira. O período 1985-1993 caracterizou-se pela instabilidade na produção industrial onde se alternaram anos de expansão (1986, 1989 e 1993), recessão (1988, 1990 e 1992) e estabilização (1987 e 1991). Estas oscilações ocorreram devido a sucessivas mudanças na política econômica do governo.

Os impactos positivos no crescimento industrial, em 1993, têm origem em indústrias produtoras de bens duráveis de consumo.

O setor automobilístico bateu recordes de produção e de vendas internas. Um dos fatores responsáveis por este aumento foi o lançamento de carros populares. Foi produzido, em 1993, 1,39 milhão de unidades, ou seja, 29,53% a mais que 1992. Quanto às vendas, o mercado interno totalizou 1,061 milhão de unidades. Esse volume superou em 43,4% o de 1992.

Em termos de importações foram trazidos do exterior, nos dez primeiros meses do ano de 1993, 57 mil veículos, apontando um aumento de 125,23% em relação ao mesmo período de 1992. No que se refere às exportações foram vendidas 310 616 unidades, sendo 3,3% inferior ao ano de 1992.

O desempenho do setor de autopeças em 1993 também superou as estimativas. A receita cresceu 18,5%, somando US\$ 12,5 bilhões de dólares em 1993 e as exportações totalizaram US\$ 2,75 bilhões de dólares que representam um aumento de 18,9% em relação ao ano anterior, que foi de US\$ 2,31 bilhões de dólares.

As indústrias de material elétrico com 29,4%, material de transporte com 26,9%, mecânica com 17,4% e metalúrgica com 12,0% também foram responsáveis pelo crescimento industrial em 1993.

Indicadores da Indústria - 1986-1993

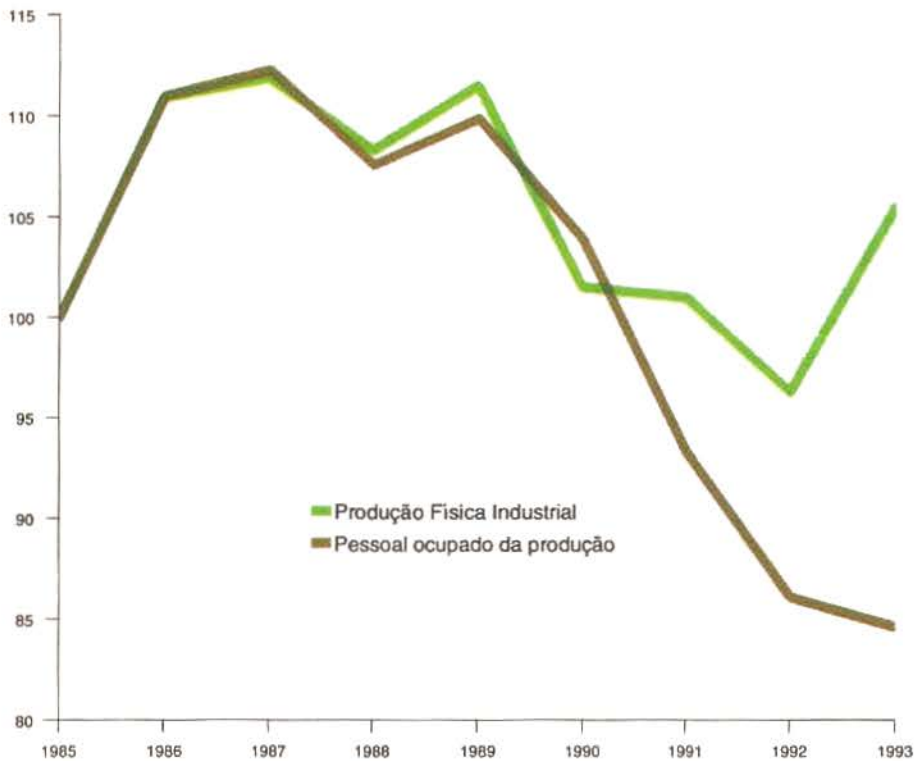
Ano	Indicadores da Indústria					
	Produção física	Pessoal ocupado	Horas pagas	Jornada de trabalho	Produtividade	Salário médio real
1986	110,9	111,0	113,1	101,9	98,1	112,5
1987	100,9	101,2	101,8	100,7	99,1	93,6
1988	96,8	95,8	96,1	100,2	100,7	100,9
1989	102,9	102,1	97,1	95,1	106,0	94,1
1990	91,1	94,6	93,1	98,4	97,8	87,2
1991	99,5	89,8	90,0	100,2	110,1	95,7
1992	95,3	92,2	91,1	98,8	104,6	111,3
1993 (1)	109,6	98,3	93,5	95,2	117,2	106,0
1986-1993	105,5	84,5	76,7	90,6	137,4	98,4

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria.

NOTA - Base: ano anterior = 100.

(1) Acumulado até novembro, para horas pagas, jornada média e produtividade.

**Indicadores da indústria
(base : 1985=100)**



FONTE - IBGE/DPE/Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal, Produção Física, Dados Gerais.

**Produção, vendas internas e exportação de veículos de autopropulsão,
segundo o tipo - 1993**

Tipo	Produção	Vendas internas	Exportação
Total	1 391 376	1 061 397	331 522
Automóveis			
De uso misto	708 669	570 734	136 730
Para passageiros	391 609	279 828	112 877
Caminhões	47 876	37 769	11 049
Camionetas			
De carga	198 627	136 538	62 381
De uso misto	25 495	24 952	522
Ônibus	18 835	11 320	7953
Utilitários	265	256	10

FONTE - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA -, Assessoria de Planejamento Econômico e Estatístico.

Comércio

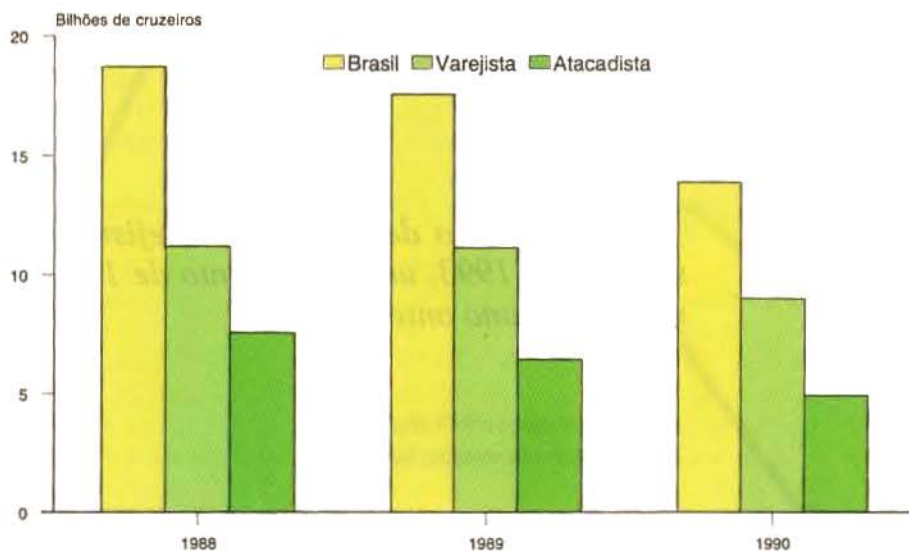
O faturamento do comércio varejista apresentou, em 1993, um crescimento de 12%, em relação ao ano anterior.



Foto - Vidal da Trindade / AIB

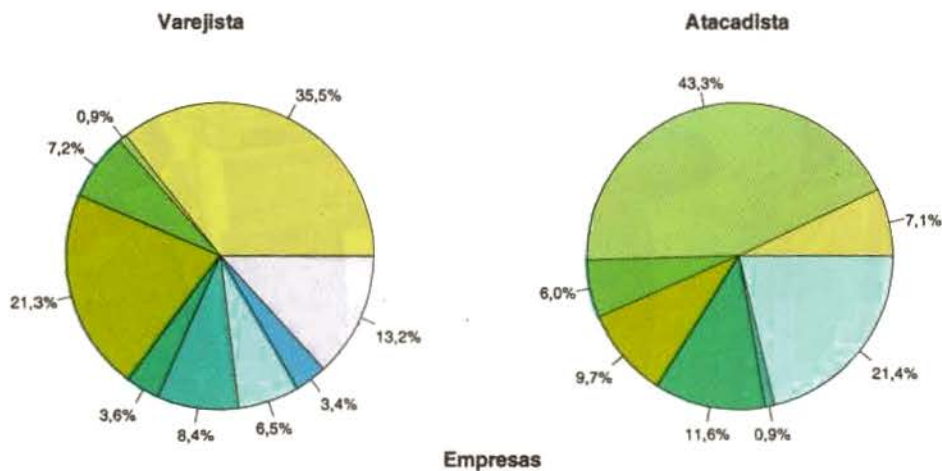
No período de 1988 a 1990 a atividade comercial diminuiu no País. O número de empresas e de estabelecimentos teve uma redução de cerca de 5% e as vendas caíram de 21%, em termos reais. O nível de emprego registrou queda de 3,2% e a massa salarial de 25%.

Receita de revenda das empresas comerciais - 1988-1990



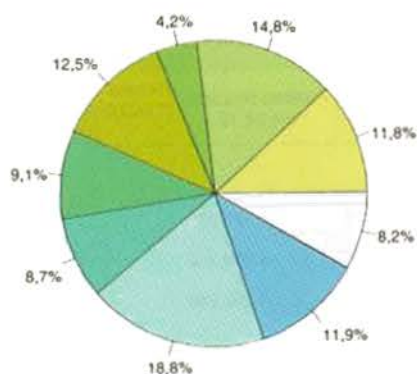
FONTE - IBGE/DPE/DECSE, Pesquisa Anual de Comércio.

Comércio - 1990

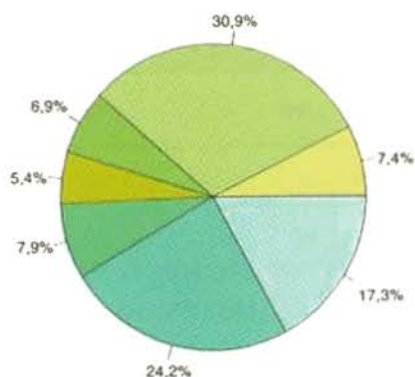


Comércio - 1990

Varejista

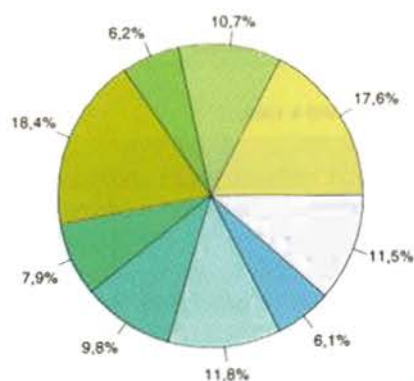


Atacadista

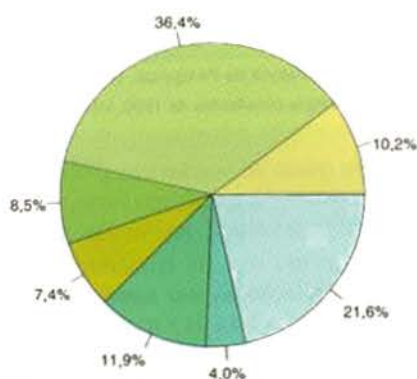


Receita de revenda

Varejista



Atacadista



Pessoal ocupado

- Re venda de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo
- Supermercados e Hipermercados
- Produtos Farmacêuticos, Produtos de Perfumaria, Etc.
- Artigos do Vestuário, Tecidos e seus Artefatos
- Lojas de Depart. Maq. e Aparelhos Elét. e Utensílios Domésticos
- Ferragens e Material de Construção
- Veículos, Peças e Acessórios
- Combustíveis e Lubrificantes
- Outros Gêneros

- Produtos Extrativos e Agropecuários
- Re venda de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo
- Produtos Farmacêuticos, Produtos de Perfumaria, Etc.
- Fibras Vegetais Benef., Fios Têxteis, Tecidos, Etc.
- Ferragens e Material de Construção
- Combustíveis e Lubrificantes
- Outros Gêneros

FONTE - IBGE/DPE/DECSE, Pesquisa Anual de Comércio.

O comércio atacadista foi mais afetado pela crise econômica, pois este segmento atua como interface entre as produções agrícola e industrial. Já o comércio varejista, o governo e outros setores da economia buscaram reduzir seus estoques, diminuindo suas demandas. Isto acarretou uma retração de 35,1% nas vendas, de 1988 a 1990.

Dados gerais do comércio varejista e atacadista - 1988 -1990

Ano	Empresas	Estabelecimentos	Pessoal ocupado em 31.12	Receita de revenda (1 000 000 000 Cr\$) (1)
Total				
1988	715 751	772 322	4 127 270	18 699
1989	719 053	775 087	4 239 202	17 532
1990	680 634	739 258	4 102 638	13 859
Comércio varejista				
1988	666 835	714 613	3 471 454	11 160
1989	671 191	718 118	3 565 188	11 112
1990	635 356	684 532	3 450 584	8 967
Comércio atacadista				
1988	48 916	57 709	655 816	7 539
1989	47 862	56 969	674 014	6 420
1990	45 278	54 726	652 054	4 892

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Comércio e Serviços.

(1) Valores a preços constantes de 1990, inflacionados pelo IPCA médio de 1988 e 1989.

A menor queda de vendas em 1990 verificou-se no gênero Combustíveis e Lubrificantes e a maior registrou-se no gênero Ferragens, Ferramentas, Produtos Metalúrgicos e Material de Construção, cuja redução nas vendas foi de 45,1%.

O faturamento real do comércio varejista no ano de 1993 acusou um incremento de 12,04%, em relação ao ano anterior, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. A taxa de variação do faturamento real do varejo, embora relativamente elevada em comparação com o desempenho de 1992, ainda está bem aquém do nível alcançado em 1989.

Energia

A energia hidráulica é a grande fonte de eletricidade no País e o potencial hidrelétrico brasileiro é um dos maiores do mundo.

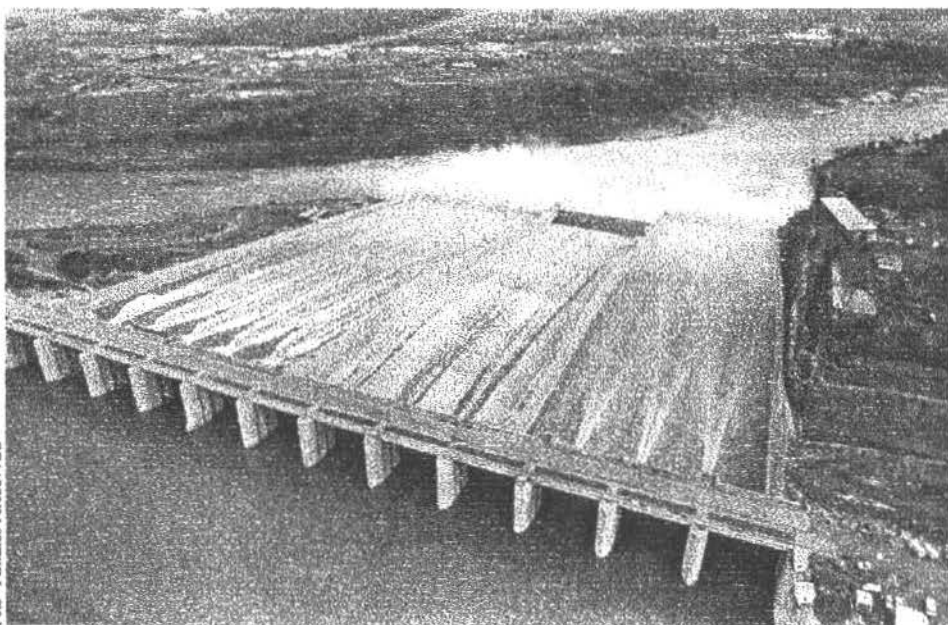


Foto - Fernando Pereira / AJB

Energia primária é aquela que se origina diretamente de fontes providas pela natureza, como o petróleo, o gás natural, o carvão mineral, os recursos hidráulicos e a lenha, entre outros.

Nos Centros de Transformação, como são chamadas as refinarias, usinas hidrelétricas e coqueiras, a energia primária é consumida convertendo-se em fontes de energia secundária como a gasolina, a eletricidade e o coque de carvão mineral.

Parte da energia primária é consumida diretamente, como se dá no uso da lenha para cocção de alimentos e no do carvão em forno e caldeiras.

O monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos é conferido à União pela Constituição brasileira.

**Produção, oferta interna e consumo total de energia primária,
segundo a fonte de energia - 1992**

Fonte de energia	Energia primária (em 1 000 toneladas equivalentes de petróleo)		
	Produção	Oferta interna	Consumo total
Total	151 471	192 963	185 118
Não-renováveis	40 344	74 672	73 991
Petróleo	31 750	59 037	(1) 59 261
Gás natural	6 753	4 479	4 479
Carvão vapor	1 762	-	2 105
Carvão metalúrgico	79	-	8 146
Carvão mineral e derivados	-	10 815	-
Urânio (U ₃ O ₈)	0	341	0
Renováveis	111 127	118 291	111 127
Energia hidráulica	64 778	71 779	64 778
Lenha	25 469	25 469	25 469
Produtos da cana-de-açúcar	18 517	18 680	18 517
Outras fontes	2 363	2 363	2 363

FONTE - Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Energia, Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

(1) Inclusive excedentes exportados de derivados.

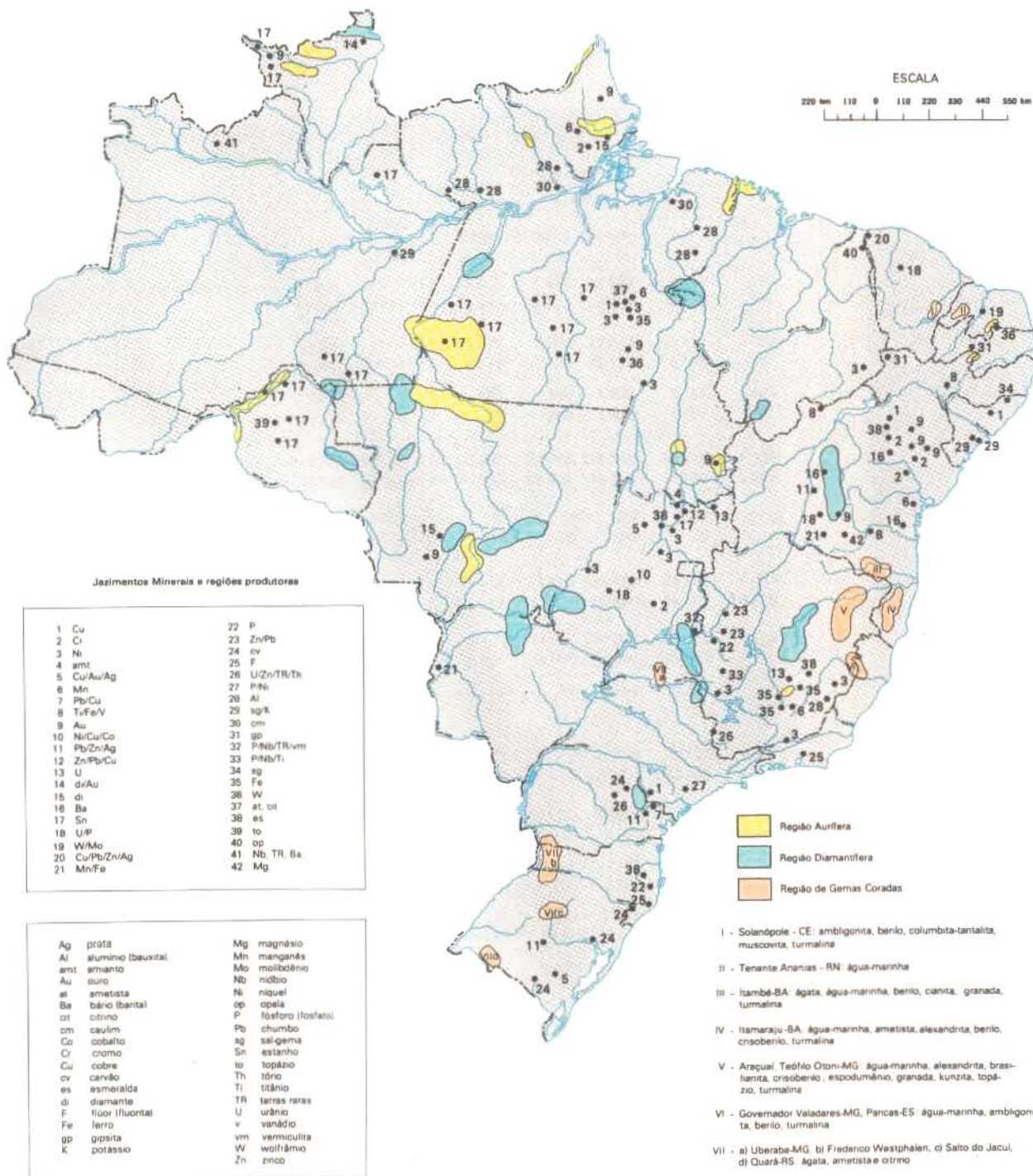
Em 1993, o consumo nacional de derivados de petróleo registrou crescimento de 3,5% sobre o de 1992. Esse desempenho atingiu a média de 1,3 milhão de barris/dia, o maior consumo dos últimos quatro anos.

Em 1993, o consumo de gasolina aumentou 4,8% e o de gás liquefeito de petróleo - GLP-2, 2,9%. A gasolina atingiu o consumo diário de 206,8 mil barris e o GLP de 172,3 mil

**Produção de gás natural e petróleo bruto,
segundo o tipo de extração - 1992**

Tipo de extração	Produção (1 000 m ³)	
	Gás natural	Petróleo bruto
Total	6 753 524	36 410 516
Em terra	2 626 128	10 713 089
Na plataforma continental	4 127 396	25 697 427

FONTE - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS -, Serviço de Planejamento.



barris. No entanto, a demanda por álcool hidratado apresentou queda de 0,9%, alcançando 164,4 mil barris por dia.

O número de consumidores residenciais de energia elétrica, em 1993, aumentou 5,3% e o consumo total dessa energia também apresentou um aumento de 4%.

A maior fonte de energia do País é a hidráulica. Em 1993, a capacidade nominal instalada das usinas hidráulicas brasileiras atingiu 47 976 Mw.

Energia elétrica, por Grandes Regiões - 1992-1993

Especificação	Ano	Energia elétrica					
		Brasil	Grandes Regiões				
			Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Capacidade nominal instalada das usinas (Mw)	1992	(1) 51 761	5 560	7 860	23 998	7 371	672
	1993	(1) 52 741	5 647	7 860	24 162	8 000	772
Hidráulica	1992	(1) 47 086	4 679	7 292	22 046	6 217	552
	1993	(1) 47 976	4 679	7 292	22 210	6 848	647
Térmica	1992	4 675	881	568	1 952	1 154	120
	1993	4 765	968	568	1 952	1 152	125
Energia disponível (GWh) (2)	1992	(3) 253 294	21 048	32 610	116 899	28 548	4 034
	1993	(4) 265 574	21 708	33 939	116 910	31 531	4 009
Recebimento de autoprodutores	1992	(5) 24 583	30	0	379	27	0
	1993	(6) 27 951	26	0	336	29	0
Geração bruta (GWh)	1992	(7) 228 711	21 018	32 610	116 520	28 521	4 034
	1993	(8) 237 623	21 682	33 939	116 574	31 502	4 009
Hidráulica	1992	(7) 220 583	18 509	32 597	114 379	25 302	3 788
	1993	(8) 231 391	19 654	33 936	115 650	28 497	3 737
Térmica	1992	8 128	2 509	13	2 141	3 219	246
	1993	6 232	2 028	3	924	3 005	272
Consumo de energia elétrica (GWh) (9)	1992	218 414	10 867	34 882	132 266	30 982	9 417
	1993	227 044	11 131	35 743	137 068	32 886	10 216
Industrial	1992	108 877	6 547	19 147	68 337	12 634	2 212
	1993	113 430	6 801	19 183	71 189	13 789	2 468
Residencial	1992	51 865	2 109	7 154	31 136	8 123	3 343
	1993	53 590	2 085	7 396	32 106	8 473	3 530
Comercial	1992	25 938	1 067	3 506	15 772	3 879	1 714
	1993	27 328	1 065	3 705	16 611	4 134	1 813
Outros	1992	31 734	1 144	5 075	17 021	6 346	2 148
	1993	32 696	1 180	5 459	17 162	6 490	2 405

FONTE - Ministério de Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica.

(1) Inclusive 6 300 Mw do total das unidades em produção da parcela brasileira provenientes de Itaipu. (2) Energia disponível = geração bruta dos concessionários + recebimentos de autoprodutores + recebimento de Itaipu. (3) Inclusive 50 155 GWh provenientes de Itaipu. (4) Inclusive 57 477 GWh provenientes de Itaipu. (5) Inclusive 24 147 GWh provenientes de Itaipu. (6) Inclusive 27 560 GWh provenientes de Itaipu. (7) Inclusive 26 008 GWh provenientes de 50% do total de Itaipu. (8) Inclusive 29 917 GWh provenientes de 50% do total de Itaipu. (9) Inclusive tarifas especiais.

Transportes

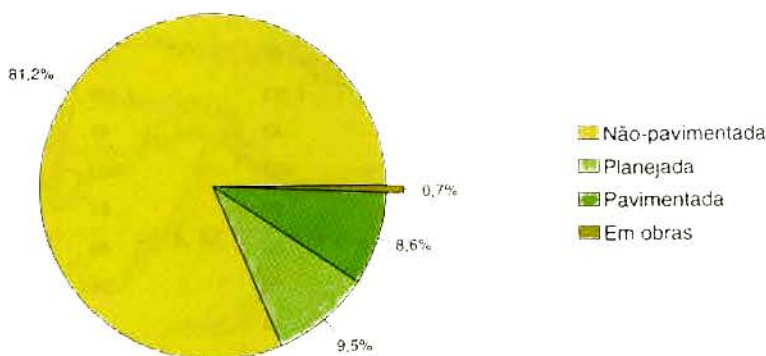
O transporte de passageiros e cargas mais utilizado no País é o rodoviário.



Foto - Paulo Nicollella / AJB

No Brasil, o transporte rodoviário conta com uma rede viária de mais de 1,5 milhão de km de extensão, além dos 150 mil km de vias em planejamento.

Sistema rodoviário nacional - 1992



FONTE - Ministério dos Transportes, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Nos grandes centros urbanos, têm-se procurado novas alternativas de transporte para uma população cada vez maior. Surgiu, então, o metrô em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Recife. E em Brasília o metrô está em fase de construção.

Frota nacional de veículos e percentual de habitantes por veículo, segundo o ano - 1989 - 1991

Ano	Frota nacional de veículos (1)					Habitantes por veículos (%)
	Total	Automóveis	Comerciais leves	Caminhões	Ônibus	
1989	12 926 888	10 475 250	1 482 564	838 521	130 553	11,4
1990	13 070 102	10 597 549	1 530 002	810 011	132 540	11,5
1991	13 204 892	10 710 199	1 573 715	780 751	140 227	11,6

FONTE - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA -, Assessoria de Planejamento Econômico e Estatístico.

(1) Dados estimados.

Ferrovário

A rede ferroviária tinha, em 1992, cerca de 30 mil km de extensão, operando com locomotivas (a vapor, diesel e elétricas), automotrizas e trens diversos para o transporte de passageiros.

As poucas locomotivas a vapor que ainda trafegam pelo País conservam as características do século passado. Elas vêm percorrendo trajetos especiais e dando incentivo ao turismo em alguns centros históricos do País, como forma de estímulo à cultura e ao lazer. Dentre esses centros destacam-se os que unem as cidades de São João del Rei a Tiradentes (13 km) e Mariana a Ouro Preto (18 km), em Minas Gerais; Conrado a Miguel Pereira (48 km), no Rio de Janeiro; e Curitiba a Lapa (94 km), no Paraná.

**Extensão das linhas da rede ferroviária em tráfego,
segundo a natureza da tração - 1990 - 1992**

Natureza da tração	Extensão das linhas (km)		
	1990	1991	1992
Total	30 322	30 309	30 282
Eletrificadas	1 728	1 731	1 751
Rede Ferroviária Federal S.A.	65	65	65
Ferrovia Paulista S.A.	1 121	1 120	1 136
Estrada de Ferro Campos do Jordão	47	47	47
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	403	403	405
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.	27	27	27
Companhia do Metropolitano de São Paulo	39	42	44
Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	22	23	23
Estrada de Ferro Corcovado	4	4	4
Não-eletrificadas	28 594	28 578	28 531

FONTE - Ministério dos Transportes, Secretaria de Produção, Departamento de Transportes Ferroviários.

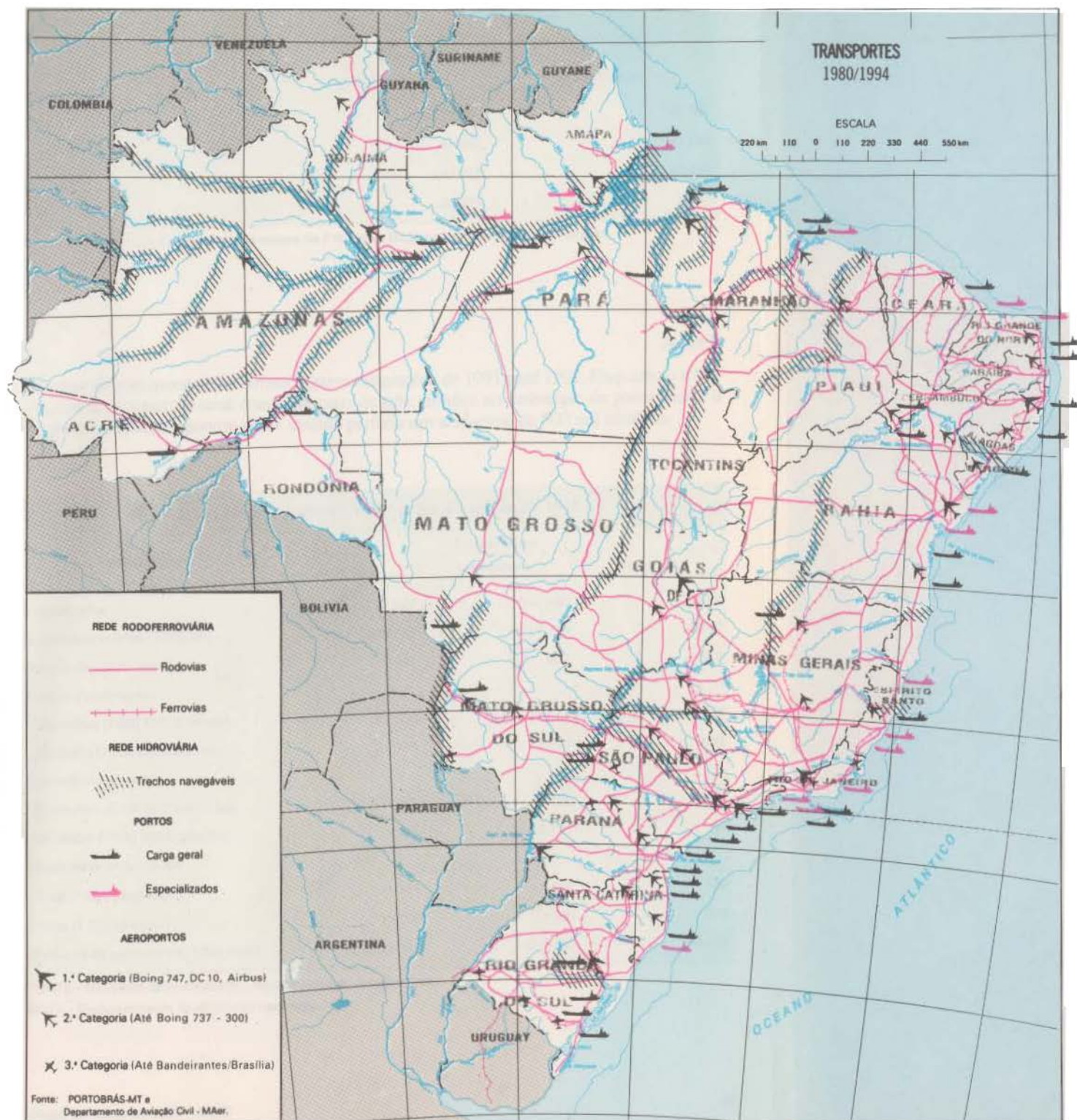
Marítimo

A navegabilidade dos rios brasileiros é condicionada regionalmente pelo relevo e também pelo clima. As principais vias de transporte são os canais das bacias localizadas na Amazônia; os rios Araguaia, Guaporé, Paraguai, Paraná e alguns afluentes, bem como o São Francisco e o Tocantins. Importante eixo hidroviário vem sendo implantado com a construção de um sistema de eclusas nos rios Tietê-Paraná, denominado Engenheiro Castello Branco, que atende- rá a cinco Estados: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

Movimento de embarcações e de mercadorias - 1992

Especificação	Total	Tipo de navegação		
		Longo curso	Cabotagem	Outros
Movimento de embarcações	42 476	13 425	5 137	23 914
Movimento de mercadorias (1 000 t)	340 543	229 946	97 211	13 386
Embarque	212 462	164 152	43 369	4 941
Desembarque	128 081	65 794	53 842	8 445

FONTE - Ministério dos Transportes, Secretaria de Produção, Departamento de Portos e Hidrovias.



**Movimento de embarque e desembarque de mercadorias,
segundo o tipo de carga - 1992**

Tipo de carga	Movimento de mercadorias (1 000 t)	
	Embarque	Desembarque
Total	212 462	128 081
Granel líquido	41 869	81 296
Granel sólido	141 722	42 140
Carga geral	28 871	4 645

FONTE - Ministério dos Transportes, Secretaria de Produção, Departamento de Portos e Hidrovias.

Aéreo

O setor de transporte aéreo sofreu algumas alterações de 1991 para 1992. Enquanto o tráfego doméstico registrou uma queda de mais de três milhões no embarque de passageiros, o tráfego internacional apontou nesse mesmo período um acréscimo de 500 mil usuários.

Tráfego aéreo doméstico, internacional e regional - 1992

Especificação	Tráfego aéreo		
	Doméstico	Internacional	Regional
Horas voadas	251 224	150 292	132 994
Quilômetros voados (1 000 km)	166 743	121 019	43 243
Velocidade média (km/h)	664	805	325
Assentos/quilômetros			
Oferecidos (1 000 000 assentos)	20 680	28 711	1 622
Utilizados (1 000 000 assentos)	11 370	17 734	689
Toneladas/quilômetros			
Oferecidas (1 000 000 toneladas)	2 885	5 182	169
Utilizadas (1 000 000 toneladas)	1 347	2 711	64
Passageiros embarcados			
Total (1 000 pessoas)	11 461	3 524	1 438
Pago (1 000 pessoas)	11 250	3 392	1 399
Consumo de combustível (1 000 litros)	1 122 112	1 455 767	90 264

FONTE - Ministério da Aeronáutica, Departamento de Aviação Civil.

NOTA - Exclusivamente de empresas nacionais.

Turismo

Anualmente milhares de turistas visitam o Brasil, atraídos por suas belezas naturais.



Foto - Sérgio Borges / AJB

O Brasil é um País que se destaca por suas belezas naturais. A diversidade de suas paisagens, consequência da dimensão continental, exerce grande atração sobre os turistas.

A Região Norte, ocupada em quase a totalidade pela maior floresta equatorial do mundo, com fauna e flora diversificadas e uma rede fluvial exuberante, desperta a admiração dos amantes da natureza e do meio ambiente.

O Nordeste, além das praias da sua extensa costa, com águas quentes durante todas as estações do ano, é rico em tradições, folclore e possui inúmeras cidades históricas.

A fauna exótica do Pantanal Mato-Grossense, os espécimes característicos de sua extensa área de cerrados e a arquitetura de Brasília atraem os turistas na Região Centro-Oeste.

Meios de hospedagem, por Grandes Regiões, segundo a categoria - 1994

Categoria	Meios de hospedagem					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2 354	101	405	1 148	577	123
Hotel	1 990	96	346	919	523	106
Hotel de lazer	185	2	33	115	29	6
Hotel residência	78	2	3	61	12	-
Hospedaria de turismo	79	1	14	40	13	11
Pousada	22	-	9	13	-	-

FONTE - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo.

No Sudeste estão as duas maiores cidades do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. Destacam-se, também, suas cidades coloniais, praias, hotéis, museus, centros culturais e de lazer entre outros aspectos.

O Sul é a região brasileira que apresenta as estações do ano mais bem definidas. O inverno, em algumas cidades, traz temperaturas abaixo de 0°. Este clima, aliado às características arquitetônicas trazidas pelos colonos alemães, italianos, poloneses, entre outros, faz com que algumas cidades do Sul apresentem muitas semelhanças com cidades européias.

O Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR - vem desenvolvendo um trabalho para avaliar as potencialidades turísticas dos municípios brasileiros. Essa avaliação tem por objetivo o desenvolvimento regional, assim como o atendimento às necessidades dos turistas no País. O Instituto também classifica os meios de hospedagem em: Hotel - apartamento e/ou suíte; Hotel de Lazer - no mínimo, cinco dependências, equipamentos e instalações de lazer; Hotel Residência - apartamento tipo Apart-Hotel, Flat-Service, Residence-Service e outros; Hospedaria de Turismo - quarto, tendo

Municípios turísticos, segundo as Grandes Regiões - 1992

Grandes Regiões	Municípios turísticos
Brasil	741
Norte	83
Nordeste	200
Sudeste	215
Sul	209
Centro-Oeste	34

FONTE - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo.

como preço básico a diária correspondente à utilização do leito simples; Pousada - edifício de valor histórico ou de significado regional ou local. De acordo com o grau de conforto e da sofisticação no atendimento, os meios de hospedagem podem receber a classificação ascendente de uma a cinco estrelas.

Em 1993, a maioria dos turistas que visitou o Brasil, 75,3%, teve como principal objetivo da viagem os atrativos turísticos (naturais, culturais e históricos) do País, permaneceram em média 13 dias no Brasil e as cidades mais visitadas foram: Rio de Janeiro (45,4%), São Paulo (19,2%), Foz do Iguaçu (13,5%), Florianópolis (12,4%), Salvador (9,8%), Porto Alegre (8,5%), Camboriú (6,4%), Recife (6,1%), Manaus (4,5%), Cabo Frio (4,3%), Curitiba (3,6%) e Fortaleza (3,6%).

Entrada de turistas estrangeiros, por Unidades da Federação de acesso, segundo a origem - 1992

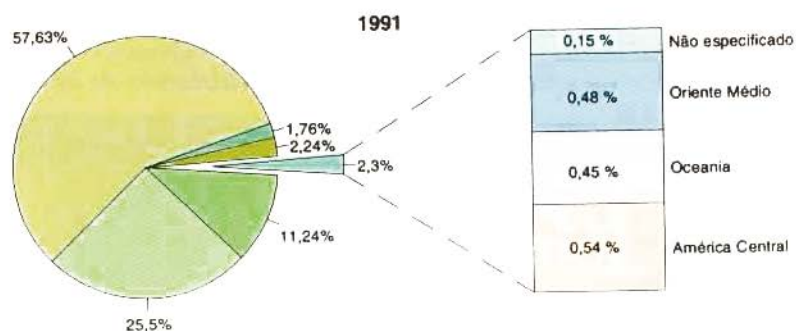
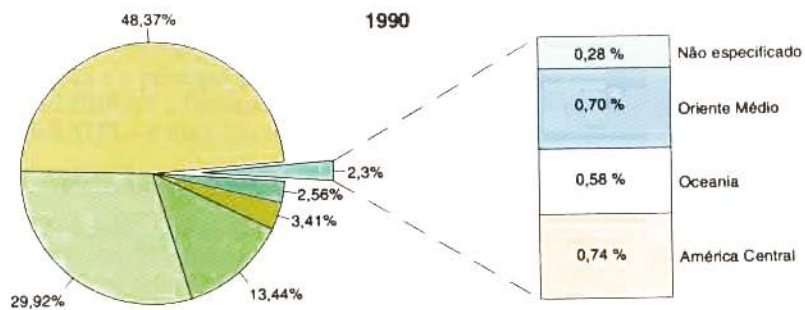
Origem	Entrada de turistas estrangeiros					
	Total	Unidades da Federação de acesso				
		Amazonas	Pará	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro
Total	1 474 864	12 558	8 497	36 300	29 126	481 983
África	23 697	44	45	116	60	20 757
América Central	7 352	284	149	12	22	3 938
América do Norte	139 250	5 863	1 064	773	1 188	72 085
América do Sul	920 722	2 291	4 697	3 385	11 768	181 270
Ásia	31 125	633	211	263	122	10 043
Europa	337 729	3 209	2 285	31 498	15 844	185 666
Oceania	5 462	106	6	12	7	3 315
Oriente Médio	7 016	63	5	75	37	3 662
Não-especificada	2 511	65	35	166	78	1 247

Origem	Entrada de turistas estrangeiros					
	Unidades da Federação de acesso					
	São Paulo	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Distrito Federal	Outras
Total	251 608	143 145	394 799	26 892	2 135	87 821
África	2 269	209	63	27	15	92
América Central	2 497	253	104	19	16	58
América do Norte	47 366	4 068	1 810	358	1 604	3 071
América do Sul	100 985	123 553	387 917	24 423	192	80 241
Ásia	17 328	1 499	338	148	96	444
Europa	77 717	12 137	3 966	1 608	172	3 627
Oceania	952	587	239	116	2	120
Oriente Médio	2 015	770	86	185	36	82
Não-especificada	479	69	276	8	2	86

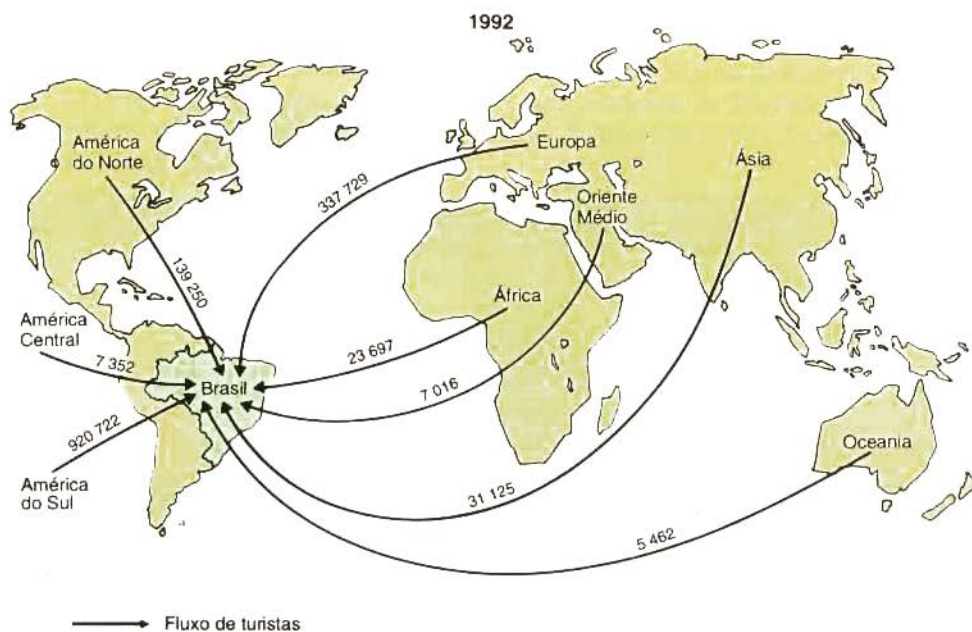
FONTE - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo.

NOTA - Dados retificados.

Entrada de turistas estrangeiros - 1990-1992



■ América do Sul
 ■ Europa
 ■ América do Norte
 ■ Ásia
 ■ África
 ■ Outros



Comunicações

O Sistema de Telecomunicações Brasileiro, vinculado ao Governo Federal, é formado por empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

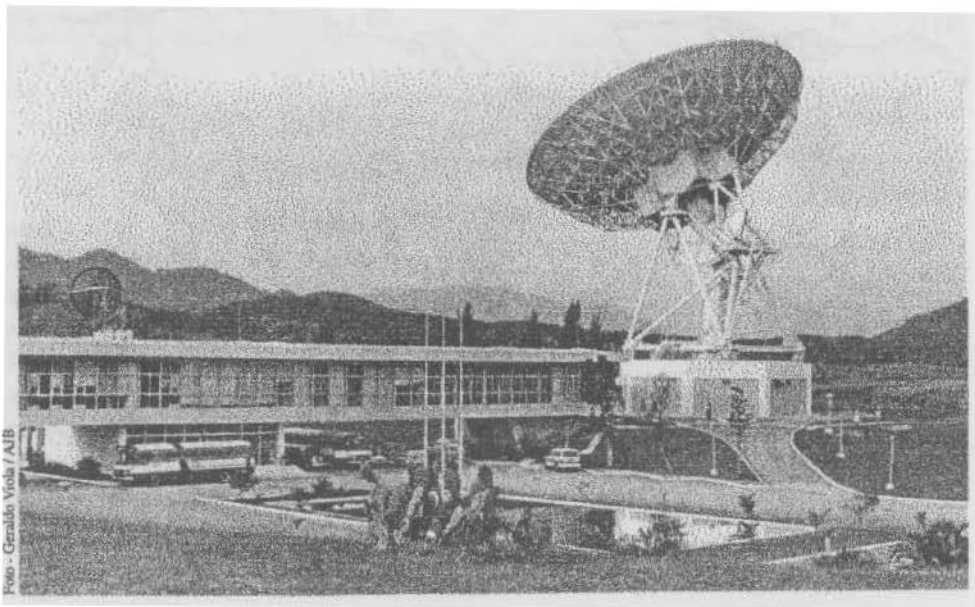


Foto - Geraldo Vêda / AIB

Cabe ao Ministério das Comunicações regulamentar e fiscalizar os serviços postais e de telecomunicações, emitir políticas de comunicações e supervisionar as empresas estatais vinculadas: a Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS - e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A TELEBRÁS é a principal prestadora de serviços públicos de telecomunicações do País. O sistema TELEBRÁS é formado por uma empresa de serviços interestaduais e internacionais - a EMBRATEL - e mais 25 empresas-pólo, uma por estado, exceto no Tocantins.

Principais Serviços de Telecomunicações Disponíveis no País

Entre os serviços nacionais prestados pela EMBRATEL estão o da Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes - RENPAC. Esse serviço permite o acesso aos bancos de dados de diversas instituições brasileiras, como por exemplo: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, Fundação Getúlio Vargas - FGV -, etc.

Vem crescendo bastante o número de usuários que utilizam a RENPAC no Brasil, passando de 2 207 em 1990 para 4 354 em 1992. O que significa um aumento de 97,2% em dois anos.

Rádiodifusão - Os serviços de rádiodifusão são prestados, basicamente, pela iniciativa privada. Atualmente são cerca de 3 mil emissoras de rádio funcionando em todo o País.

Emissoras de rádio em funcionamento, por Grandes Regiões - 1992

Tipo	Emissoras de rádio em funcionamento					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2 931	190	663	1 083	757	238
Ondas médias (OM)	1 571	89	389	514	439	140
Ondas tropicais (OT)	82	32	9	25	2	14
Ondas curtas (OC)	31	1	3	14	10	3
Frequência modulada (FM)	1 247	68	262	530	306	81

FONTE - Anuário Brasileiro de Mídia.

Mais de 250 emissoras compõem as sete redes de televisão: Sistema de Rádiodifusão Educativa (TVE), Rede Globo de Televisão (RGT), Rede Manchete de Televisão (RMT), Rede Bandeirantes de Televisão (RBT), Central Nacional de Televisão (CNT), Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Record.

Redes e emissoras de televisão, por Grandes Regiões - 1993

Especificação	Redes e emissoras de televisão					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	(1) 269	46	59	73	(1) 60	(1) 31
Rede Globo de Televisão (RGT)	85	11	20	24	21	9
Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)	62	17	11	14	11	9
Rede Bandeirantes de Televisão (RBT) (2)	32	3	6	10	8	5
Rede Manchete de Televisão (RMT) (3)	41	7	11	11	8	4
Record (REC)	11	3	-	6	-	2
Central Nacional de Televisão (CNT)	16	3	3	2	8	-
Sistema de Rádiodifusão Educativa (TVE)	20	2	8	6	3	1

FONTE - Anuário Brasileiro de Mídia.

(1) Inclusive a emissora Independência. (2) Exclusive 20 emissoras que não permitem comercialização isolada. (3) Exclusive 18 emissoras que não permitem comercialização isolada.

TV por Assinatura - Em alguns estados já se pode contar com uma programação alternativa de esportes, notícias, filmes e shows, nacionais e internacionais, através dos canais de TV por assinatura, como Globosat - Multishow, TVA e CNN - International.

Telefonia - A rede telefônica brasileira teve uma grande expansão nas últimas décadas, chegando, em 1993, a mais de 11 milhões de terminais telefônicos instalados, sendo 7,8 milhões residenciais. Conta-se, ainda, com cerca de 300 mil telefones públicos. Atualmente, a rede atende a 16 mil localidades.

Serviços telefônicos - 1990 - 1992

Especificação	1990	1991	1992
Pessoal ocupado	102 753	98 404	98 987
Localidades atendidas	15 318	15 922	16 950
Telefones instalados	14 125 396	14 426 673	(1) ...
Terminais telefônicos			
Instalados	10 277 281	10 804 142	11 755 257
Em serviço	9 409 230	10 075 924	10 872 140
Residenciais	6 499 727	6 948 517	7 500 101
Não-residenciais	1 888 385	2 066 549	2 310 684
Troncos (PABX)	780 430	809 524	835 920
Telefones de uso público	240 688	251 334	225 435
Chamadas telefônicas completadas	1 452 662 981	1 720 421 838	1 875 192 017
Discagem Direta à Distância (DDD)	1 433 229 359	1 696 852 543	1 855 406 432
Mesa interurbana	19 433 622	23 569 295	19 785 585
Chamadas completadas no tráfego telefônico internacional	32 395 584	39 301 810	42 265 248

FONTE - Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- EMBRATEL.

(1) A coleta de dados sobre telefones instalados foi interrompida em 1992.

É importante frisar, no entanto, que o maior destaque nas telecomunicações públicas brasileiras, em 1993, foi a telefonia móvel celular. Em 1992 havia implantados apenas 60 mil terminais, concentrados no Rio de Janeiro, no Paraná e em Brasília. Já, em 1993, este número pulou para 250 mil, abrangendo a maioria dos estados. Espera-se encerrar o ano de 1994 com mais de 600 mil terminais celulares no País.

Terminais de telefonia móvel celular implantados, segundo as Unidades da Federação - 1993

Unidades da Federação	Telefonia móvel celular	Unidades da Federação	Telefonia móvel celular
Brasil	249 620	Minas Gerais	14 120
		Espírito Santo	2 800
		Rio de Janeiro	80 000
Ceará	3 500	São Paulo	87 800
Rio Grande do Norte	1 500	Paraná	16 000
Paraíba	1 700	Santa Catarina	9 300
Alagoas	1 000	Goiás	6 000
Sergipe	1 000	Mato Grosso do Sul	1 400
Bahia	5 500	Distrito Federal	18 000

FONTE - Ministério das Comunicações, Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS.

Serviços Postais - A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - tem se transformado em um banco de serviços, através de associações e parcerias com a iniciativa privada e com instituições governamentais. O sistema de franquia, pioneiro na administração pública, possibilitou criar cerca de 1 600 novas agências dos Correios.

Serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - 1993

Serviços	Especificação
Tradicionais	Entrega de cartas e assemelhados
	Entrega de malotes e encomendas SEDEX
	Transmissão de telegramas
	INSS - concessão, manutenção e pagamento de benefícios e inscrições e arrecadações de contribuintes
Especiais dos órgãos governamentais	CPF - cadastramento/recadastramento de contribuintes pessoas físicas da receita federal
	Vale-gás - pagamento de auxílios pecuniários
	FGTS - distribuição de extratos
	Imposto de renda - distribuição de formulários e de notificações
	FAE - distribuição de livros didáticos e material escolar
	Emissão de passaportes
	Distribuição de cartões de crédito e talões de cheques
	Participação no processo logístico da xerox
	Títulos de capitalização (PAPA-TUDO e TELESENA)
	Serviço de mensageira da IBM-BRA
Especiais da iniciativa privada	Subscrição de seguros de vida
	Parceria com a VARIG - serviços SEDEX VIP e HORA-CERTA

FONTE - Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Evolução da rede de atendimento dos Correios e Telégrafos - 1980/1993

Especificação	Evolução da rede de atendimento			
	1980	1990	1992	1993
Agências				
Próprias	4 565	5 246	5 025	5 321
Satélite	2 408	6 101	6 025	5 799
Franqueadas	-	298	1 376	1 640
Posto de venda de selos	15 958	18 901	20 497	19 298
Caixa de coleta	23 763	20 388	21 285	22 707

FONTE - Ministério das Comunicações, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Preços

As informações sobre a variação do custo de vida são coletadas nas principais regiões metropolitanas do País.



Foto - Alberto França / AIB

Desde 1979 que o IBGE é responsável pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor-SINPC -, que inclui o cálculo mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Restrito-INPC- e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

O INPC mede a variação do custo de vida para as famílias com renda mensal entre 1 e 8 salários mínimos e o IPCA mede a mesma variação para as famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos.

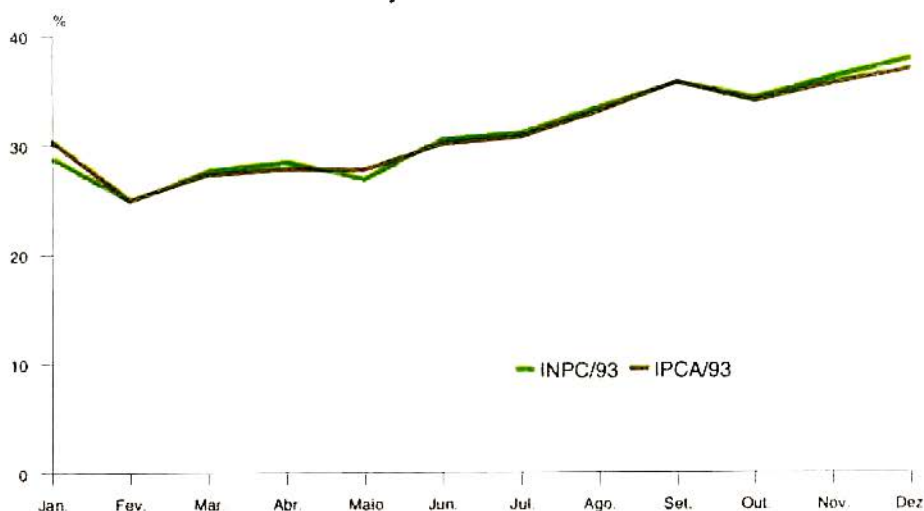
As informações para os índices são coletadas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Curitiba, Fortaleza e Salvador, além de Brasília e Goiânia.

Variação mensal medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, por grupos de produtos - 1993

Mês	Variação mensal, por grupos de produtos (%)							
	INPC	Alimentação e bebidas	Habitação	Artigos de residência	Vestuário	Transporte e Comunicação	Saúde e Cuidados pessoais	Despesas pessoais
Janeiro	28,77	32,79	23,31	29,40	23,39	25,19	28,01	31,86
Fevereiro	24,79	23,42	23,03	27,01	21,83	32,52	26,01	23,55
Março	27,58	26,24	26,42	27,22	24,98	27,21	30,04	32,16
Abril	28,37	28,16	28,96	27,54	33,23	28,28	31,34	23,18
Maio	26,78	25,95	26,40	25,54	26,94	27,33	28,07	28,09
Junho	30,37	29,71	30,46	30,67	30,95	30,98	32,00	29,34
Julho	31,01	28,77	31,97	26,10	30,36	32,43	36,68	31,37
Agosto	33,34	33,83	35,88	31,70	29,48	34,09	34,49	30,47
Setembro	35,63	35,22	34,01	30,77	33,59	35,61	37,52	39,86
Outubro	34,12	33,13	34,55	33,85	35,73	32,73	39,17	31,20
Novembro	36,00	36,71	33,75	33,14	37,01	36,07	39,03	33,81
Dezembro	37,73	39,52	36,01	34,77	38,58	35,61	36,30	39,34

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

Variação mensal - 1993



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

Além do INPC e IPCA são produzidos indexadores com objetivos específicos como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E e o Índice de Reajuste do Salário Mínimo-IRSM.

Variação mensal medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA- E -, por grupos de produtos - 1993

Variação mensal, por grupos de produtos (%)

Mês	IPCA-E	Alimentação e bebidas	Habitação	Artigos de residência	Vestuário	Transporte e Comunicação	Saúde e Cuidados pessoais	Despesas pessoais
Janeiro	29,47	32,74	22,09	29,86	28,36	32,62	25,44	31,77
Fevereiro	26,72	27,07	24,11	27,60	20,88	28,54	26,40	29,26
Março	25,96	24,72	25,06	27,09	23,97	28,35	28,06	25,28
Abril	27,34	26,93	25,58	26,96	29,08	27,11	30,51	26,61
Maio	28,61	28,83	27,87	26,84	31,64	27,29	29,88	28,42
Junho	27,61	26,14	29,28	26,04	27,73	28,25	28,11	27,82
Julho	30,67	28,75	30,26	30,20	32,37	31,90	34,49	29,08
Agosto	31,99	31,24	35,29	28,84	28,21	30,49	34,47	32,59
Setembro	34,38	35,79	32,70	31,17	31,05	34,36	34,25	36,25
Outubro	35,17	33,67	34,90	34,12	35,59	35,94	38,55	34,24
Novembro	33,90	35,57	33,86	32,87	36,23	30,08	38,17	31,24
Dezembro	36,69	37,05	36,17	33,27	39,12	37,64	37,43	34,98

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

Outras instituições também calculam índices de preços, como a Fundação Getúlio Vargas - FGV -, que calcula o Índice Geral de Preços-IGP-, que inclui, além dos preços do atacado, o da construção civil.

Em 1993, o IPCA atingiu 2 474,15%, maior alta verificada desde sua criação. Nesta alta destacou-se o grupo saúde e cuidados pessoais, onde os produtos farmacêuticos chegaram a 3 586,16%. Os alimentos atingiram 2 468,20%.

Variação mensal medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA -, por grupos de produtos - 1993

Variação mensal, por grupos de produtos (%)

Mês	IPCA	Alimentação e bebidas	Habitação	Artigos de residência	Vestuário	Transporte e Comunicação	Saúde e Cuidados pessoais	Despesas pessoais
Janeiro	30,35	32,80	23,24	29,30	23,69	31,59	27,19	37,50
Fevereiro	24,98	23,92	22,92	27,13	21,85	30,43	26,62	22,79
Março	27,26	26,02	24,73	27,03	24,59	27,75	29,49	30,14
Abril	27,75	27,92	27,59	27,56	33,32	27,63	30,93	23,16
Maio	27,69	26,31	26,77	25,34	27,13	27,81	28,33	30,76
Junho	30,07	29,70	30,80	30,81	30,80	30,03	31,77	28,29
Julho	30,72	28,56	31,38	26,87	29,58	31,72	33,85	31,53
Agosto	32,96	33,50	35,54	31,36	29,47	33,11	34,31	31,07
Setembro	35,69	35,28	33,73	30,25	33,92	34,76	36,59	40,26
Outubro	33,92	33,78	34,94	33,75	36,23	32,13	38,17	30,79
Novembro	35,56	36,50	33,93	33,19	37,04	35,71	38,77	32,75
Dezembro	36,84	39,37	36,43	34,90	38,43	34,55	36,17	36,08

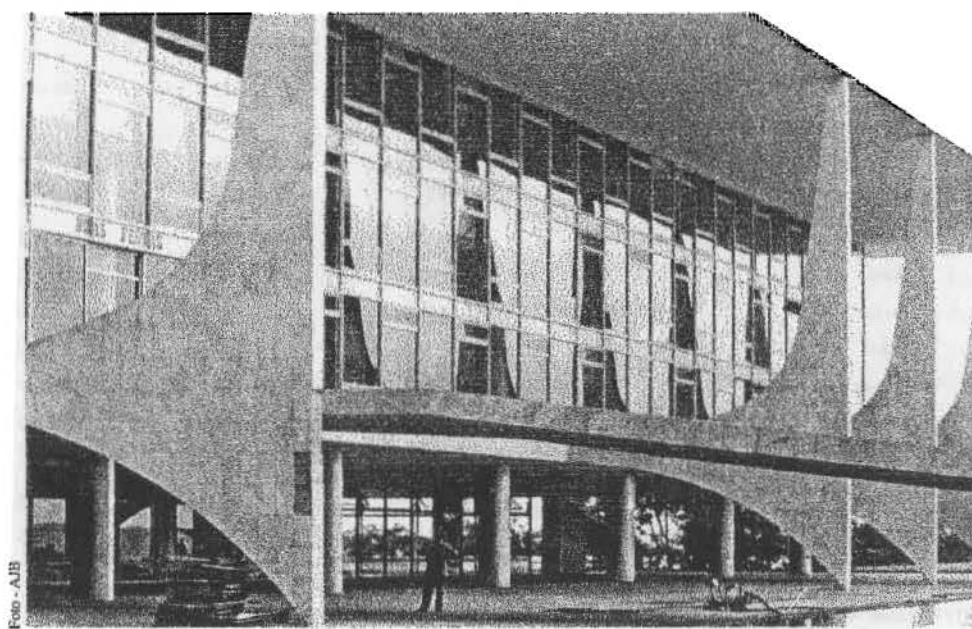
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.

O INPC acumulou uma variação de 2 489,11%. O grupo saúde e cuidados pessoais atingiu o maior resultado com 3 005,50%, em consequência da alta dos produtos farmacêuticos que totalizou 3 594,55%. Os alimentos chegaram a 2 462,85%.

O IBGE também calcula mensalmente séries de custos e índices de custos da construção civil.

Finanças Públicas

Em 1993, a arrecadação dos impostos e das contribuições federais alcançou um crescimento real de 25,65%.



Os dados do Tesouro Nacional, em 1993, fecharam acumulando um déficit de caixa de CR\$ 873,6 bilhões em termos nominais.

Execução financeira do Tesouro Nacional - dez. 1992/dez. 1993

Execução financeira (1 000 000 CR\$)

Período	Receita	Despesa	Resultado de caixa	Operações com títulos públicos federais
1992 - Dezembro	192 275	196 278	(-) 4 003	3 387
1993 - Janeiro	52 950	50 402	2 548	(-) 4 548
Fevereiro	110 840	122 782	(-) 11 942	(-) 8 429
Março	195 009	203 785	(-) 8 776	(-) 14 686
Abril	300 522	311 316	(-) 10 794	(-) 19 559
Maio	440 198	461 224	(-) 21 026	(-) 23 643
Junho	682 246	694 159	(-) 11 913	(-) 19 227
Julho	924 481	1 030 919	(-) 106 438	12 655
Agosto	1 237 400	1 925 416	(-) 688 016	583 689
Setembro	1 682 993	2 322 616	(-) 639 623	617 297
Outubro	2 251 982	2 986 389	(-) 734 407	665 402
Novembro	3 129 615	3 811 161	(-) 681 546	(-) 24 256
Dezembro	4 570 605	5 444 228	(-) 873 623	598 404

Execução financeira (1 000 000 CR\$)

Período	Remuneração de disponibilidade no Banco Central	Resultado do Banco Central	Amortização da dívida contratada interna e externa (1)	Disponibilidade de recursos
1992 - Dezembro	61 818	7 382	(-) 5 554	63 030
1993 - Janeiro	16 909	98 129	(-) 5 841	107 197
Fevereiro	57 388	98 129	(-) 10 149	124 997
Março	96 180	98 129	(-) 16 688	154 159
Abril	148 739	98 129	(-) 19 796	196 719
Maio	218 239	98 129	(-) 23 346	248 353
Junho	298 925	98 129	(-)36 658	329 256
Julho	430 095	613 889	(-) 44 007	906 194
Agosto	678 599	613 889	(-) 64 694	1 123 467
Setembro	1 060 978	613 889	(-) 71 214	1 581 327
Outubro	828 350	613 889	(-) 96 919	1 276 315
Novembro	1 019 708	613 889	(-) 127 590	800 205
Dezembro	1 295 338	613 889	(-) 156 983	1 477 025

FONTE - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Inclusive renegociação da dívida externa e aquisição de garantias.

Apesar do ano ter sido bastante difícil para a economia brasileira, houve um crescimento da receita tributária, causado pelo maior rigor na fiscalização e aplicação de multas, além da indexação e da redução dos prazos de cobrança dos impostos.

Receita do Tesouro Nacional - dez. 1992/dez. 1993

Período	Receita total (1)	Total	Receita fiscal			
			Imposto de renda	Imposto sobre produtos industrializados	Imposto sobre operações financeiras	Imposto de importação
			1 000 000 CR\$			
1992 - Dezembro	192 275	179 673	61 339	40 743	10 780	6 960
1993 - Janeiro	52 950	51 209	17 748	11 996	3 273	1 404
Fevereiro	110 840	105 744	41 083	26 329	7 169	2 944
Março	195 009	187 192	67 982	41 419	11 820	6 623
Abril	300 522	286 618	104 141	64 791	17 898	10 744
Maiο	440 198	420 981	174 532	93 053	26 944	15 619
Junho	682 246	651 159	244 020	129 578	38 808	22 719
Julho	924 481	879 736	319 712	180 112	55 409	33 425
Agosto	1 237 400	1 178 075	407 334	246 602	76 168	47 128
Setembro	1 682 993	1 593 388	536 568	338 277	108 062	65 506
Outubro	2 251 982	2 110 058	708 299	463 363	150 245	89 986
Novembro	3 129 615	2 930 822	958 812	698 704	218 505	125 061
Dezembro	4 570 605	4 329 404	1 405 669	942 330	311 946	172 784

Período	Receita fiscal				Receita das operações oficiais de crédito	Remuneração das disponibilidades no Banco do Brasil
	Finsocial	Contribuição sobre lucros de pessoa jurídica	PIS/PASEP	Outras receitas		
1 000 000 CR\$						
1992 - Dezembro	17 502	12 697	18 847	10 805	11 208	1 394
1993 - Janeiro	4 760	3 262	4 553	4 213	1 450	291
Fevereiro	11 027	7 635	10 744	(-) 1 187	4 093	1 003
Março	18 837	12 701	18 940	8 870	6 466	1 351
Abril	31 219	23 605	30 277	3 943	11 756	2 148
Maiο	46 583	47 739	44 316	(-) 27 805	16 000	3 217
Junho	67 024	58 706	62 967	27 337	26 157	4 930
Julho	94 886	77 593	88 272	30 327	37 766	6 979
Agosto	133 807	97 278	121 947	47 811	49 930	9 395
Setembro	187 606	128 673	166 034	62 662	75 440	14 165
Outubro	258 423	168 747	226 547	44 448	119 526	22 398
Novembro	358 571	221 860	326 440	22 869	163 756	35 037
Dezembro	525 033	301 744	446 186	223 712	194 572	46 629

FONTE - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

(1) Inclusive a receita com certificado de privatização.

Para 1994, o Governo Federal anunciou o Programa de Estabilização que pretende, através de um conjunto de medidas fiscais, monetárias e administrativas, o fim do processo inflacionário e, conseqüentemente, a retomada do crescimento.

Para isso, serão adotadas medidas fiscais como a eliminação parcial da vinculação de despesas, exceto para Estados e Municípios; a redefinição das atribuições administrativas dos três níveis de Governo, a flexibilização de monopólios estatais e a reformulação do sistema previdenciário.

Despesa do Tesouro Nacional - dez.1992/dez. 1993

Período	Despesa (1 000 000 CR\$) (1)			
	Total	Pessoal e encargos sociais	Transferências a estados e municípios	Outras vinculações
1992 - Dezembro	196 278	63 408	47 114	22 775
1993 - Janeiro	50 402	17 055	14 074	6 310
Fevereiro	122 782	45 735	32 187	10 976
Março	203 785	77 684	52 816	16 144
Abril	311 316	116 406	80 798	21 501
Maio	461 224	157 961	115 832	42 985
Junho	694 159	241 047	175 161	70 331
Julho	1 030 919	330 095	240 795	112 394
Agosto	1 925 416	435 872	315 842	154 953
Setembro	2 322 616	548 866	411 114	207 970
Outubro	2 986 389	754 869	554 534	273 379
Novembro	3 811 161	1 046 231	787 907	340 595
Dezembro	5 444 228	1 618 210	1 111 098	512 742

Período	Despesa (1 000 000 CR\$) (1)		
	Encargos da dívida mobiliária	Operações oficiais de crédito	Outras
1992 - Dezembro	20 788	9 397	32 796
1993 - Janeiro	3 832	443	8 688
Fevereiro	13 495	2 750	17 639
Março	22 104	5 121	29 916
Abril	43 830	8 171	40 610
Maio	78 248	12 021	54 177
Junho	99 349	19 154	89 117
Julho	126 063	29 794	191 778
Agosto	670 524	41 977	306 248
Setembro	680 583	63 409	410 674
Outubro	702 025	106 976	594 606
Novembro	787 244	144 570	704 614
Dezembro	880 844	149 778	1 171 556

FONTE - Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil.

(1) Fluxo acumulado no ano.

Moeda e Banco

A taxa de crescimento da base monetária marcou um dos maiores recordes da década.

Foto - Ari Gomes / AJB



As operações com o setor externo e as contas fiscais continuaram forçando a expansão da base monetária. Em dezembro de 1993, a aceleração da demanda por moeda refletiu-se no crescimento de 80,2 % em relação ao mês anterior.

Com o setor externo, as operações constituíram o principal fator de pressão monetária, com impacto expansionista de CR\$ 388 bilhões. Já as operações com os títulos públicos federais resultaram em monetização de CR\$ 375 bilhões, e o Tesouro Nacional contabilizou um resultado contracionista de CR\$ 17 bilhões.

Fatores condicionantes da base monetária - dez. 1992/dez. 1993

Fatores condicionantes da base monetária (1 000 000 CR\$)

Período	Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações do setor externo	Depósitos e retiradas especiais remunerados (1)	Assistência financeira de liquidez (2)	Aplicações da reserva monetária (3)	Compulsório sobre depósitos judiciais e sem fianças (4)
1992 - Dezembro	(-) 4 802	49 584	(-) 14 924	1 149	732	(-) 11	(-) 10
1993 - Janeiro	(-) 7 035	(-) 11 961	11 018	1 108	(-) 3 518	(-) 1	13
Fevereiro	14 225	19 437	(-) 12 071	(-) 10 098	645	0	10
Março	(-) 7 756	24 429	12 612	(-) 3 525	1 807	(-) 5	(-) 2
Abril	(-) 8 763	12 440	6 492	(-) 442	(-) 563	(-) 17	(-) 11
Maio	(-) 42 091	4 782	62 197	(-) 3 189	(-) 2 022	(-) 2	(-) 22
Junho	(-) 2 567	7 136	30 896	3 378	(-) 503	(-) 47	(-) 8
Julho	22 421	(-) 70 396	106 627	6 471	(-) 824	(-) 3	23
Agosto	36 553	(-) 68 018	87 414	(-) 7 472	(-) 687	(-) 4	(-) 74
Setembro	(-) 50 941	203 493	23 047	9 193	(-) 153 045	(-) 23	(-) 69
Outubro	28 123	(-) 247 624	371 061	18 442	(-) 905	(-) 12	(-) 31
Novembro	(-) 49 857	(-) 153 469	439 071	17 572	(-) 1 098	(-) 1 303	(-) 174
Dezembro	(-) 17 326	375 131	387 717	29 406	(-) 3 348	(-) 286	(-) 76

Fatores condicionantes da base monetária (1 000 000 CR\$)

Período	Depósitos de instituições financeiras	Depósitos dos fundos de aplicação financeira	Outras contas	Total	Papel-moeda emitido	Reservas bancárias
1992 - Dezembro	(-) 143	(-) 5 256	390	26 709	15 594	11 115
1993 - Janeiro	(-) 2 348	5 650	1 301	(-) 5 773	(-) 2 876	(-) 2 897
Fevereiro	2 157	(-) 1 700	1 029	13 633	14 162	(-) 529
Março	(-) 7 937	(-) 4 184	1 139	16 579	4 179	12 399
Abril	2 916	10 601	989	23 642	27 566	(-) 3 925
Maio	(-) 1 172	8 690	2 898	30 069	12 190	17 879
Junho	(-) 9 649	(-) 2 331	2 283	28 587	26 868	1 719
Julho	(-) 3 438	(-) 3 250	8 560	66 192	51 161	15 031
Agosto	2 777	8 113	2 869	61 471	31 456	30 014
Setembro	8 903	21 508	16 688	78 754	70 841	7 913
Outubro	996	1 956	5 115	177 121	97 737	79 384
Novembro	(-) 27 424	(-) 5 669	11 485	229 133	226 539	2 594
Dezembro	(-) 76 420	(-) 77 909	15 498	632 388	459 494	172 894

FONTE - Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Até agosto de 1992, inclui impacto sobre a base monetária das conversões de NCz\$ previstas na legislação original, mais as conversões posteriores por determinação judicial. (2) Inclusive penas e custos sobre deficiências de reservas bancárias. (3) Inclusive recebimentos decorrentes de operações especiais. (4) Até fevereiro de 1992, os valores referem-se ao compulsório sobre depósitos a prazo.

Entre dezembro de 1992 e dezembro de 1993, os meios de pagamento cresceram 2184,6% enquanto que , no mesmo período, a inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC cresceu 2489,1%.

Taxa média de câmbio, cruzeiro/dólar - 1991-1993

Período	Taxa média de câmbio (Cr\$/US\$)			
	Compra		Venda	
	Taxa	Variação percentual (%)	Taxa	Variação percentual (%)
1991	1 068,70	533,90	1 068,80	528,48
1992	12 387,00	1 059,072	12 387,50	1 059,010
1993				
Janeiro	15 719,000	26,9	15 720,000	26,9
Fevereiro	19 857,000	26,3	19 858,000	26,3
Março	25 120,000	26,5	25 121,000	26,5
Abril	32 267,000	28,5	32 268,000	28,5
Maio	41 699,000	29,2	41 700,000	29,2
Junho	54 335,000	30,3	54 336,000	30,3
Julho	71 152,000	31,0	71 153,000	31,0
Agosto (2)	94,650	33,0	94,652	33,0
Setembro (2)	128,065	35,3	128,070	35,3
Outubro (2)	173,995	35,9	174,000	35,9
Novembro (2)	235,970	35,6	235,980	35,6
Dezembro (2)	326,095	38,2	326,105	38,2

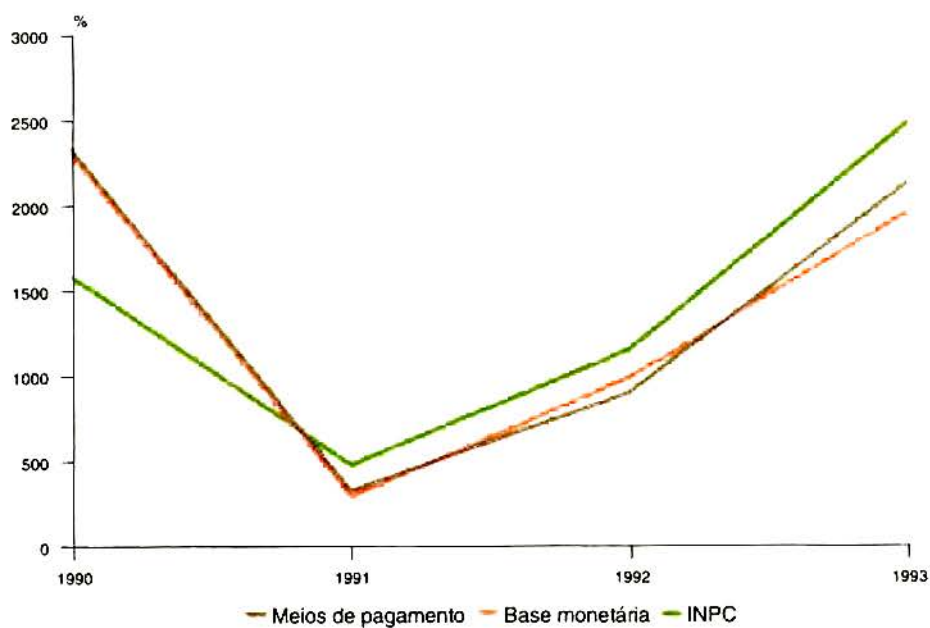
Período	Taxa média de câmbio (Cr\$/US\$)			
	Compra		Venda	
	Taxa (1)	Variação percentual (%)	Taxa (1)	Variação percentual (%)
1991	408,66	503,90	409,25	501,34
1992	4 551,15	1 013,676	4 551,28	1 012,103
1993				
Janeiro	14 058,990	26,1	14 059,142	1 074,2
Fevereiro	17 868,444	27,1	17 868,592	1 108,4
Março	22 469,085	25,7	22 469,246	1 138,3
Abril	28 728,621	27,9	28 728,942	1 207,8
Maio	37 039,990	28,9	37 040,310	1 309,1
Junho	48 105,450	29,9	48 106,460	1 427,3
Julho	62 772,227	30,5	62 773,236	1 539,3
Agosto (2)	82,738	31,8	82,740	1 670,9
Setembro (2)	111,186	34,4	111,189	1 826,5
Outubro (2)	151,219	36,0	151,225	1 996,0
Novembro (2)	205,794	36,1	205,801	2 174,8
Dezembro (2)	279,371	35,8	279,385	2 405,5

FONTE - Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

NOTA - Taxa média diária praticada no mercado.

(1) De 19.03.1990 a 31.07.1993 as taxas expressam as médias das cotações diárias, em cruzeiros, praticadas no mercado de taxas livres (Resolução nº 1 690 de 18.03.1990). (2) A partir de 01.08.1993 taxas em cruzeiros reais (Resolução nº 2 010 de 28.07.1993).

Meios de pagamento (M₁), base monetária e INPC - dez. 1990/dez. 1993



FONTE - Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil - IBGE.

Setor Externo

Tanto o valor das exportações quanto o das importações alcançaram, em 1993, um recorde histórico.



Foto - Marcelo Régua / AJB

O saldo da balança comercial em 1993 apresentou um superávit de US\$ 8 404 milhões. Apesar da queda de 14,6 % em relação a 1992, o resultado alcançado foi positivo. Mesmo com o fraco desempenho da economia mundial, as exportações totalizaram US\$ 38 783 milhões, o que representa um crescimento de 8,1 % com relação a 1992.

As importações somaram US\$ 25 711 milhões, registrando um aumento de 25 % em relação ao ano anterior. Este crescimento refletiu o reaquecimento da economia e as mudanças resultantes da política de abertura comercial implantada a partir de 1990.

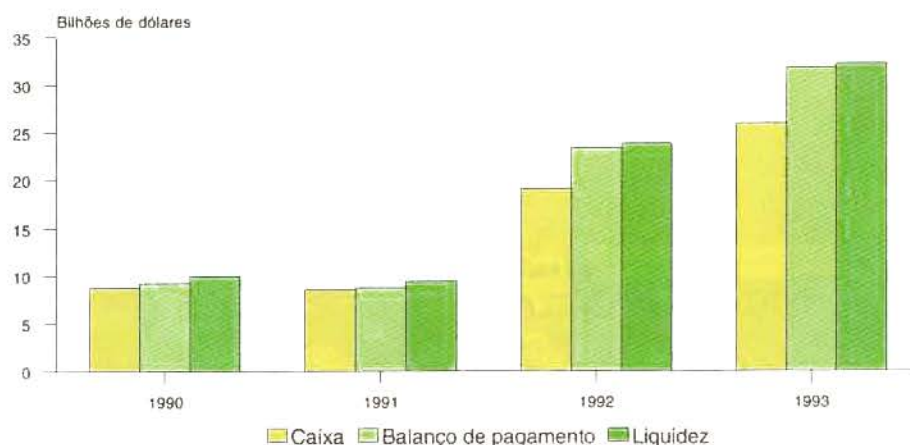
Balanço de pagamentos - 1990 - 1993

Especificação	Valor (1 000 000 US\$)			
	1990	1991	1992 (1)	1993 (1)
Balança comercial (FOB)	10 753	10 579	15 525	13 072
Exportações	31 414	31 620	36 103	38 783
Importações	20 661	21 041	20 578	25 711
Serviços (líquido) (2)	(-) 15 369	(-) 13 542	(-) 11 306	(-) 15 362
Transferências unilaterais	834	1 556	2 056	1 653
Transações correntes	(-) 3 782	(-) 1 407	6 275	(-) 637
Capital	(-) 4 715	(-) 4 148	24 877	9 903
Investimentos diretos (líquido)	0	170	2 836	6 179
Financiamentos	3 424	2 026	13 296	2 409
Amortizações (3)	(4) (-) 8 665	(-) 7 830	(-) 8 572	(-) 9 692
Empréstimos em moeda (5)	(4) (-) 297	964	17 138	11 110
Outros capitais	550	157	4	(-) 203
Erros e omissões	(-) 328	876	(-) 1 124	(-) 862
Superávit (+) ou Déficit (-)	(-) 8 825	(-) 4 679	30 028	8 404
Financiamento	8 825	4 679	(-) 30 028	(-) 8 404

FONTE - Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil.

(1) Dados provisórios. (2) Inclusive lucros reinvestidos. (3) Inclusive o Clube de Paris. (4) Inclusive US\$ 20 129 milhões referentes a consolidação no MYDFA. (5) Inclusive bônus, "commercial paper" e "fixed/floating rates notes".

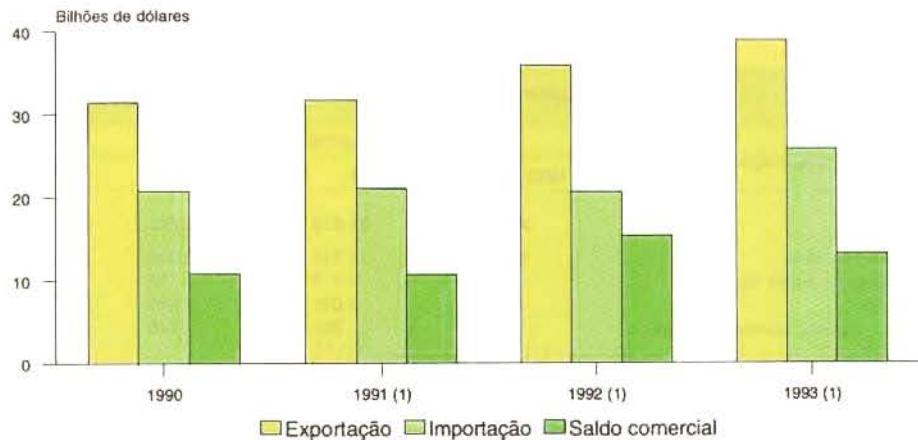
Reservas internacionais do País no Banco Central do Brasil - 1989 - 1993



FONTE - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Secretaria de Comércio Exterior.

(1) Dados provisórios.

Balança comercial - 1989 - 1993



FONTE - Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil.

Importação - 1990 - 1993

Especificação	Importação (FOB) (1 000 000 US\$)			
	1990	1991 (1)	1992 (1)	1993 (1)
Total	20 661	21 041	20 578	25 711
Bens de consumo	2 941	3 072	2 446	3 084
Alimentos	1 379	1 275	848	1 098
Vestuário	131	169	116	158
Outros	1 431	1 628	1 482	1 828
Matérias-primas	7 053	7 930	7 606	9 462
Cereais e produtos de indústria de moagem	676	1 080	912	1 227
Trigo	295	455	538	724
Adubos e fertilizantes	319	376	441	508
Produtos químicos	2 904	3 142	3 086	3 875
Inorgânicos	408	423	395	409
Orgânicos	1 283	1 429	1 366	1 707
Outros	1 213	1 290	1 325	1 759
Ferro fundido e aço	373	342	352	371
Metais não-ferrosos	412	433	410	436
Carvão	567	698	693	630
Outras	1 802	1 859	1 712	2 415
Petróleo e derivados	4 735	4 073	4 191	4 377
Petróleo bruto	4 354	3 371	3 122	2 142
Derivados	381	702	1 069	2 235
Bens de capital	5 932	5 966	6 335	8 788
Material de transporte	756	995	1 283	2 403
Veículos automotores, tratores, etc	422	634	891	1 806
Outros	334	361	392	597
Máquinas e material elétrico	5 176	4 971	5 052	6 385

FONTE - Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais

(1) Dados provisórios

As reservas internacionais depositadas no Banco Central estiveram bastante altas, alcançando, em 1992, US\$ 25 878 milhões no conceito de caixa e US\$ 32 211 milhões no de liquidez internacional.

Exportação - 1990 - 1993

Especificação	Exportação (FOB) (1 000 000 US\$)			
	1990	1991 (1)	1992 (1)	1993 (1)
Total	31 414	31 620	35 793	38 783
Produtos primários	11 790	11 137	12 006	12 620
Café (inclusive café solúvel)	1 253	1 479	1 112	1 282
Soja (2)	2 854	2 031	2 696	3 074
Cacau (grãos, manteiga, licor e torta)	336	266	248	254
Açúcar (cristal, demerara e refinado)	512	398	541	773
Suco de laranja	1 468	900	1 046	826
Carne (3)	625	892	1 224	1 333
Minério de ferro, manganês e outros minérios metalúrgicos	2 656	2 870	2 534	2 466
Fumo em folhas	566	681	804	697
Outros	1 520	1 621	1 801	1 915
Produtos industrializados	19 624	20 483	23 787	26 163
Material de transporte e componentes (partes, peças e equipamentos para transportes)	3 094	3 028	4 198	4 226
Máquinas e instrumentos mecânicos	1 691	1 786	2 085	2 530
Equipamentos elétricos e eletrônicos	1 023	1 015	1 159	1 320
Produtos metalúrgicos	5 239	5 880	6 038	6 082
Produtos químicos	2 033	2 073	2 356	2 587
Madeiras e manufaturas	426	442	568	841
Calçados e produtos de couro	1 218	1 284	1 526	2 002
Derivados de petróleo (4)	974	722	758	766
Papel e celulose	1 213	1 242	1 450	1 516
Produtos têxteis	1 087	1 188	1 420	1 364
Outros	1 624	1 823	2 229	2 929

FONTES - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Secretaria de Comércio Exterior.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Dados provisórios. (2) Inclusive grão, farelo, óleo bruto e refinado. (3) Inclusive carnes, miúdos comestíveis e conservas. (4) Inclusive consumo de bordo.

Contas Nacionais

O Produto Interno Bruto - PIB - e a Renda Per Capita estão entre os principais indicadores calculados pelo sistema de Contas Nacionais.



Foto - Alair Filho / AIB

O principal objetivo das Contas Nacionais é representar a vida econômica do País através de um conjunto de informações quantitativas e atender à necessidade do Estado de conhecer o meio econômico em que atua e as modificações que o afetam, de modo a determinar sua própria ação e prever suas repercussões.

Em 1993, após três anos de estagnação, a economia brasileira voltou a crescer com o Produto Interno Bruto - PIB - alcançando 5,0% de expansão, impulsionado pelo aumento de 9,0% da atividade industrial. O setor de serviços fechou o ano com 3,5% de crescimento e a agropecuária com declínio de 1,9%.

Média anual do índice de base fixa do produto interno bruto trimestral - 1980 - 1993

Ano	Média anual do índice de base fixa do PIB trimestral (Base: 1980 = 100)			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
1980	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	95,75	107,98	91,17	97,51
1982	96,63	107,75	91,30	99,57
1983	93,81	107,27	85,91	99,06
1984	98,90	110,07	91,38	104,37
1985	106,64	120,59	99,08	111,39
1986	114,69	110,92	110,73	120,44
1987	118,87	127,53	111,90	124,47
1988	118,81	128,60	109,00	127,41
1989	122,64	132,27	112,15	132,08
1990	117,42	127,35	103,20	131,13
1991	118,69	130,87	102,70	133,81
1992	117,70	137,84	99,05	133,60
1993	123,54	135,16	107,99	138,31

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

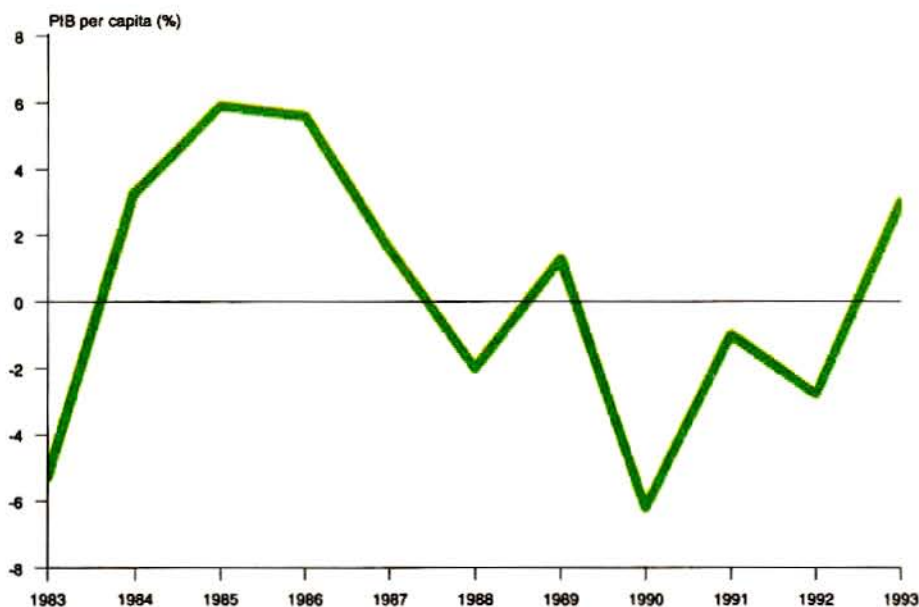
Com a recuperação da economia, em 1993, o PIB médio anual atinge o nível mais alto desde 1980. Em relação ao início da série, em 1980, o PIB, em 1993, mostra um crescimento de 23,5%, com avanço expressivo da agropecuária de 35,2% e dos serviços com 38,3% e modesto acréscimo na indústria de 8,0%.

Taxa acumulada do produto interno bruto trimestral, segundo o setor de atividade - 1993

Setor de atividade	Taxa acumulada do PIB trimestral			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Produto interno bruto	4,16	5,29	5,07	4,96
Agropecuária	(-) 0,84	(-) 0,66	(-) 1,56	(-) 1,94
Lavouras	(-) 0,38	0,64	(-) 1,04	(-) 1,83
Produção animal	(-) 1,39	(-) 2,79	(-) 2,35	(-) 2,09
Indústria	7,75	9,94	9,43	9,03
Extrativa mineral	(-) 3,39	(-) 1,84	(-) 0,46	1,49
Transformação	8,84	11,15	10,76	10,06
Construção	11,03	12,18	9,76	9,61
Serviços da indústria e de utilidade pública	0,50	3,42	3,58	3,72
Serviços	2,66	3,47	3,45	3,53
Comércio	6,96	8,16	7,76	6,80
Transportes	2,35	3,94	2,66	3,53
Comunicações	9,70	10,89	10,72	10,74
Instituições financeiras	(-) 2,55	(-) 2,56	(-) 2,33	(-) 2,16
Administrações públicas	1,93	1,93	1,93	1,93
Outros	(-) 0,92	(-) 0,35	0,09	0,53

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

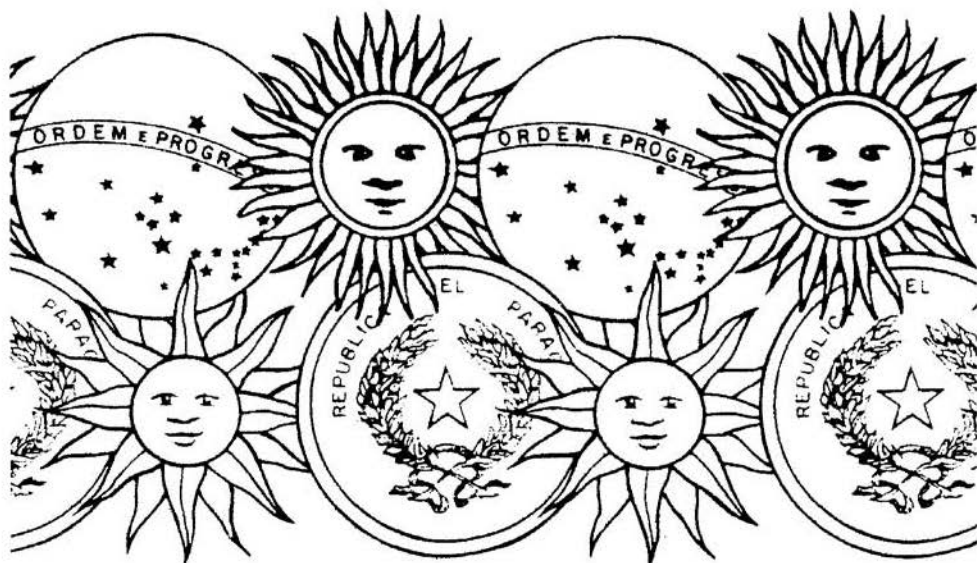
Variação do PIB per capita (%) - 1983-1993



FONTE - IBGE.

MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL -, formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi estabelecido, em 26 de março de 1991, pelo Tratado de Assunção.



O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL- de quase 200 milhões de habitantes deverá, a partir de 31 de dezembro de 1994, permitir aos países participantes a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de tarefas e política comercial comuns, além de promover a coordenação das políticas macroeconômicas e a harmonização das legislações, normas e regulamentos existentes.

Área e características da população - 1985/1991

Área e características da população	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Área (km ²)	(1) (2) 2 780 400	(1) (3) 8 511 966,3	(1) (2) 406 752	(3) (4) 318 392
População total	(1) 32 608 560	(1) 146 917 459	(1) 4 397 306	(4) 2 955 241
Homens	15 968 854	72 536 142	...	1 439 021
Mulheres	16 639 706	74 381 317	...	1 516 220
Densidade demográfica	11,7	17,3	10,8	9,3
População urbana	...	110 875 826	...	2 581 087
População economicamente ativa	...	(5) 64 467 981	(5) 1 043 972	(5) 1 355 380

FONTE - MERCOSUL, Sinopse Estatística.

(1) Dados de 1991. (2) Superfície em km². (3) Área total em km². (4) Dados de 1985. (5) Dados de 1990.

Projeção da população - 1990/1995

Indicadores	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Taxa anual				
De crescimento da população total (por 100 hab.)	1,2	1,6	2,7	0,6
De natalidade (por 1 000 hab.)	20,3	23,3	33,0	17,1
De mortalidade (por 1 000 hab.)	8,6	7,4	6,4	10,3
De fecundidade (por número de filhos)	71,4	66,3	67,3	72,4
Esperança de vida ao nascer (anos de idade)	2,8	2,8	4,4	2,3

FONTE - Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL.

Produto interno bruto - Valores total e per capita - 1992

Produto interno bruto (1 000 000 US\$) (1)	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Valor total	125 348,1	283 466,5	5 782,8	7 594,5
Agricultura	8 940,8	35 566,6	1 764,5	1 116,4
Indústria	44 421,5	94 670,0	1 160,5	1 977,2
Comércio e serviços	71 985,8	153 229,9	2 857,8	4 500,9
Valor per capita	3 786,9	1 839,4	1 279,4	2 425,9

FONTE - Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL.

(1) Preços constantes de mercado de 1980.

Países do MERCOSUL

AMÉRICA DO SUL



 PAÍSES DO MERCOSUL

A formação do MERCOSUL proporcionará um significativo aumento da capacidade de negociação internacional dos países-membros, criando também condições para o intercâmbio e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura.

Comissões e grupos de trabalho têm sido criados para elaborar os princípios fundamentais à integração pretendida. Entre eles existe o que trata da harmonização das estatísticas que são fundamentais para qualquer planejamento e estudo dos quatro países-membros - Instituto Nacional de Estadística y Censos da Argentina, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos e Instituto Nacional de Estadística do Uruguai.

Valor da exportação e da importação e saldo comercial - 1991-1993

Especificação	Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Exportação (FOB)	1991	11 978	31 619	1 117	1 605
	1992	12 235	36 103	1 003	1 703
	(1) 1993	13 000	38 900	1 330	1 600
Importação (FOB)	1991	7 559	21 041	1 669	1 544
	1992	13 623	20 578	1 827	1 941
	(1) 1993	14 735	25 400	2 040	2 100
Saldo comercial	1991	4 419	10 578	(-) 552	61
	1992	(-) 1 388	15 525	(-) 824	(-) 238
	(1) 1993	(-) 1 735	13 500	(-) 710	(-) 500

FONTE - Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL.

NOTAS - 1. Valores expressos em milhões de dólares.

2. Valor de transação FOB - livre a bordo, na ferrovia ou no transporte rodoviário, na fronteira do país exportador.

(1) Dados preliminares.

Bibliografia

- AÇÃO da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida; cartilha para ajudar a formar comitês. São Paulo, Confederação Nacional da Indústria, [1993] 8p.
- AIDS; boletim epidemiológico. Brasília, Ministério da Saúde, v.6, n.40-43, nov. 1993. 16p.
- _____. Brasília: Ministério da Saúde, v.6, n.45-48, nov. 1993. 16p.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA - 93/94. Rio de Janeiro, Meio & Mensagem, [1993] 3v.
- ANUARIO ESTADISTICO DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago de Chile, Comission Economica para America Latina y el Caribe, 1993. 774 p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v.53, 1992. 1116p.
- ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO; dados estatísticos. Rio de Janeiro, Departamento de Aviação Civil, 1992. 91p.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, Banco Central do Brasil, v.30, n.3, mar. 1994. 144p.
- BRASIL; uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro, IBGE, 1988. 354p.
- CAILLAUX, Elisa. *Pobreza e meio ambiente*. Rio de Janeiro, IBGE, [1992]. 6f.
- CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991; resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. Originais para impressão.
- CEPAL; notas sobre la economia y el desarrollo. Santiago de Chile, Comisión Economica para America Latina y el Caribe, n. 552/553, dic. 1993.
- COMPARATIVO do Tráfego de Cargas; transporte remunerado. São Paulo, Ferrovia Paulista S/A, 1994. Tabelas em listagem.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.47, n.1, jan. 1993. 159p.
- _____. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.47, n.3, mar. 1993. 120p.
- ESTATÍSTICA DO REGISTRO CIVIL. Rio de Janeiro, IBGE, v.17, 1990. 253p.
- EVOLUÇÃO da Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, jan. 1994. 12p. Comunicado à Diretoria e às federações.
- EVOLUÇÃO das Condições Educacionais na Década de 80: Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, IBGE, 1994. Originais para impressão.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física-Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, dez. 1993. 13p.
- INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro, IBGE, dez. 1993. 6p.
- _____. Rio de Janeiro, IBGE, jan. 1994. 6p.
- INDICADORES IESP. São Paulo, Instituto de Economia do Setor Público, v.3, n.25. 48p.
- A INFORMAÇÃO Contra a Fome. Rio de Janeiro, IBGE, set. 1993. (Boletim informativo, 2).
- MAPA do Mercado de Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, n.1, 1994. 206p.
- MERCOSUL: Sinopse Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, v.1, 1993. 315p.
- MORAIS, Djalma Bastos de. *Política e atividades desenvolvidas pelo Ministério das Comunicações*. Brasília, maio 1994. Palestra proferida na Escola de Comando e Estado Maior do Exército.
- OLIVEIRA, Jane Souto. *O traço de desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1993. 45p.
- PARAHYBA, Maria Isabel, FERREIRA, Lilibeth Cardozo R. *Saúde reprodutiva: o atendimento pré-natal e interrupção da gravidez*. Rio de Janeiro, IBGE. 21p. Originais para impressão.
- PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO - PAC. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, 1989. 193p.
- _____. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. 61p. (Série relatórios metodológicos, 12).

PESQUISA ANUAL DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PATR. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. 24p. (Série relatórios metodológicos, 13).

PESQUISA DE ESTOQUE - Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1992, 58p. 2 sem.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, 8p. 2 sem. Apuração preliminar.

PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PNSB - 1989. Rio de Janeiro, IBGE, 1992. 50p.

PESQUISAS CONTÍNUAS DA INDÚSTRIA. Rio de Janeiro, IBGE, 1988. 37p. (Texto para discussão, v.1, n.1)

PREVIDÊNCIA em Dados. Rio de Janeiro, DATAPREV, v.8, n.3, jul./set.1993. 69p.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. 63p.

_____. Rio de Janeiro, IBGE, 1992. 63p.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA - PEVS. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. 247p.

PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL - Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1991. 11p.

PRODUTO INTERNO BRUTO - Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1993. 15p. 4 trim.

SINDICATOS: Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, IBGE, 1989. Tabelas em listagem.

_____. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. Tabelas em listagem.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1991 - Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, v.6, 1991. 355p.

SUMA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, Tama Ltda., fev. 1994. 30p.

TOTAL de Municípios, Zonas, Seções e Eleitores para Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1992. Tabelas em listagem.

TRÁFEGO Postal. Brasília, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mar. 1994. Tabelas em listagem.

TURISMO: Dados Preliminares: Entrada de Turistas no Brasil: Meios de Hospedagem. Rio de Janeiro, Empresa Brasileira de Turismo. 1992. Tabelas em listagem.

A

Abacaxi

- principal produtor, 52
- produção, 52

Abastecimento de água, 39

Acidentes de trabalho, 35

Agricultura

- potencialidade do solo, 12-13
- produção, 52-53
- produtos estocados, 53

Algodão arbóreo

- principal produtor, 52
- produção, 52

Algodão herbáceo

- principal produtor, 52
- produção, 52

Analfabetismo, 45

Área territorial *ver* Espaço territorial

Armazenagem

- estabelecimentos, 53
- unidades armazenadoras, 53

Arroz

- estoques, 53
- principal produtor, 52
- produção, 52

Asininos e muars, 54

Assistência médico-sanitária

- vacinação, 41-42

Atendimento médico-hospitalar

- hospitalizações pagas pelo INAMPS, 41-42

Aves, 54

B

Bacias hidrográficas, 12

- potencial hidrelétrico, 12

Balança comercial, 90-91

Balanço de pagamentos, 90

Banana

- principal produtor, 52
- produção, 52

Base monetária, 88

- fatores condicionantes, 86

Batata-inglesa
principal produtor, 52
produção, 52
Bovinos e bubalinos, 54
Bubalinos *ver* Bovinos e bubalinos

C

Cacau
principal produtor, 52
produção, 52
Café
principal produtor, 52
produção, 52
Câmbio
taxa média, 87
Cana-de-açúcar
principal produtor, 52
produção, 52
Caprinos e ovinos, 54
Castanha de caju
principal produtor, 52
produção, 52
Casulos do bicho-da-seda
produção, 54
Cebola
principal produtor, 52
produção, 52
Chuva *ver* Precipitação pluviométrica
Clima, 11-12
observações meteorológicas, 11
Coco-da-baba
principal produtor, 52
produção, 52
Coelhos, 54
Comércio, 60, 62
gêneros, 61
receita de revenda, 60, 62
Comércio exterior, 91-92
MERCOSUL, 99
Comunicações
serviços postais, 77
telecomunicações, 75-76
Conservação da natureza *ver* Proteção ambiental
Contas nacionais, 93-95
Correios e telégrafos
evolução da rede de atendimento, 77
serviços prestados, 77
Crescimento demográfico, 18, 19
Culturas permanentes *ver* Lavouras permanentes

D

Densidade demográfica, 19, 22
Divisão político-administrativa, 9
Divisão regional, 9-10
Domicílios particulares, 37

E

Educação
 ensino, 44
 instrução, 45-47
Efetivo avícola *ver* Aves
Efetivo pecuário *ver* Rebanhos
Eleitores, 49-50
Eletricidade *ver* Energia elétrica
Energia, 63, 65
 fontes primárias, 64
Energia elétrica, 12, 65
Energia hidrelétrica, 12
Ensino, 44
Equínos, 54
Escolarização
 taxa, 46
Esgotamento sanitário, 38
Espaço territorial, 7-10
 MERCOSUL, 97
Espécies animais *ver* Fauna
Estabelecimentos de saúde, 41, 43
Estoques
 produtos agrícolas, 53
Exportação, 91-92
 MERCOSUL, 99
Extração vegetal, 54
 produção, 55

F

Fauna, 14
 espécies em extinção, 15
Feijão
 estoques, 53
 principal produtor, 52
 produção, 52
Finanças públicas, 82-84
Flora *ver* Vegetação
Fontes de energia *ver* Energia
Formas de relevo *ver* Relevo

Fronteiras *ver* Linha divisória
Fusos horários *ver* Hora legal

G

Galináceos, 54
 produção de ovos, 54
Gás natural
 produção, 64

H

Habitação *ver* Domicílios particulares
Hora legal, 9
Hotéis e similares *ver* Meios de hospedagem

I

Importação, 91
 MERCOSUL, 99
Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 88
 variação mensal, 79
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
 variação mensal, 80
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
 variação mensal, 80
Índios *ver* População indígena
Indústria
 crescimento, 57
 indicadores, 57-58
 produção, 57-58
INPC *ver* Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Instrução
 frequência escolar, 47
 taxa de analfabetismo, 46
 taxa de escolarização, 45
IPCA *ver* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA-E *ver* Índice Nacional de Preços ao Cosumidor Amplo Especial

L

Lã
 produção, 54
Laranja
 principal produtor, 52
 produção, 52
Lavouras permanentes
 produção, 52
Lavouras temporárias
 produção, 52

Leite

produção, 54

Limites *ver* Linha divisória

Limpeza pública, 38-39

Linha divisória, 8-9

Lixo

coleta e destino, 38-39

M

Mandioca

principal produtor, 52

produção, 52

Meios de hospedagem, 71-72

Meios de pagamento, 87-88

Mel de abelha

produção, 54

Mercado Comum do Sul *ver* MERCOSUL

MERCOSUL, 97, 98

exportação, 99

importação, 99

produto interno bruto, 97

saldo comercial, 99

Milho

estoques, 53

principal produtor, 52

produção, 52

Moeda *ver* Meios de pagamento

Moradia *ver* Domicílios particulares

Mortes *ver* Óbitos

Muare *ver* Asininos e muare

Municípios

mais populosos, 23

turísticos, 71

N

Nascimentos, 23

Nível de instrução *ver* Instrução

O

Óbitos, 23

Observações meteorológicas, 11

Organização política, 49

Organização sindical *ver* Sindicatos

Ovinos *ver* Caprinos e ovinos

Ovos de codorna

produção, 54

Ovos de galinha
produção, 54

P

Pecuária

produção, 53-54

Peixes cartilaginosos

aproveitamento econômico, 14

Pessoas ocupadas *ver* População ocupada

Petróleo

produção, 64

PIB *ver* Produto interno bruto

Picos *ver* Relevo

Pluviometria *ver* Precipitação pluviométrica

Pontos culminantes *ver* Relevo

Pontos extremos, 8

População, 23

MERCOSUL, 97

População economicamente ativa

taxa de atividade, 26

População indígena, 16

População ocupada

contribuição para instituto de previdência, 27

distribuição, 26

rendimento médio, 25

População residente, 19-21

distribuição, 20

rural, 21

taxa geométrica de crescimento, 19

urbana, 21

Precipitação pluviométrica, 11-12

Previdência social, 32

benefícios concedidos, 33

despesa com benefícios, 33

programa de reabilitação profissional, 34

Produto interno bruto

índice de base fixa, 94

MERCOSUL, 97

taxa acumulada, 95

variação per capita, 95

Produtos agrícolas

estoques, 53

produção, 52

Produtos de origem animal

produção, 54

Produtos extrativos
 produção, 55
Proteção ambiental, 16-17

R

Rádio
 emissoras, 75
Rebanhos, 54
Recursos hídricos, 12
Recursos vegetais, 12, 54-55
Relevo, 10
 pontos mais altos, 10
Reservas internacionais do País, 90
Residências *ver* Domicílios particulares
Resíduos sólidos *ver* Lixo

S

Saneamento básico
 serviços, 38-39
Saúde
 estabelecimentos, 41, 43
 serviços, 41-42
Sindicatos, 28-31
 associados quites, 29
Sindicatos de empregados, 30
Sisal
 principal produtor, 52
 produção, 52
Soja
 estoques, 53
 principal produtor, 52
 produção, 52
Solos
 potencialidade agrícola, 12-13
Suínos, 54

T

Taxa de câmbio *ver* Câmbio
Telecomunicações
 serviços disponíveis, 75-76
Telefonia
 serviços, 76
 terminais de telefonia móvel celular, 76
Telégrafos *ver* Correios e telégrafos
Televisão
 redes e emissoras, 75
Temperatura do ar, 11

- Terras indígenas, 16
 - demarcação, 16
- Tesouro Nacional
 - despesa, 84
 - execução financeira, 82
 - receita, 83
- Tomate
 - principal produtor, 52
 - produção, 52
- Trabalhadores *ver* População ocupada
- Transporte aéreo
 - tráfego aéreo, 69
- Transporte ferroviário, 67
 - extensão das linhas da rede ferroviária, 68
- Transporte hidroviário
 - movimento de embarcações, 68
 - movimento de mercadorias, 68, 69
- Transporte marítimo *ver* Transporte hidroviário
- Transporte rodoviário
 - frota nacional de veículos, 67
 - rede viária, 67
- Trigo
 - estoques, 53
 - principal produtor, 52
 - produção, 52
- Turismo, 71-72
 - entrada de turistas estrangeiros, 72-73
 - meios de hospedagem, 71
 - municípios turísticos, 71

U

- Umidade relativa, 11
- Unidades de conservação da natureza, 16-17
- Urbanização
 - taxa, 21

V

- Vacinação
 - vacinas aplicadas, 42
- Vegetação, 14
- Veículos automotores
 - exportação, 58
 - produção, 58
 - vendas, 58

Coordenação Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Rua General Canabarro, nº 666
20271-201 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 284-0402

Unidades Técnicas

Diretoria de Geociências - DGC

Av. Brasil, nº 15 671
21241-051 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 391-1420 - Ramal 241

Diretoria de Pesquisas - DPE

Rua Visconde de Niterói, nº 1 246 - Bloco B - 12º andar
20943-001 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 284-3322 - Ramal 302

SE O ASSUNTO É BRASIL PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS

No Rio de Janeiro:
Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI

Divisão de Atendimento Integrado - DAT
Biblioteca Isaac Kerstenetzky
Livraria Wilson Távora

Rua General Canabarro, 666
20271-201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021)284-0402
Fax: (021)234-6189

Livraria do IBGE
Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja
20021-120 - Castelo - Tel.: (021)220-9147

Nos Estados procure o
Setor de Documentação e Disseminação de Informações - SDDI
da Divisão de Pesquisa

O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos
principais municípios